



# CAPÍTULO I

## Os primórdios

### Formação e consolidação

Formação e consolidação	23
Os primeiros passos de uma criança...	24
Diretores	25
O Nada fez-se Escola...	25
O trabalho que fiz com mais gosto	26
<b>MEMORIAL DE 1973</b>	27
<b>Memorial de abril de 1975</b>	29
Aditamento ao Memorial	33
Os primeiros anos: <b>1974/75</b>	34
Os primeiros anos: <b>1975/76</b>	37
<b>Professores</b> do ano letivo de 1975-76	38
Pedidos de oficialização	42
Os primeiros anos: <b>1976/77</b>	44
<b>Financiamento:</b> o problema dos problemas	51
<b>Animação sociocultural:</b> trabalho de dissertação	54
Os primeiros anos: <b>1977/78</b>   A primeira grande crise da EPER	66
Relatório de atividades	67
Projetos para uma nova estruturação da Escola	76
<b>Estatuto de 26 de abril de 1978</b>	84
<b>Demissão de Silvina Palmeirim</b>	85
Como compreender as coisas	92
<b>Passeio anual EPER de 1978</b>	95
Cinefórum – O Passado e o Presente	101
Ano letivo de <b>1978-1979</b>	103
Um corpo docente internacional	104
Curso Complementar 1978/79 — Exame de Italiano	107
Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa	110
Ano letivo de <b>1979-80</b>	113
<b>Manuela Eanes – Manuela Aguiar</b>	118
Um longo hiato informativo	119
500 + 150	120



# 1971-81



REG. II VIA R.VIII  
DEI  
PORTOGHESI

## *Formação e consolidação*

**A** documentação dos primeiros anos de vida da EPER – atividade desenvolvida, iniciativas tomadas, dificuldades encontradas e soluções procuradas – consiste em «memoriais» ou relatórios elaborados anualmente e destinados a informar a própria comunidade escolar, mas sobretudo as Autoridades das quais procurava apoios e reconhecimento formal. Nesses documentos constavam também os nomes e as habilitações dos professores envolvidos na Escola, bem como listas dos alunos, separados por níveis de ensino e por nacionalidades. Tratava-se de uma documentação essencial, elaborada sem grandes preocupações de obedecer formalmente a normas ou disposições dos vários departamentos ministeriais que, em Lisboa e a partir de Lisboa, respondiam às solicitações da Escola com a lentidão própria dos aparelhos do Estado, dando a impressão de se manterem alheios ou indiferentes aos seus apelos...

A EPER surgiu como resposta a necessidades reais mas, para corresponder a essas necessidades precisava não só do reconhecimento formal daquela «realidade» surgida em Roma, mas também de subsídios, como de alimento para a boca. Por sua vez, os responsáveis pela sua existência e o seu futuro não assumiram nem exigiram para si mesmos títulos formais de direção – todos os professores se sentiam colegialmente responsáveis por ela e escolhiam, de entre si, para as funções de coordenação e direção, quem estivesse mais disponível ou fosse mais competente para o exercício dos cargos: existindo de facto, os seus responsáveis confrontavam, e confrontavam-se com, as autoridades (consulares) envolvendo-as numa situação para a qual «exigiam» respostas.

De facto, a EPER não nasceu para responder a necessidades ou ambições dos seus «colaboradores»: estes procuraram dar resposta à sede de saber (desde a alfabetização) da comunidade de língua portuguesa que vivia em Roma e essa tarefa competia ao estado, ou melhor, aos estados... português e cabo-verdiano. É preciso recordar que quando a Escola surgiu – e ainda durante mais meia dúzia de anos, Cabo Verde era... Portugal! Neste contexto é eloquente (e legítima, embora pouco defensável e incoerente) a tentativa de *sacudir a água do capote* por parte dos serviços do Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) quando, durante as diligências que a coordenadora desenvolveu pessoalmente em Lisboa, em 1977, se procurou remeter para o Ministério da Educação de Cabo-Verde a responsabilidade pela componente cabo-verdiana da EPER. Como se não houvesse responsabilidades de Lisboa no analfabetismo em que se encontravam as antigas «províncias» *ultramarinas* até à Revolução dos Cravos...

O primeiro documento desta compilação é imprescindível para conhecer as verdadeiras origens e os primeiros anos de vida da Escola Portuguesa de Roma, ou «em Roma» – EPER. Trata-se de um testemunho pessoal, datado de 11 de junho de 1990, intitulado “Memória dos primórdios da Escola Portuguesa de Roma”, escrito para a comemoração do seu XX aniversário, a pedido da EPER, pelo jesuíta Manuel Morujão, ex-professor e um dos primeiros diretores da Escola. *(A grafia deste, como de todos os documentos desta longa «crónica» de eventos, foi atualizada segundo o recente Acordo Ortográfico; os subtítulos são do Autor do documento).*

Tinha chegado há semanas a Roma. Era o mês de outubro de 1971. À minha frente encontravam-se cinco anos de estudo de Teologia na Universidade Gregoriana, como preparação próxima da ordenação sacerdotal. Vivía no *Collegio Internazionale del Gesù*, no centro histórico de Roma, onde convivia com mais uns seis estudantes jesuítas portugueses.

### **Um atual Secretário de Estado nos ali-cerces da Escola**

O Dr. Pedro d’Orey da Cunha, atual Secretário de Estado da Reforma Educativa, do Ministério da Educação do Governo Português, estudava Psicologia em Roma, nessa altura. Contactou-nos com vista à resolução de um problema: a comunidade luso-parlante em Roma era grande e não havia nenhuma instituição que respondesse às suas necessidades de promoção cultural, particularmente do grupo de Cabo Verde e de Portugal. – Não se poderia organizar uma Escola? Várias congregações religiosas e Dioceses tinham pessoas a estudar em Roma ou em serviços vários... – Não seria possível coordená-las, aproveitando as sobras do seu tempo de trabalho para dar aulas numa Escola a organizar?...

### **Uma Irmã do Coração de Maria, primeira pedra angular com um grupo de estudantes jesuítas**

O Dr. Pedro da Cunha apresentou a Irmã Fernanda Vaz (agora mais conhecida como Irmã Maria da Ressurreição) do Instituto do Sagrado Coração de Maria, a um grupo de estudantes jesuítas. Ela acompanhava um grupo de emigrantes que desejavam poder frequentar uma Escola. E o grupo de fundadores arran-cou.

A ideia não se perdeu em labirintos burocráticos nem em pró-comissões de estudo da possibilidade deste serviço aos mais pobres de cultura. Dito e feito.

O “Instituto Português de Roma”, na Via dei Portoghesi, junto à igreja de Santo António,

tinha os espaços livres que desejávamos. O seu Reitor, Mons. Borges, ex-Reitor do Santuário de Fátima, acolheu da melhor maneira a ideia de se organizar uma Escola Portuguesa. Nos anos em que foi Reitor, com grande abertura e sentido social, cedeu várias salas gratuitamente.

### **Os primeiros passos de uma criança...**

Sob a direção da Irmã Fernanda Vaz, as aulas começaram a funcionar regularmente, ainda antes do Natal desse ano. Havia duas secções: – a Primária ( com um grupo a começar a ler e a escrever); – o Ciclo Preparatório (para quem tinha a Quarta Classe).

O ensino era totalmente gratuito. Cedo os alunos se lembraram de dar uma recordação aos Professores pelo aniversário ou pelo Natal. Havia o máximo de boa vontade e o mínimo de burocracia. Reinava uma relação de proximidade fraterna (“universitas alumnorum et magistrorum”: conjunto unido de alunos e professores), em que o amigo que se tinha em frente era mais importante que o aluno aprendiz ou o Senhor Professor Doutor.

A quase totalidade dos alunos eram alunas. Umas 75 por cento eram naturais de Cabo Verde. As demais de Portugal. Na sua grande maioria, empregadas domésticas. Baste dizer que em Roma havia cerca de duas mil de Cabo Verde. É fácil deduzir que o estudo não era tarefa fácil e, conseqüentemente, o ensino. Um trabalho insuportável para mercenários da educação, mas gostoso para quem sabia arriscar num serviço sem o quadriculado das organizações perfeitas, com seguro contra todos os riscos. Verificava-se a verdade do ditado: “quem corre por gosto não cansa”.

O horário das aulas começou por ser uma tarde por semana, sensivelmente entre as 3 e as 7 horas. Alguns meses depois, as aulas ocuparam duas tardes. O sacrifício não era pequeno para os alunos (*cameriere* que sacrificavam o seu dia livre para as aulas e os tempos livres

para o estudo) e também para os professores (que acumulavam o emprego de alunos – a maioria eram estudantes – com o ofício de professores).

O número de alunos foi aumentando progressivamente. Os tempos de aulas, as tardes letivas, o número de turmas e de professores foram também crescendo proporcionalmente.

Colega inseparável das “lutas” pela promoção social e cultural dos emigrantes lusófonos, durante os meus cinco anos romanos, foi o Vasco Pinto de Magalhães. Agora é sacerdote jesuíta, Diretor do Centro Universitário Manuel da Nóbrega, em Coimbra. A boa entrada que tinha nas Embaixadas de Portugal junto do Quirinal e Santa Se facilitou muito a possibilidade de realizarmos em Roma exames com validade oficial e outras ajudas que fomos recebendo.

### **Diretores**

Depois de um ano sob a direção da Irmã Fernanda Vaz, esta foi enviada para Portugal e teve que encontrar-se uma nova Diretora. Passou a ser, por “aclamação popular”, a Irmã Beatriz Peixoto, sua colega de instituto das Irmãs do Sagrado Coração de Maria. Dadas as suas ocupações, ao fim de um ano, coube-me assumir as responsabilidades da direção, que exerci desde o Outono de 1973 até ao verão de 1976, altura em que concluí a Licenciatura em Teologia e regresssei a Portugal. Em seguida, a direção ficou entregue à Dra. Maria Silvina Palmeirim. Vieram depois os seguintes Diretores:

- Jorge Manuel Sena (jesuíta, atual Diretor do Colégio de S. João de Brito, em Lisboa (e, depois, da Imaculada Conceição – Cernache;
- José Pires Lopes Nunes (jesuíta que foi depois pároco na Covilhã e na Costa da Caparica);
- e, seguidamente, o diretor atual, Dr. Fernando Pinho, que foi também diretor da Secção Portuguesa e, desde 1988, responsável pelos Serviços de Documentação da Rádio Vaticano.

### **O Nada fez-se Escola...**

A história do nascimento e crescimento da Escola Portuguesa em Roma, assim se podia intitular: “O Nada fez-se Escola”. Faltavam instalações, material escolar, professores, verbas, livros, tempo e dinheiro. De sobra, abundan-

temente, havia matéria-prima (alunos) e boa vontade, um misto de ideal e utopia. E, mais uma vez, se cumpriu o dito do poeta: “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce” (Fernando Pessoa).

Enumero, sinteticamente, as ajudas recebidas ao longo dos cinco anos que colaborei nesta Escola:

- a primeira ajuda foi, sem dúvida, a dos alunos ávidos de aprender: nunca tive o mínimo problema de disciplina. Eram todos ouvidos e olhos feitos antena parabólica da alta definição possível;
- os professores em voluntariado do mais genuíno. Seguro não tinham nenhum, a não ser o de terem garantido muito trabalho sem compensações económicas. Na sua maioria eram sacerdotes, Religiosos (particularmente Jesuítas e combonianos), havendo também alguns Leigos. Quase todos eram simultaneamente estudantes;
- a compreensão e apoio da Embaixada de Portugal junto do Governo Italiano;
- a direção do “Instituto Português de Roma”, nas instalações do qual funcionou a sede da Escola durante mais de uma quinzena de anos;
- o Instituto das Irmãs Ursulinas que, nos fins de semana, nos cedeu gratuitamente várias salas de aula no seu Colégio de Circonvallazione Clodio, logo a partir do 3º ano de atividade da Escola e durante largos anos. Também pôs à disposição uma sala ampla para convívio e festas, bem como a sua Capela para a Missa dos Domingos da Comunidade Lusíada. Estas Irmãs deram-nos um rico testemunho da ação social da Igreja: abertura e acolhimento, desprendido e generoso;
- as “Irmãs do Instituto das Cooperadoras da Família (Zitas), sempre abertas a colaborar e a apoiar;
- os Capelães de emigrantes portugueses em Roma: P. Elias, que chegou a dar do seu próprio salário para apoio da Escola); P. Joaquim Quinteiro (hoje Monsenhor que, durante muitos anos, foi Secretário do Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa); P. Samuel (hoje professor na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa). Sempre se mostraram colaborantes, compreensivos e estimulantes.

Dificuldades também não faltaram, graças a Deus, mas foram insignificantes, comparadas com a vontade de servir e espírito de fraternidade e entreatura que reinava naquela comunidade educativa, "universidade de alunos e professores".

### **O trabalho que fiz com mais gosto**

Ensinar a ler e a escrever a adultos foi o trabalho que fiz com mais gosto durante os cinco anos de colaboração na Escola Portuguesa. Usava o método de alfabetização de adultos do brasileiro Paulo Freire, adaptado.

Era uma alegria ver a alegria que as minhas alunas sentiam por, a certa altura, constatarem que já eram capazes de ler e escrever. Era uma redescoberta dos olhos e da fala que tinham deveras subaproveitados. A comunicação era possível, mesmo a longa distância do interlocutor. "Eureka!"...

### **Concluindo**

Ao despedir-me de Roma, no verão de 1976, a Escola tinha perto de 200 alunos, inscritos a diversos níveis, desde a Primeira Classe ao último ano do Ensino Secundário. Professores eram uns vinte e tal. O horário escolar distribuía-se pelas tardes de todos os dias da semana, exceto a Segunda-Feira. Havia exa-

mes a todos os níveis do Ensino Primário e Secundário, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação de Portugal. Sei que muitos alunos tem concluído o seu Curso Universitário.

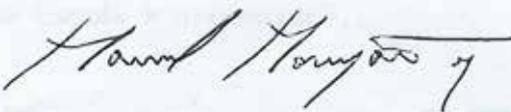
### **A semente tem continuado a crescer e a dar fruto.**

Não gosto de olhar para trás, deitando contas à vida que já passou. Prefiro contemplar os horizontes do futuro. Com alegria vejo que esta Escola tem consolidado substancialmente os seus alicerces com a convergência de múltiplas boas vontades.

Muito mais havia que dizer, mas acho importante cultivar a ascese da síntese. Aqui ficam alguns parágrafos de memórias mais vividas.

Concluo, fazendo votos de que esta Escola Portuguesa continue a crescer e a dar muitos frutos ao serviço da promoção humana dos emigrantes de língua portuguesa na cidade eterna de Roma.

Lisboa, 90.06.11



P. Manuel Morujão, S. J.



Pátio do Instituto Português de Santo António, visto de uma das salas de aula utilizadas pela EPER até 1987. Ao fundo, a porta (fechada) da "sala grande", onde funcionava também o curso de Português organizado pelo Instituto para Italianos. Por cima, à direita, as janelas de duas das quatro pequenas salas da Biblioteca.

# MEMORIAL DE 1973

## sobre a Escola para emigrantes portugueses a funcionar no Instituto de Sto. António dos Portugueses em Roma

### Iniciativa

Desde há alguns anos, grupos de portugueses residentes em Roma vinham tentando realizar uma obra de promoção e auxílio ao grande número de "empregadas domésticas" que trabalham nesta cidade vindas de Portugal e, sobretudo, do Arquipélago de Cabo Verde (cerca de 1000, em 1973).

Assim, no ano letivo de 1971-72 começou a funcionar esta escola com algumas aulas nas salas rudimentarmente adaptadas e cedidas para o efeito pelo Instituto de S.to António dos Portugueses.

Esta iniciativa deve-se em grande parte à ação da Irmã Fernanda Vaz, do Instituto Sagrado Coração de Maria, apoiada por um pequeno grupo de estudantes de teologia jesuítas.

### Finalidade

A intenção fundamental é o apoio e promoção humana destas empregadas, fornecendo um mínimo de preparação e formação (há bastantes analfabetas), considerando as situações difíceis em que vivem: isolamento, difícil integração social agravado até pelo facto de não haver emigrantes-homens com a mesma origem, condições de trabalho e em certo grau indefesas numa sociedade indiferente.

### Dificuldades

a) Da parte das entidades responsáveis: por sentirem a necessidade de se assegurar quanto às intenções e continuidade da iniciativa e, dado o pouco tempo livre dos alunos, que esta não viesse a colidir com outras iniciativas de assistência.

b) Da parte do grupo promotor: o facto de se

começar do zero, sem local, sem um mínimo de material didático, livros, programas, mapas, etc., carteiras ou mesas (ainda há classes [turmas] a escrever sobre os joelhos).

c) Da parte da maioria das alunas: quase não têm tempo para estudar. Quinta-feira à tarde e Domingo à tarde são os dias de folga. Começou-se com aulas só à quinta, mas depois também ao Domingo e, por fim, conseguiram-se algumas horas no sábado. A escola vem a ocupar-lhes todo o tempo livre e fora deste é praticamente impossível estudar.

Quanto à língua: sendo na sua maioria de Cabo Verde, e vivendo, algumas já há alguns anos em Itália, o Português tornou-se para elas uma 3ª língua: falam o italiano todo o dia de trabalho, o crioulo quando se encontram entre amigos, e agora, nas aulas, o português.

### Apoios

- Da Embaixada junto do Quirinal: na organização, com o seu interesse pela iniciativa, conseguindo a realização destes exames (Julho de 1973).
- Do Instituto de S. António dos Portugueses, na pessoa do Mons. Borges, cedendo as salas do Instituto que, a suas expensas, tem vindo a apetrechar (se bem que ainda falte muito material, como já se disse).
- Apoio e assistência do Sr. Pe. Elias<sup>1</sup> na sua dedicação pelos emigrantes.
- E todo o grupo de amigos que se tem oferecido para professores:

<sup>1</sup> – O seu nome aparece três vezes na documentação da Escola conservada: aqui, no ofício 2679, de 24 de março de 1972 (p. 31), e no Memorial de 1975).

### Funcionamento

No ano letivo de 1972-73, o número de alunos inicial (houve depois algumas desistências) era de 62, distribuídos por 4 grupos, ou cursos a funcionar em 3 salas.

Cursos	Nº/alunos	Observações	Tempos semanais
Alfabetização I	21	Quintas e domingos, das 16.30 às 19.30 horas	
Alfabetização II	12	Começaram em 1971-72. Não têm sala própria	Idem
4.ª Classe	15	Sala sem carteiras	Idem
Ciclo preparatório	14	A – Português, História e Geografia	
B – Francês		Idem e também no sábado, à mesma hora	

### Alfabetização I

– ①-**Alberto Teixeira de Brito, SJ** (Licenciado em Filosofia, estudante de Teologia, e ②-**João Evangelista** (Doutorado em Teologia).

### Alfabetização II

– ③-**Beatriz da Costa Peixoto, S. C. M.** (professora no Colégio do S. C. de Maria, em Roma), e ④-**Altair Porto** (estudante de Pedagogia, do Brasil).

### 4ª Classe

– ⑤-**Raquel Mendes** (do Instituto de Santa Zita), ⑥-**Enio Triervallier** (estudante de Direito Canônico, do Brasil, e ⑦-**José Besen** (estudante de Teologia, do Brasil).

### Ciclo Preparatório

– ⑧-**Luís Ribeiro** (Doutorado em Teologia), e ⑨-**Manuel Malvar, SJ** (Licenciado em Filosofia e Sociologia, estudante de Teologia), e ⑩-**Manuel Morujão, SJ** (Licenciado em Filosofia; estudante de Teologia).

### Livros e material didático

Foram utilizados livros de texto oficialmente autorizados, mas, além dos livros, não existe outro material didático. A aquisição dos livros foi muito demorada (pelo Correio, através de amigos) de modo que as aulas só tarde puderam funcionar com regularidade.

### Resultados

- 7 requerimentos de exame da 4ª classe
- 8 requerimentos de exame de Português e História e Geografia, do Ciclo preparatório;
- 8 requerimentos de exame de Francês do Ciclo preparatório.

### Possibilidade de continuação

a) Depende de se assegurar uma assistência organizada aos emigrantes portugueses em Roma, que não pode contar unicamente com os professores atuais, uma vez que estes estão temporariamente em Roma para terminar os próprios estudos: alguns deixam Roma já este ano. Pela mesma razão, o tempo que podem dedicar a este trabalho é bastante limitado.

b) Depende também dos resultados práticos obtidos no presente ano e de um melhor início em 1973-74: a tempo, com melhores condições e material mais apropriado.

### Sugestões para melhorar o rendimento

De tudo o que fica dito se poderia concluir:

- falta de tempo que os alunos, na sua grande maioria, têm para as aulas e para o estudo: é um problema que transcende a escola, dependendo dos contratos de trabalho, da assistência aos emigrantes, da compreensão dos patrões, etc.
- o que se poderia fazer já: melhorar as condições de trabalho:
  1. salas suficientes
  2. mesas escolares individuais
  3. livros desde o início
  4. programas – o que se exige hoje para os adultos?
  5. guias para professores
  6. mapas
  7. material de experiências. No próximo ano começarão para o 1º ciclo as aulas de Matemática, Ciências e Desenho.
  8. Slides.

Roma, 1973

\*\*\*\*\*

Em 17 de novembro de 1973, a *Direcção-Geral da Educação Permanente do Ministério da Educação Nacional* respondeu com o ofício nº 2899 a uma carta da EPER com estas palavras: *Em referência à carta de 3 de outubro de 1973, dirigida ao Diretor-Geral do Ensino Básico, informo V. Ex.ª. de que a portaria nº 781/73, de 10 de novembro, aprovou em regime de experiência pedagógica, os programas a adotar a partir do início do ano escolar de 1973/74, nos cursos do ensino primário supletivo para adultos.*

A resposta, assinada por C. da Silva Gonçalves, «A bem da Nação», foi enviada ao professor Vasco Pinto de Magalhães, para a sede do Colégio dos Jesuítas, em Roma (Piazza del Gesù, 45). Depreende-se que a informação solicitada tinha a ver com a aprovação dos programas ministrados na EPER, e possivelmente com outras questões, mas não se refere a eles especificamente. Depreende-se igualmente que o “interlocutor” da EPER com as Autoridades era nesse ano o jesuíta mencionado no Memorial do P. Morujão (p. 21) e que, como sucederia no futuro, uma (grande) parte da atividade de coordenação, direção e organização da vida escolar era realizada longe dos locais onde funcionava a lecionação. De facto, a Escola não dispunha de uma «sede» oficial – as salas de aula eram cedidas, de forma «provisória», no Instituto de Santo António dos Portugueses e, mais tarde, a partir de 1973, no Colégio das Irmãs Ursulinas.

# Memorial de abril de 1975

Como integração do *testemunho* do P. Morujão e atualização do Memorial de 1972/73, este é certamente um documento fundamental e impõe-se a sua transcrição integral. Escrito em Abril de 1975, tendo por finalidade dar a conhecer e justificar os pedidos de reconhecimento formal e de apoios apresentados às Autoridades, não tem assinatura e intitula-se: *Memorial da escola para emigrantes de língua portuguesa em Roma a funcionar no Instituto de S. António dos Portugueses desde 1971*. Articulando-se em 10 pontos, ultrapassa as finalidades de um Memorial propriamente dito e inclui a listagem completa do corpo docente até ao ano letivo de 1974-75, um surpreendente elenco de 26 professores, com as respetivas habilitações e matérias lecionadas. Os dados sobre os alunos constavam em documentos separados que apresentavam as listas elaboradas com o mesmo objetivo de documentar a atividade letiva e as necessidades de materiais – não só logísticas – para as quais foram nesses primeiros anos da vida da EPER repetidamente solicitadas e procuradas respostas, não diretamente em Roma, mas também junto dos ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, geralmente através da Secção Consular da Embaixada de Portugal e Roma. Não carecendo de mais *hermenêuticas* que o contextualizem, eis a transcrição completa do documento (também neste caso com grafia atualizada).



Primeira parte do mesmo pátio, visto da salinha, depois do corredor de entrada do Instituto, que permitia também entrar na igreja de Santo António. À direita, na parede com a fonte que dá vida a um sarcófago antigo, vê-se a porta de entrada para uma das salas de aula – e de reuniões do Conselho Diretivo.

## MEMORIAL

### da escola para emigrantes de língua portuguesa em Roma a funcionar no Instituto de S. António dos Portugueses desde 1971.

#### **1. Como começou**

Fernanda Vaz, religiosa do Instituto do S. Coração de Maria, depois de ter contactado com um grupo de Cabo-verdianas, das muitas que se encontram aqui em Roma, julgou útil que se organizasse uma Escola para todas aquelas que desejavam começar ou prosseguir os seus estudos.

Para esse efeito, solicitou a ajuda de alguns estudantes jesuítas portugueses para que um grupo de interessadas pudesse ter aulas da Instrução Primária e do Ciclo Preparatório.

E, assim, em novembro de 1971, começaram as aulas nas instalações do Instituto de S. António dos Portugueses – Via dei Portoghesi, 2, cedidas pelo seu ex-Director,<sup>2</sup> Mons. António Borges.

#### **2. Finalidade**

A intenção fundamental tem sido a de contribuir para a promoção humana destas emigradas, proporcionando, pelo menos, um mínimo

<sup>1</sup>) – Reitor.

de formação cultural, seguindo os programas oficiais vigentes em Portugal, e tendo em conta as circunstâncias difíceis em que vivem: isolamento, difícil integração social, por vezes injustas condições de trabalho.

### 3. Gestão da Escola

- a) Trata-se de uma Escola particular, com um mínimo de oficialidade e burocracia. Isto explica que, ao pretender traçar o caminho da Escola até hoje, haja lacunas nos dados e outros não sejam perfeitamente exatos.
- b) Mais do que “Direção”, que oficialmente não existe, poderíamos falar de responsáveis ou animadores da Escola e que são todos os professores. Contudo, podemos destacar, neste trabalho de coordenação e dinamização, na formação e no primeiro ano da existência da Escola, **Fernanda Vaz** que, tendo de partir para Portugal, foi substituída pela sua colega **Beatriz da Costa Peixoto**.
- c) No início de cada ano escolar tem havido uma reunião entre os vários professores a fim de se programarem as atividades, distribuírem as tarefas e preencher o quadro de professores.
- d) Das eventuais relações entre a Embaixada de Portugal junto ao Quirinal e a Escola (organização de exames oficiais, concessão de subsídios) tem-se encarregado um dos professores, Vasco Pinto de Magalhães.
- e) A passagem de documentos oficiais comprovativos da frequência desta Escola às alunas que o requereram foi feita pelo ex-diretor do Instituto, Mons. António Borges.

### 4. Alunas

- a) No primeiro ano da existência da Escola, esta foi unicamente frequentada por raparigas Cabo-verdianas. Com efeito, há cerca de duas mil Cabo-verdianas emigradas em Roma. Atualmente, a grande maioria continua ainda a ser de Cabo Verde.
- b) Estão inscritas também duas alunas provenientes de S. Tomé e um aluno do Brasil.
- c) Praticamente todos os que frequentam a Escola são raparigas – razão porque usamos sempre o termo no feminino “alunas” –, na grande maioria empregadas domés-

ticas, havendo também três alunos portugueses e um brasileiro.

- d) Como foi estabelecida a independência de Cabo Verde para o próximo mês de Julho, escreveu-se ao atual Governo Provisório de Cabo Verde, informando-o da existência desta Escola e oferecendo a nossa colaboração.

### 5. Professores

- a) Na sua quase totalidade, os professores têm sido estudantes portugueses (e também brasileiros nos dois primeiros anos), que se encontram em Roma a completar os seus estudos eclesiásticos, e algumas Religiosas portuguesas que vivem em Roma.
- b) Enumeremos, por ordem alfabética, os que são ou já foram professores da Escola, com uma breve apresentação:

1. **Afonso José de Herédia** (Licenciado em Filosofia, estudante de Teologia) • Ciclo Preparatório – Ciências Naturais ►1973-74.
2. **Alberto Carlos de Sousa Teixeira de Brito** (Licenciado em Filosofia, estudante de Teologia) • 1º Alfabetização ►1971-73.
3. **Altair Porto Filho** (do Brasil) (Licenciado em Psicologia) • 1º Alfabetização ►1971-73.
4. **Beatriz da Costa Peixoto** (Professora no Colégio do S. Coração de Maria, em Roma) • 2º Alfabetização – 1972-74 | • 2º Alfabetização ►1974-75.
5. **Énio Triervallier** (do Brasil) (Licenciado em Direito Canónico) • 4ª Classe – Matemática ►1972-73.
6. **Fernanda Vaz** (Professora no Colégio do S. Coração de Maria, em Lisboa) • 2º Alfabetização ►1971-72.
7. **Francisco António Rosado Belo** (Licenciado em Arqueologia e Arte Sacra) • 4ª Classe – História e Ciências Naturais ►1973-74.
8. **João Duarte Pita de Andrade** (-Estudante de Teologia) • Ciclo Preparatório – Ciências Naturais ►1973-74.
9. **João Evangelista A. Pedro** (Doutorado em Teologia) • 1º Alfabetização ►1972-74.
10. **José Besen** (do Brasil) (Estudante de Teo-

logia) • 4ª Classe – História e Ciências Naturais ►1972-73.

11. **Henrique Rios dos Santos** (Bacharel em Filosofia, 4º ano de Teologia) • 3º Ensino Secundário – Desenho ►1974-75.
12. **José Francisco Sanches Alves** (Licenciado em Psicologia) • 4ª Classe – Português ►1973-75.
13. **José Rui Gaia da Costa Pinto** (Licenciado em Filosofia, estudante de Teologia) • Ciclo Preparatório: Matemática ►1973-74 | • 3º Ensino Secundário: Desenho ►1974-75.
14. **Leão da Costa** (de Timor) (Licenciado em Teologia) • 1º Alfabetização ►1973-74.
15. **Luís Ribeiro de Oliveira** (Doutorado em Liturgia) • Ciclo Preparatório – Francês ►1972-73.
16. **Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão** (Licenciado em Filosofia, estudante de Teologia • Ciclo P. - História e Geografia ►1971-75 | • 2º Alfabetização ►1974-75. | • Ciclo Preparatório – Francês ►1974-75.
17. **Manuel de Jesus Losa** (Licenciado em Filosofia e Teologia, estudante de Clássicas) • Ciclo Preparatório – Francês ►1974-75.
18. **Manuel José Malvar da Fonseca** (Licenciado em Filosofia e Sociologia, Bacharel em Teologia) • Ciclo Preparatório – Português ►1971-73.
19. **Manuel Pelino Azeiteiro** (Estudante de Teologia) • 4ª Classe – História e Ciências Naturais ►1974-75.
20. **Maria Raquel Mendes Duarte** (do Instituto das Cooperadoras Familiares) • 4ª Classe – Português ►1972-73. | • 4ª Classe – Matemática ►1973-75.
21. **Maria Silvina Marques Palmeirim** (Licenciada em Filosofia e formada em Ciências Religiosas) • 3º Ensino Secundário: Inglês ►1973-75
22. **Mário Rosa da Silva Garcia** (Licenciado em Filosofia, estudante de Teologia) • Ciclo Preparatório – Português ►1974-75.
23. **Paulo Roberto Teixeira** (do Brasil) (Licenciado em Teologia) • 4ª Classe ►1971-72.
24. **Serafim Martins Alves** (Estudante de Teologia) • 2º Alfabetização ►1974-75.
25. **Teresa de Jesus Afonso Pereira** (Professo-

ra no Colégio do S. Coração de Maria, em Roma) • 2º Alfabetização ►1974-75.

26. **Vasco Lourenço Ribeiro Pinto de Magalhães** (Licenciado em Filosofia, 4º ano de Eng. de Máquinas, estudante de Teologia) • Ciclo Preparatório – Matemática ►1971-72. | • Ciclo Preparatório – Desenho ►1973-74 | • 1º Alfabetização ►1974-75.

c) Os professores do 1º ano de Alfabetização têm seguido o método de Paulo Freire, desde o início da Escola.

## 6. Resultados

- a) Tem-se notado um aumento progressivo do número das alunas que se inscrevem cada ano (e do número das que regularmente frequentam a Escola que, obviamente, é um bocado inferior ao das inscritas): ano letivo de
  - 1971-1972: 54 inscrições;
  - 1972-1973: 68 [O memorial anterior indica 62];
  - 1973-1974: 86;
  - 1974-1975: 130.
- b) Além das que, nos dois cursos de Alfabetização, têm aprendido o abc do ler, escrever e contar, eis a estatística das que fizeram já exames oficiais:
  - 1972-73:**
    - 4ª Classe – 7 alunas
    - Ciclo Preparatório (grupos A e E) – 9 alunas
  - 1973-74:**
    - 4ª Classe – 10 alunas
    - Ciclo Preparatório (grupos A, B e E) – 13 alunas
    - 3º ano do Ensino Secundário (algumas disciplinas) – 4 alunas.
- c) Número aproximado de candidatas a exames, neste ano letivo de 1974-1975:
  - 4ª Classe – 15 alunas
  - Ciclo Preparatório (grupos A e E) – 30 alunas
  - 3º ano do Ensino Secundário (algumas disciplinas) – 8 alunas.

## 7. Dificuldades

- a) **Da parte das entidades responsáveis:**

Certa desconfiança inicial por sentirem a necessidade de se assegurarem quanto às

intenções do grupo promotor, e por não verem claramente as possibilidades de continuidade da iniciativa.

E, dado o pouco tempo livre das alunas, apreensão por que a Escola viesse a colidir com outras iniciativas de assistência aos emigrantes já existentes, sobretudo o “Tra Noi”.<sup>3</sup> Esta atitude inicial mudou para franco apoio e colaboração tanto da parte do Capelão de emigrantes, P. Elias, como da Embaixada Portuguesa.

#### b) Da parte do grupo promotor:

Inicialmente, o facto de se começar do zero, sem um número suficiente de salas e sem um mínimo essencial de mobília e material didático: carteiras, quadros, mapas, livros, programas oficiais...

Continua ainda a ser dificuldade a falta de material didático e a insuficiência de espaço para acomodar convenientemente todas as alunas nas atuais salas de aula.

Dificuldades de tempo já que a maioria dos professores são também estudantes.

#### c) Da parte das alunas:

Falta de tempo para assistir às aulas e estudar, dado que são, praticamente todas, empregadas domésticas. A Escola, assim, ocupa-lhes quase todo o tempo livre.

Quanto à língua: sendo na grande maioria de Cabo Verde, e vivendo muitas delas já há alguns anos em Itália, o Português tornou-se para muitas uma terceira língua: falam o Italiano em casa; o Crioulo com as amigas; e nas aulas o Português.

### 8. Gestão económica

a) A escolaridade, desde o início até hoje, tem sido completamente gratuita. Para que tal se possa realizar, praticamente todos os professores têm prestado os seus serviços não remuneradamente.

3 – Movimento e associação paroquial (S. Zita) de Roma, fundado em 1952 pelo P. Sebastiano Plutino, Sacerdote da Opera di don Orione, que se dedica ao acolhimento e ajuda especialmente aos imigrantes: formalmente, propõe-se responder à necessidade da pessoa, resgatando-a dos diferentes condicionamentos que impedem a promoção das suas potencialidades espirituais e materiais [https://www.movimentotranoi.it/chi-siamo/il-movimento].

Pensámos que assim seria melhor, primeiro porque os meios económicos das alunas são bastante limitados (isto, no caso de que a escolaridade fosse paga por elas); e depois para que pudéssemos manter a “independência” da Escola (no caso de os professores serem pagos pelo Estado). Por estas razões nos empenhámos, em linha de máxima, a prestar um serviço não rentável.

- b) Como inscrição tem pagado cada aluna, no início do ano escolar, mil liras para material escolar comum. Pensámos que esta quota teria um valor pedagógico de empenho em frequentar a Escola.
- c) Da Embaixada de Portugal junto ao Quirinal a Escola recebeu ajudas económicas, através do seu ex-Secretário, Dr. Jorge Lemos Godinho, que têm sido investidas em material pedagógico (mapas, diapositivos, projetor...) e em mobília para as salas de aula (mesas, cadeiras, quadros).
- d) As salas do Instituto em que são dadas as aulas têm sido cedidas gratuitamente à Escola.

### 9. Horários das aulas

As aulas, que se têm realizado em algumas salas do Instituto de S. António dos Portugueses (Via dei Portoghesi, 2; Tel. 654.24.96), têm tido, regra geral, o seguinte horário:

- 1º e 2º ano de Alfabetização e 4ª Classe:
  - Quintas 16 h.-19,30
  - Domingos 16 h.-18,00
- Ciclo Preparatório:
  - Quintas e Sábados 16 h.-19,30
  - Domingos 16 h.-18,00 (às vezes)
- 3º ano do Ensino Secundário:
  - Segundas e Quintas 16 h.-19,30
  - 19,30-21,30

### 10. Atividades extraescolares

Por falta de tempo das alunas, quase não se têm realizado, embora pretendamos dar uma formação mais global e integral que a meramente escolar. Contudo, já se realizaram dois cine-fóruns, uma visita de estudo à cidade, e vários encontros de confraternização.

Roma, Abril de 1975

# Aditamento ao Memorial

ESCOLA PORTUGUESA - ROMA - 1969 - 1975

ADITAMENTO AO MEMORIAL SOBRE A ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA  
DE ABRIL DE 1975.

## 1. Como começou

A licenciada Maria Silvina Palmeirim, estudante de Teologia em Roma, membro do grupo religioso "Maria, Mãe da Igreja", encontrando-se regularmente com um grupo de emigrantes portuguesas, foi solicitada especialmente por uma delas, Piedade Barata dos Santos, a iniciar o ensino do ciclo preparatório para todas aquelas que o desejassem. Apresentaram-se 3 candidatas:

- Piedade Barata dos Santos
- Maria Amélia Aniceto Pereira
- Matilde Marques Pereira.

Com a aprovação do ex-director do Instituto de S. António dos Portugueses, Mons. Costa Nunes, a Escola teve assim início no Instituto em Outubro de 1969.

Desde este início M. S. Palmeirim procurou para a Escola a colaboração de outros professores, dirigindo-se a algumas religiosas e a licenciados portugueses então em Roma. Obteve de facto a colaboração de Maria Antónia Gil Martins (licenciada em Arquitectura), e de Maria Ráfaia Xavier Basto (licenciada em Direito).

Devido à dificuldade na obtenção de livros e programas escolares de Portugal, nenhuma aluna se apresentou a exame neste ano 1969-70.

Em 1970-71 foram preparadas e apresentaram-se a exame em Portugal.

- 4 alunas:
- Maria Amélia Aniceto Pereira
  - Piedade Barata dos Santos
  - Rosa Cardoso Lopes
  - Margarida da Fonseca.

Ficaram todas aprovadas, as três últimas com dispensa das provas orais.

## 2. Interrupção parcial

Em 1971-72, por absoluta falta de tempo, M. S. Palmeirim não pôde ocupar-se da Escola, mas esta teve simultaneamente novo início com

As origens da EPER não são uma questão de lana caprina, embora sejam indesejáveis a autenticidade e a veracidade destes seus dois documentos «fundacionais». Não é lúdica, porque uma das suas primeiras «coordenadoras», sem pôr em questão o valor dos referidos «memoriais», sentiu-se na obrigação de produzir um terceiro documento que, embora não essencial, completa o quadro, e poderá ter sido acrescentado para reivindicar, certamente com legitimidade, méritos pessoais e "louros" para outros protagonistas. Nomeadamente, para enaltecer o esforço de uma ou duas das primeiras alunas, a cuja preparação se dedicaram a autora do Aditamento e a sua colega de vida religiosa. Embora na realidade, como se depreende da leitura do documento, se tenha tratado nesses primeiros dois anos de aulas

privadas, para a preparação de alunos que iriam realizar exames em Portugal, será legítima tal reivindicação que, porém, não altera o significado dos dois primeiros.

Em documento dirigido ao «Secretário de Estado da Administração Escolar», em 10 de fevereiro de 1976, o Conselho Diretivo confirma no entanto a iniciativa, referindo-se-lhe nestes termos: *Já nos dois anos anteriores tinha havido uma experiência neste sentido, de carácter mais restrito.* E ela permite, aliás, alargar os horizontes e compreender também a dimensão do zelo e das sensibilidades daqueles que, não só provavelmente para efeitos de *curriculum vitae*, se consideravam "fundadores" (iniciadores) da EPER.

## 1 - Como começou

A licenciada Maria Silvina Palmeirim, estudante de Teologia em Roma, membro do grupo religioso «Maria, Mãe da Igreja», encontrando-se regularmente com um grupo de emigrantes portuguesas, foi solicitada especialmente por uma delas, Piedade Barata dos Santos, a iniciar o ensino do ciclo preparatório para todas aquelas que o desejassem. Apresentaram-se três candidatas:

Piedade Barata dos Santos

Maria Amélia Aniceto Pereira  
Matilde Marques Pereira.

Com a aprovação do ex-director do Instituto de S. António dos Portugueses, Mons. Costa Nunes, a Escola teve assim início no Instituto, em outubro de 1969.

Desde este início, M. S. Palmeirim procurou para a Escola a colaboração de outros professores, dirigindo-se a algumas religiosas e a licenciados portugueses então em Roma. Obteve

de facto a colaboração de Maria Antónia Gil Martins (licenciada em Arquitetura) e de Maria Emília Xavier Basto (licenciada em Direito).

Devido à dificuldade na obtenção de livros e programas escolares de Portugal, nenhuma aluna se apresentou a exame neste ano 1969-70.

Em 1970-71 foram preparadas e apresentaram-se a exame em Portugal 4 alunas:

Maria Amélia Aniceto Pereira  
Piedade Barata dos Santos  
Rosa Cardoso Lopes  
Margarida da Fonseca.

Ficaram todas aprovadas, as três últimas com dispensa das provas orais.

## 2. Interrupção parcial

Em 1971-72, por absoluta falta de tempo, M. S. Palmeirim não pôde ocupar-se da Escola, mas esta teve simultaneamente novo início com Fernanda Vaz e os estudantes jesuítas, referi-

dos no Memorial de 1971-75.

Das citadas alunas que tinham feito o Ciclo Preparatório em 1971, três começaram a preparar o 3.º ano liceal, autopropondo-se. Só uma – Piedade Barata dos Santos – pôde no mesmo ano ir fazer a Portugal, com sucesso, os exames do Curso Geral, à secção de Inglês; a outra, Rosa Cardoso Lopes, a secção de Letras.

## 3. Organização dos Ciclos Geral e Complementar dos Liceus

Piedade Barata dos Santos preparou-se no ano imediato 1972-73 para o exame de Inglês do Curso Geral e também de Inglês do Ciclo Complementar, com a religiosa americana Madre Norberta, do Sagrado Coração de Maria; em Filosofia, também do Ciclo Complementar, com a licenciada M. S. Palmeirim; e autopropôs-se em História e OPAN (ou OPAH?), tendo superado com sucesso todos estes exames em Lisboa, no Liceu D. Filipa de Lencastre.

[...]

O «aditamento» ao Memorial de abril tem a data de 24 de julho de 1975 e faria pois recuar dois anos a data de fundação. Nas duas páginas seguintes desse *Memorial*, ilustra-se a forma como foram organizadas as aulas e a lista das alunas que se apresentaram aos diferentes exames, e os resultados obtidos – A transcrição integral é apresentada em anexo [[«EPER-AditamentoMemorial-1975-SilvinaPalmeirim»](#)]. Assim, segundo este documento – a 2ª ou 3ª impressão sobre papel químico conservada em arquivo, ainda perfeitamente legível –, o cinquentenário da EPER poderia tere sido comemorado, justificadamente, já em 2019...

\*\*\* \*\*

# Os primeiros anos

Recuando a 1973, o «Memorial» desse ano – mais propriamente, um relatório – apresenta uma documentação essencial sobre a EPER, sem insistir (ainda) na questão que viria a tornar-se a *crux et martyrimum* dos anos seguintes: as instalações, o reconhecimento oficial da Escola, o seu financiamento. Vale a pena ler integralmente este relatório para nos situarmos no tempo e olharmos para a forma como a EPER viveu esse período inicial da sua história. Nesse ano, eram dez, de diferentes nacionalidades, os professores que garantiam a mais de seis dezenas de alunos a lecionação nos níveis de Alfabetização, 4ª Classe e Primeiro Ciclo.

Além disso, este documento aponta de forma objetiva e, diríamos, frontal, os problemas com que se debatia a EPER, questionando as dúvidas surgidas na sua fundação e os desafios a enfrentar no futuro: *a) depende de se assegurar uma assistência organizada aos emigrantes portugueses em Roma, que não pode contar unicamente com os professores atuais, uma vez que estes estão temporariamente em Roma... – lê-se no Memorial. E depende... dos resultados práticos obtidos no presente ano e de um melhor início em 1973-74: a tempo, com melhores condições...*

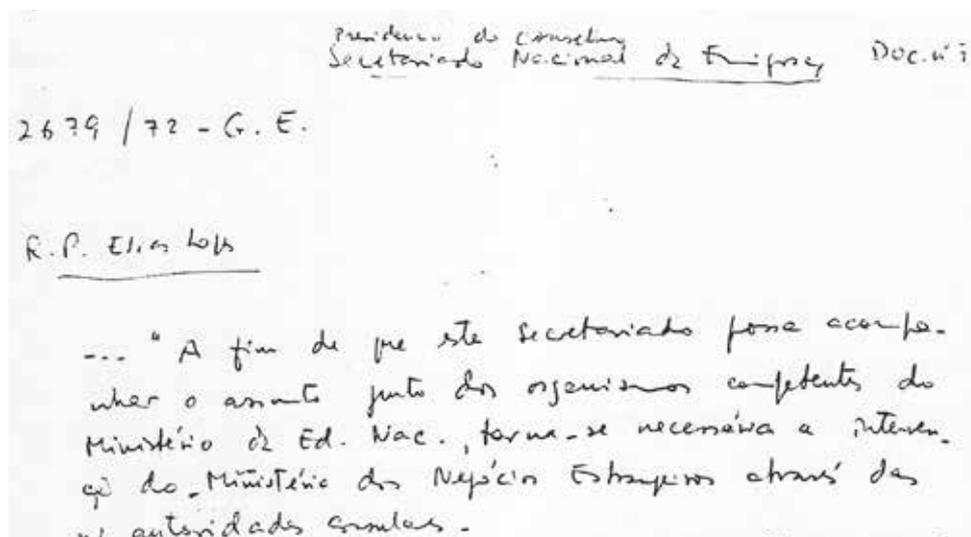
Mas, resultados positivos foi o que mais houve na EPER, não só por parte dos alunos, mas igualmente em termos de envolvimento, dedicação, abnegação e competência do corpo do-

cente que, na sua quase totalidade, já então e nos anos seguintes, era composto por professores altamente qualificados e motivados, a frequentar cursos universitários de nível superior às «licenciaturas» que já possuíam, pessoas que viriam a desempenhar cargos de elevada responsabilidade na vida cultural, social e religiosa nos seus países de origem, não só em Portugal.

*Ab uno disce omnes*: o professor de Filosofia **Nuno da Silva Gonçalves**, decano da Faculdade de Teologia da UCP e superior provincial dos jesuítas, tornou-se em 2016 Magnífico Reitor da mais prestigiada Universidade católica, a Gregoriana, de Roma, foi um dos mais qualificados e intervenientes professores da EPER. Poderíamos referir dezenas de outros exemplos, mas estes são os primeiros nomes desses primeiros anos que ocorrem à memória de quem aqui escreve (em 2018-19. Os restantes não levem a mal...).

- **Jorge Manuel de Sena** (Diretor do Colégios de S. João de Brito e do Instituto Nun'Álvres).
- **Alfredo de Oliveira Dinis** e **Etelvina Pires Nunes** (irmã de outro professor e diretor da Escola), professores de Filosofia em Braga.
- **Manuel Morujão** (superior provincial dos Jesuítas em Portugal e porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa).
- **Manuel Pereira de Almeida** (padre da mítica "Capela do Rato", especialista em Anatomia Patológica do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil e pároco da Paróquia de Santa Isabel).
- **Querubim da Silva** (presidente da Associação Portuguesa das Escolas Católicas (APEC).
- **João da Silva Peixoto** (Diretor do Secretariado Diocesano de Liturgia, pároco de Ermesinde).
- **Jorge Manuel Faria Guarda** (vigário geral da Diocese de Leiria-Fátima).
- **José Maria Pacheco Gonçalves** (jornalista).
- **Maria Odete Martins** (do Instituto Secular das Cooperadoras da Família, na direção pedagógica da Escola Asas)..., etc., etc.

A lista podia continuar – e haveria nomes sonantes de professores que vieram a ser bispos: Nuno Brás, Manuel Pelino Azeiteiro, Tolentino de Mendonça, Manuel Linda... – mas ficaria de fora sempre alguém com «pergaminhos» suficientes para nela figurarem.



Este documento, datado de 23/3/72 e enviado ao Padre Elias Lopes que, em Roma, prestava assistência como capelão à comunidade dos emigrantes (a sua dedicação é referida no *Memo-rial* de 1975), solicitava em nome do Secretário Nacional da Emigração<sup>4</sup> o envio de documentação para o «acompanhamento» da situação da EPER.

4 – Em 1972 o problema da emigração tinha-se levantado no parlamento, dando vida a uma comissão parlamentar e a um inquérito. Cf. Nota 42 (p. 43) da Tese de Doutoramento de Martina Matozzi, «Portugueses de torna-viagem. A representação da emigração na literatura portuguesa», Universidade de Coimbra, 2016 – [Consultada em 26.03.2018, em <https://estudogeral.sib.ucp.pt/bitstream/10316/29114/1/Portugueses%20de%20Torna-Viagem.pdf>]

Nesta oportunidade, sugiro que V. Ex.<sup>cia</sup> diligencie junto das n.º autoridades consulares em Roma o envio de uma exposição focando os seguintes pontos:

- N.º de alunos por classes e média de idades.
- Programa de ensino
- Instalações
- Identid. e habilitação dos profs.
- Subsídio anual pretendido. " ...

... " Se possível, <sup>seio</sup> conveniente que fosse remetido ao Sr. Secretariado cópia da exposição da n.º, c.º

dx. 24-3-72

Pelo Secretário Nac. de Ens.,  
Maurício Francisco Faria  
Diretor do Gabinete de O.

A fim de que este Secretariado possa acompanhar o assunto junto dos organismos competentes do Ministério da Educação Nacional, torna-se necessária a intervenção do MNE através das autoridades consulares... Sugiro que V. Ex.<sup>cia</sup> diligencie junto das nossas autoridades consulares em Roma o envio de uma exposição focando os seguintes pontos: nº de alunos (classes e média de idades); programa de ensino; instalações; identidade e habilitações dos professores; subsídio anual pretendido...

\*\*\*\*\*

Por sua vez, esta nota manuscrita, escrita meio ano mais tarde, refere-se também ao ano de 1972 e remete para informações oficiais sobre contactos e esforços envidados no sentido de garantir meios de sobrevivência à EPER.

Doc. n.º 6  
72 I H / 931  
N.º 253

10. Out. 72.

Ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

" ... " Tanto num como noutro caso (Zita e 1.º António)  
" os professores não receberam sal. remuneração, nem tão pouco se pediu a contribuição às alunas. V. os encargos ~~para~~ para se fazer que houve que suportar - e isto por razões de ordem predominantemente política que tanto os professores como os directores dos estabelecimentos mostraram compreender perfeitamente. As alunas limitaram-se a pagar os seus livros de texto, alguns dos quais se fizeram vir de Lisboa, por mala diplomática. " ...

O Secret. da Embaix. Económ. de Lisboa  
Jorge de Lima Godinho

«Os professores não recebem qualquer remuneração nem tão pouco se pediu qualquer contribuição às alunas... por razões de ordem predominantemente política... As alunas limitaram-se a pagar os seus livros de texto, alguns dos quais se fizeram vir de Lisboa, por mala diplomática...

# 1974/75

Para o ano letivo de 1974-75, ano da mudança de regime e da realidade política e social em Portugal, dispomos das listas dos alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino, para frequentarem as aulas e realizarem os exames. Os nomes desses primeiros alunos da EPER, por ordem alfabética, nacionalidade e com as datas de nascimento são apresentados em anexo [9 PÁGINAS: «1974-75 Profs ListasAlunos Exames»]. Estavam matriculados na 1ª classe 31 alunos de Cabo Verde e 1 de São Tomé e Príncipe; 30 de Cabo Verde e 3 de Portugal na 3ª classe; 19 de Cabo Verde, 1 do Brasil e 3 de Portugal na 4ª classe, sendo os alunos (ou melhor, as alunas) de Cabo Verde a esmagadora maioria (80). [Falta, na documentação consultada, a lista dos alunos matriculados na 2ª Classe e no Ciclo Preparatório, perfazendo 130, como se lê no Relatório desse ano].

Invertendo a tendência à medida que se «subia» nos níveis de ensino, praticamente em todos os anos da história da EPER, o número de alunos portugueses era *superior* ao das restantes nacionalidades: no chamado Ciclo preparatório do Ensino Preparatório do Ensino Secundário (antigo 5º ano), na EPER no ano de 1974-75, havia 7 portugueses e apenas 3 de Cabo Verde, mas no 2º ano do mesmo ciclo, os portugueses eram 21 (embora apenas 15 com frequência assídua, como faz constar o responsável pela Escola) e os cabo-verdianos 34 (14 com assiduidade); um provinha de São Tomé e Príncipe. Inscrita estava também uma aluna sem idade para frequentar o ensino de adultos, Glória Moreira de Carvalho (nascida a 17.2.1961), não tendo ainda atingido então a idade de 16 anos.

Nesse ano, candidataram-se ao exame da 4ª Classe, realizados nos dias 19 e 20 de junho, 16 alunos, entre os quais 2 de Portugal e um do Brasil. Para realizarem o exame de Língua Portuguesa do 2º ano do Ciclo Preparatório (6ª Classe), apresentaram-se 28 alunos, 14 portugueses e outros 14 de nacionalidade cabo-verdiana. Os mesmos alunos, exceto dois e um outro que não tinha realizado o primeiro exame, realizaram também o exame de Francês do mesmo nível de ensino. Os exames de Matemática e de Ciências da Natureza foram realizados apenas pela aluna Maria dos Santos Martins Lopes.

Os exames do 2º ano do Ciclo Preparatório (6ª classe) – Português, História e Geografia – decorreram nos dias 23, 26 e 27 de junho, sendo o júri constituído pelos professores Teresa Osório Gonçalves (presidente), Licenciada em Românicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mário Rosa da Silva Garcia e Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão. Outros professores formaram os júris dos exames de Francês (Manuel de Jesus Losa e Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão) e de Matemática e Ciências da Natureza (Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão e Mário Rosa da Silva Garcia), ambos presididos por Teresa Osório Gonçalves, como elemento externo à Escola.

\*\*\* \*\* \*

O corpo docente era formado nesse ano por 13 professores, *titulares* dos cursos e disciplinas seguidamente indicadas. O destinatário da resposta ministerial acima referida, o jesuíta Vasco Magalhães (atualmente [2017] membro do Conselho de Direção da revista Brotéria, só para citar mais um nome ilustre do panorama cultural português...), tinha a seu cargo o 1º ano de alfabetização.

- |                               |  |   |
|-------------------------------|--|---|
| 1) – 1º ano de alfabetização: | Beatriz da Costa Peixoto<br>Vasco Lourenço Ribeiro Pinto de Magalhães                              |   |
| 2) – 2º ano de alfabetização: | Serafim Martins Alves<br>Teresa de Jesus Afonso Pereira  |   |
| 3) – 4ª classe:               | José Francisco Sanches Alves<br>Manuel Pelino Azeiteiro<br>Maria Raquel Mendes Duarte              | (Português)<br>(História e C. N.)<br>(Matemática) |
| 4) – 2º ano do Ciclo Prep.:   | Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão<br>Manuel de Jesus Losa<br>Mário Rosa da Silva Garcia | (História e G.)<br>(Francês)<br>(Português)       |
| 5) – 3º ano do Ensino Liceal: | Henrique Nestor Rios dos Santos<br>José Rui Gaia da Costa Pinto<br>Maria Silvina Marques Palmeirim | (Desenho)<br>(Matemática)<br>(Inglês)             |

# 1975/76

Suficiente, embora não tão abundante como viria a ser uma meia dúzia de anos mais tarde, a informação conservada do último «lustr» da década de setenta em que a EPER se consolidou adotando uma «postura», ou filosofia, que tinha os seus alunos como primeira preocupação, cuja realidade concreta, os seus anseios e a sua vontade de aprender prevaleciam sobre todos os condicionalismos «exteriores», ao mesmo tempo que mantinha um esforço notável para garantir condições materiais que permitissem o seu adequado funcionamento, insistindo e perseverando nos contactos oficiais com as «autoridades» para encontrar resposta às necessidades concretas e à constante falta de meios materiais.

Tais contactos, inicialmente confinados aos ministérios e serviços estatais de Lisboa (da Educação, dos Negócios Estrangeiros, dos Emigrantes) estendeu-se também às autoridades de Cabo-Verde e, mais tarde, no final dos anos oitenta, ao próprio estado italiano e a diferentes instâncias sociais: essa fase da vida da EPER aconteceu quando o seu sucesso acabou por incomodar aqueles que, em Roma, preferiam manter a tradicional "tranquilidade" de uma presença cultural virada mais (ou quase exclusivamente) para as "altas esferas" – *riservata a titolari di cariche* – marginalizando ou ignorando, como era habitual, as exigências de emigrantes humildes nas suas condições de vida material, mas de coração nobre, alimentando sonhos de um futuro melhor....

\*\*\* \*\*

Retomando a narrativa da primeira década da vida da EPER, voltemos aos anos em que Portugal começou a viver em liberdade, anos de dialética democrática, vividos também em Roma com abertura mental e, sobretudo, esperança e compromisso.

Em 1975-76, os alunos distribuíam-se pelos 9 anos de escolaridade, frequentando duas tardes por semana os cursos do ensino noturno, desde a Alfabetização até ao Curso Geral dos liceus. Às quartas e quintas-feiras ocupavam, desde as 16.00 até às 21 horas, nalgumas disciplinas, as quatro salas de aula disponibilizadas no **Instituto de Santo António dos Portugueses**, em pleno centro histórico de Roma; aos domingos, tinham ao seu dispor, no Colégio da *Circonvallazione Clodia*, salas de aula verdadeiras e outros espaços disponibilizados pelas **Irmãs Ursulinas de Verona**: nunca será suficientemente enaltecida a «liberalidade» generosa desta congregação que, nessa estrutura, se dedicava ao ensino particular em parceria com o estado (algo comparável às escolas e aos colégios que em Portugal prestam serviço público de ensino ao abrigo dos "contratos de associação"): sem essa disponibilidade, que nem aos domingos deixava "descansar" as Irmãs e lhes «enchiam a casa» de barulho e de inevitável desarrumo, não teria sido possível a «aventura» da EPER. Se, durante a semana, podiam alternar-se, em dias diferentes, nas salas disponibilizadas por Mons. António Borges, aos domingos, o dia em que todos os alunos trocavam as horas livres do trabalho pelo compromisso com a própria valorização pessoal e cultural, frequentando a escola, não caberiam lá, mesmo que se abrissem também as portas da igreja de Santo António.

Olhando hoje para esses tempos, é consolador reconhecer que a coerência desse colégio atento às necessidades das pessoas concretas e deixando-se «desinstalar» de uma posição que era então e continuou/continua a ser a atitude de muitas congregações religiosas, coincide com as indicações e com o exemplo que parte hoje novamente de Roma, não de um colégio de religiosas ativo num bairro residencial, mas do próprio centro da cristandade, pela voz de um Papa... argentino.

Feito este reconhecimento às Irmãs Ursulinas – seriam também estruturas ligadas à Igreja que, anos mais tarde, ajudariam a EPER a superar a «insuperável» dificuldade das instalações... – voltemos ao nosso «diário de bordo». O documento que informava a comunidade escolar sobre os horários de aulas em 1975-76 [[1975-76-HorarioAulas Atividades](#)] incluía também as datas de início e fim das férias, pelo Natal e Páscoa: nesse ano, o terceiro período do ano letivo começou na EPER precisamente no dia 25 de abril, um domingo: uma ótima forma de comemorar

o Dia da Liberdade que, nos anos seguintes, viria a ser dedicado ao **Passeio Anual da EPER**, tendo sempre como destino lugares cheios de beleza, remetendo para a civilização romana, estudada diretamente no centro do antigo Império, o Forum, ou rumando a metas distantes, como o Vesúvio e as cidades de Pompeia, ou a civilização dos Etruscos, descobrindo a herança que os precursores dos romanos de Ostia Antica deixaram na pintura e na arquitetura do parque arqueológico (túmulos) de Tarquinia e Cerveteri, as marcas da Idade Média em castelos como o de Sermoneta, cidades como Viterbo, Orvieto, Florença e Veneza, o Parque Nacional *degli Abbruzzi*, ou conhecendo o berço de um dos pilares da civilização europeia em Subiaco, Fossanova, Alatri...

Desse ano de 1975-76 temos a lista completa dos alunos e os números são já impressionantes, sociologicamente eloquentes quanto à aposta que a comunidade emigrante de língua portuguesa em Roma fazia na própria formação escolar, tendo em vista o seu enriquecimento e desenvolvimento pessoal: **42** no 1.º ano do Curso de Alfabetização (1ª Classe) e **32** alunos na 2ª Classe; **40** na 4ª Classe (divididos em dois grupos); **69** no 1.º e 2.º anos do ciclo preparatório (quinze portugueses; os restantes, cabo-verdianos); **24** no Curso Geral liceal noturno (9 de Portugal) e, no Curso Complementar, uma portuguesa e outra cabo-verdiana – embrião de números bem mais consistentes neste grau de ensino nos anos sucessivos. Para todos, encontrou resposta o grupo dinamizador da EPER, remando contra a maré e enfrentando os desafios e dificuldades que sempre se vencem quando se alimentam horizontes de esperança e se acredita no valor e na dignidade das pessoas. [Os nomes dos alunos deste 5º ano de vida da EPER encontram-se em anexo, num documento de seis páginas: «1975-76-Alunos»].

### **Professores do ano letivo de 1975-76**

Quanto ao quadro docente desse ano, os dados falam por si: há professores a lecionar mais do que uma disciplina. Os números de telefone remetem para o Colégio da *Piazza del Gesù* e são, por isso, na sua maioria, jesuítas; uns moravam na Via Nicolò V, a residência romana dos padres diocesanos portugueses que frequentavam cursos de especialização em diferentes matérias, outros tinham a sua morada na Via Luigi Lillio, sede do Colégio dos padres Combonianos. O nº 107 da Via Germanico era a sede do instituto secular das Cooperadoras da Família, vulgarmente chamadas «Zitas» (Obra de Santa Zita). E estes eram os seus nomes.

#### **1.º ANO DE ALFABETIZAÇÃO (1ª classe): grupos A e B**

Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão	P.za del Gesù, 45 – 00186 Roma – 67.95.131 67.93.495
Teresa Pereira	Via Nomentana, 355 – 00162 Roma 838.06.71
Vasco Lourenço Ribeiro Pinto de Magalhães	P.za del Gesù, 45 – 00186 Roma 67.95.131 67.93.495

#### **2.º ANO DE ALFABETIZAÇÃO (2.ª classe)**

Beatriz da Costa Peixoto	Via Nomentana, 355 – 00162 Roma 83.53.45
Vasco Lourenço Ribeiro Pinto de Magalhães	P.za del Gesù, 45 – 00186 Roma 67.95.131 67.93.495

#### **4.ª CLASSE: grupos A e B**

<b>Português:</b> José Francisco Sanches Alves	
Manuel Pelino Azeiteiro	Via Nicolò V, 3 – 00165 Roma 654.20.13
<b>Aritmética:</b> Aventino de Sousa Pereira	Via Luigi Lillio, 80 – 00143 Roma 591.14.50
Maria Raquel Mendes Duarte	Via Germanico, 107-1.º -00192 Roma 31.40.31
<b>Ciências e História:</b> Laurinda de Jesus Gaspar	
Maria Carlota	Via Valcannuta, 130 – 00166 Roma 622.15.42

#### **CICLO PREPARATÓRIO – 1.º e 2.º ANOS**

<b>Ciências:</b> Serafim Martins Alves	Via Luigi Lillio, 80 – 00143 Roma 591.14.50
<b>Matemática:</b> José Rui Gaia da Costa Pinto	P.za del Gesù, 45 – 00186 Roma 67.95.131 67.93.495

#### **CURSO GERAL DO LICEU - 1.º, 2.º e 3.º ANOS**

<b>Português:</b> Mário Rosa da Silva Garcia	P.za del Gesù, 45 – 00186 Roma 67.95.131 67.93.495
<b>Francês:</b> Maria Silvina Marques Palmeirim	Via Stefano Porcari, 11 – 00193 Roma 656.04.21
<b>História:</b> Jorge Manuel Martins Figueiredo Sena	P.za del Gesù, 45 – 00186 Roma 67.95.131 67.93.495

Ciências: Afonso José de Herédia P.za del Gestì, 45 – 00186 Roma 67.95.131|67.93.495  
Físico-química: Manuel Tomás de Carvalho Botelho – Via Nicolò V, 3 – 00165 Roma 654.20.13

## CURSO COMPLEMENTAR DO LICEU - 1.º e 2.º ANO

### Literatura e Francês:

Teresa de Jesus Osório Gonçalves Via Stefano Porcari, 11 – 00193 Roma 656.04.21  
Filosofia: Maria Silvina Marques Palmeirim Via Stefano Porcari, 11 – 00193 Roma 656.04.21  
História: António Maria Pereira Cunha Amaral P.za del Gesa, 45 – 00186 Roma 67.95.131|67.93.495  
Inglês: Henrique Nestor Rios dos Santos Via del Seminario, 120 - 00186 Roma 68.80.41

\*\*\* \*\*

10fev76

É de 10 de fevereiro de 1976 o extenso relatório, assinado por todos os professores, enviado pela Direção da Escola ao *Secretário de Estado da Administração Escolar* e entregue na Secção Consular da Embaixada Portuguesa de Roma (junto do Estado italiano). Este documento recorda brevemente o historial da EPER, especificando que *surgiu, e tem-se desenvolvido, por iniciativa particular dos seus professores, mas sem carácter confessional ou partidário*, apresenta dados estatísticos, reconhece ter recebido nos dois anos anteriores subsídios através do Consulado, contextualiza a realidade da escola e reconhece sem complexos de inferioridade as dificuldades com que se defronta – nos campos pedagógico-didático, financeiro e administrativo (gestão).

*Dada a situação exposta* – escrevem os responsáveis jesuítas, com ciência e consciência de que o futuro da EPER não era sustentável nas bases precárias em que ainda assentava – *torna-se desejável para assegurar o futuro da Escola Portuguesa de Roma, que o Ministério da Educação a oficialize*. É a primeira vez que é formalmente formulado o pedido de oficialização, ou reconhecimento formal e oficial da EPER, embora na forma delicada traduzida pelo adjetivo «desejável». O corpo docente de então especificava as áreas de intervenção «oficial» para garantir a sua sustentabilidade futura: o Estado deveria *suportar as suas despesas crescentes, nomear uma pessoa para a dirigir e assegurar o apoio didático indispensável*. Este documento merece, pois, transcrição integral:

Ex.mo Senhor  
Secretário de Estado da Administração Escolar

1. Em Novembro de 1971 teve início uma Escola particular para o ensino português aos emigrantes em Roma. Já nos dois anos anteriores tinha havido uma experiência neste sentido, de carácter mais restrito.

Desde então, tem aumentado constantemente o número de alunos, como se pode ver pelos elementos seguintes:

- Ano letivo de 1971-1972: 54 alunos.
- Ano letivo de 1972-1973: 68 alunos.
- Ano letivo de 1973-1974: 86 alunos.
- Ano letivo de 1974-1975: 130 alunos.
- Ano letivo de 1975-1976: 209 alunos.

Dos 209 alunos inscritos no corrente ano letivo, 74 frequentam cursos de alfabetização, 40 a 4.ª Classe, 69 o 1.º e 2.º anos do Ciclo Preparatório, 24 o Curso Geral do Liceu e 2 o Curso Complementar do Liceu.

Até 1972 os alunos que desejavam apresentar-se a provas de exame tinham de deslocar-se a Portugal. A partir de 1975 passaram, porém, a

realizar-se exames em Roma, tendo prestado provas:

- Em 1973: 7 alunos da 4.ª Classe; 9 alunos do Ciclo Preparatório;
- Em 1974: 10 alunos da 4ª Classe; 13 alunos do Ciclo Preparatório; 4 alunos do Curso Geral do Liceu;
- Em 1975: 16 alunos da 4.ª Classe; 29 alunos do Ciclo Preparatório; 10 alunos do Curso Geral do Liceu.

Os alunos que desejam efetuar exames do Ciclo Complementar do Liceu têm-se deslocado a Portugal para esse fim.

2. Os números atrás referidos atestam o grande desenvolvimento do ensino português em Roma desde o seu início. Até ao ano passado as aulas puderam ser dadas todas nas instalações do Instituto de Santo António dos Portugueses que, para esse efeito, cedia gratuitamente algumas salas. No presente ano letivo, porém, as instalações do Instituto revelaram-se insuficientes para o grande número de alunos, passando também alguns cursos a ser dados, aos domingos, no Colégio Italiano das Irmãs Ursulinas, que também aceitaram ceder gra-

tuitamente algumas salas.<sup>5</sup>

3. Quanto aos professores: desde o início que são, na sua quase totalidade, estudantes em cursos universitários em Roma, na grande maioria religiosos, que procuram nos tempos livres contribuir para a promoção humana dos emigrantes de língua portuguesa de Roma, proporcionando-lhes formação cultural, seguindo os programas oficiais vigentes em Portugal.

A Escola Portuguesa de Roma surgiu, e tem-se desenvolvido, por iniciativa particular dos seus professores, mas sem caráter confessional ou partidário.

A escolaridade, desde o início até hoje, tem sido gratuita. Para que tal se possa realizar, praticamente todos os professores têm prestado os seus serviços não remuneradamente.

4. Para os anos letivos de 1973-1974 e 1974-1975, a Escola recebeu da Direção Geral do Ensino Básico, através da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Roma, subsídios para o seu funcionamento, que foram investidos, principalmente, em material pedagógico (mapas, diapositivos, projetor, etc.), e em mobília para as salas de aula (mesas, cadeiras, quadros).

5. Os alunos que têm frequentado a Escola são, na sua esmagadora maioria, empregadas domésticas, trabalhando em Roma, a maior parte das quais cabo-verdianas. É um ensino de adultos, uma vez que a emigração para Itália é recente e que, praticamente, não existem crianças em idade escolar nas colónias portuguesa (350 a 400 pessoas) e cabo-verdiana (cerca de 1.500 pessoas).

6. Além das dificuldades derivadas da falta de tempo para assistir às aulas e estudar das alunas, a quem a Escola, de resto, ocupa quase todo o tempo livre; do problema da língua para as cabo-verdianas (que entre si falam o crioulo e nas casas em que trabalham o italiano); da falta de tempo da maioria dos professores (eles próprios estudantes) e das carências de instalações e material didático em que funciona a Escola, há alguns problemas que se põem e cuja resolução depende do apoio que as autoridades competentes decidirem dar ao ensino português em Roma. Assim:

a) No campo didático: verifica-se a necessidade de serem fornecidos aos professores e alunos livros de texto e orientações pedagógicas logo no princípio do ano letivo. No presente ano tal material, imprescindível para o bom funcionamento do ensino, ainda não foi recebido na grande maioria.

b) No campo financeiro: sabemos que ainda não foi recebida pela Secção Consular da Embaixada de Portugal qualquer quantia para apoio ao ensino português no corrente ano letivo o que, com a grande expansão do número de alunos, torna difícil a manutenção de algumas atividades escolares indispensáveis. No futuro, conviria que a direção da Escola soubesse com o que esta pode contar e pudesse decidir da sua aplicação.

c) No campo administrativo: põem-se problemas quanto ao futuro da Escola que tem sido gerida colegialmente pelos professores, com um mínimo de burocracia. No entanto, o aumento do número de alunos e de cursos começa a exigir a presença de alguém que se ocupe dos problemas de organização do ensino, recrutamento dos professores, relações com as entidades oficiais, portuguesas e italianas, obtenção de instalações, orientação pedagógica, organização dos exames e gestão dos dinheiros que forem atribuídos à Escola.

7. Dada a situação exposta, em especial as dificuldades acima apontadas, que se fazem sentir desde já, torna-se desejável para assegurar o futuro da Escola Portuguesa de Roma, que o Ministério da Educação a oficialize,

- suportando as suas despesas crescentes,
- nomeando uma pessoa para a dirigir
- e assegurando o apoio didático indispensável.

Destes problemas falou-se no ano findo com o Sr. Dr. João Vitorino Gomes Ferreira, da Direção Geral do Ensino Secundário, quando aqui veio presidir aos júris dos exames do Curso Geral do Liceu. O Dr. Gomes Ferreira poderá dar, sobre a Escola Portuguesa de Roma, as informações que colheu quando aqui esteve.

Os professores, abaixo assinados, vêm por este meio pedir a Vossa Excelência a oficialização da Escola Portuguesa de Roma.

Com os melhores cumprimentos,

Roma, 10 de Fevereiro de 1976.

<sup>5</sup> –Segundo a Memória de Manuel Morujão, já a partir de 1973-74 (ver p. 21).

Acrescente-se aqui mais uma palavra sobre a Secretaria: nesse tempo, o trabalho «burocrático» era realizado à maneira de TPC pelos professores responsáveis. Isso aconteceu também quando a Escola teve de funcionar na «cave» da Paróquia de Santo Agostinho. Só na década de 80 do séc. XX uma das salas do Instituto, a sala-de-estar, que também era sala de aulas, passou a ser identificada "oficialmente" como *Secretaria* da Escola. Estas, as assinaturas apostas no documento.

Vasco Pinto de Magalhães  
 José Francisco Sanchez Arag  
 Manuel de Fátima Formosa e Oliveira Morujão  
 Maria Rosa de Ilha Freixo  
 Beatriz da Costa Peixoto  
 José Francisco Sanchez Arag  
 Manuel Petrus Domingues Agenteiro  
 Maria de Lina Marques Palusini  
 Henrique Pestes Luis do Couto  
 Teresa de Jesus Osório Dias Cruzalves  
 Maria Joaquel Mendes Duarte  
 Teresa de Jesus Pereira  
 José R. Costa Lima  
 Afonso José de Almeida  
 Jorge Manuel Quintim Sena  
 Maria Carolina  
 Lourenço Jesus Silva

\*\*\* \*\*

10fev1975

### **Pedidos de oficialização**

É possível supor, mas não consta documentação sobre a reação a esse primeiro pedido de oficialização, formulado talvez demasiado cedo, por parte dos responsáveis políticos em Lisboa (acabara o período «quente» do PREC, mas não o espírito contrário à presença e intervenção da Igreja em funções reivindicadas pelo Estado, mesmo para suprir carências que ele não podia ou não conseguia resolver para dar resposta a necessidades reais das pessoas, nomeadamente no campo da educação). Quanto à EPER, porém, no seguimento da decisão de pedir formalmente a oficialização, em 26 maio de 1976, estando quase a terminar o ano letivo, Manuel Morujão assinou um comunicado dirigido aos *PROFESSORES DA ESCOLA para emigrantes de L. Portuguesa* pedindo o seu envolvimento e colaboração em vista da organização do ano letivo seguinte. Esta informação, que retoma brevemente o conteúdo essencial do documento de 10 de fevereiro, contém elementos novos que vale também a pena conhecer textualmente:

*Caro(a) colega e amigo(a)*

*Estamos quase chegados ao termo de mais um ano letivo da Escola onde trabalhamos. Faltam os exames que, como nos anos passados, esperemos se possam realizar normalmente.*

*A vista da meta de mais uma etapa é bem oportuno deitar contas à vida de mais um ano de trabalho em comum e, não menos conveniente, prever e programar o próximo ano letivo.*

Como é sabido, foi pedida a oficialização da Escola, devido a que:

- o número de alunos aumentou muito;
- e, conseqüentemente, aumentou também o trabalho de organização e de burocracias;
- sendo, portanto, necessário, ao menos, uma pessoa dedicada oficialmente à Escola;
- Como também é conhecido, foi proposta, pelo Secretário da Embaixada, para "diretor" da Escola, a nossa colega Silvína Palmeirim, pelos seguintes motivos (sem falar da competência pessoal):
  - por ser uma pessoa que vive estavelmente em Roma;
  - por, desde há anos, trabalhar na Escola, estando, portanto, a par de toda a sua circunstância;

- por ser diplomada por uma universidade civil portuguesa.

Espero que a resposta possa vir antes do início do próximo ano letivo. Mas, se o "ótimo" não for possível, acho que não se poderá deixar de trabalhar no campo do "bom" ou até mesmo do "menos mau"!

Era bom saber desde já com quem podemos contar para o ano.

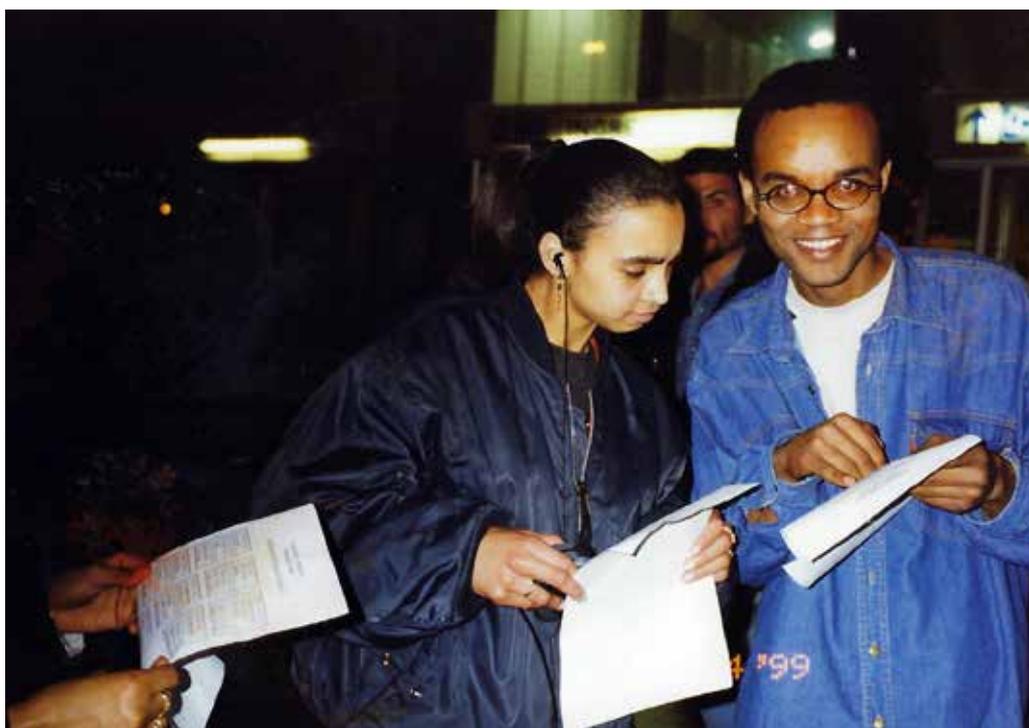
Muito provavelmente o número de alunos aumentará e, portanto, o número de professores também deverá aumentar. Talvez conheças ou tenhas indicações de alguém que possa vir a colaborar na nossa Escola. Por isso te peço que respondas às perguntas do questionário anexo e me faças chegar as respostas quanto antes.

Em nome dos(as) interessados(as) e em meu nome pessoal desde já um muito obrigado.

Roma, 26 de maio de 1976.

Manuel Morujão

Não se conserva o questionário, mas quase certamente as perguntas destinavam-se a receber como resposta a disponibilidade dos professores, com os respetivos dados pessoais e profissionais (habilitações), para organizar o ano letivo do ano seguinte.



Dois alunos consultando os horários das aulas.

# 1976/77

O sexto ano de vida da EPER ficou marcado pela novidade de haver um novo rosto como principal *responsável* pela sua coordenação, apesar de se frisar, no tradicional *Relatório de Atividades* (do 1º trimestre), elaborado para informar as autoridades ministeriais de Lisboa e solicitar o também já tradicional subsídio para garantir o seu funcionamento, que *a Escola é dirigida em regime colegial por todos os professores, reunidos em assembleia sempre que se trata de definir critérios de gestão fundamentais*. Nesse ano, porque alguns «fundadores» jesuítas terminavam a sua especialização em Roma e regressavam a Portugal – nomeadamente Manuel Morujão – a «gestão da EPER passou para **Silvina Marques Palmeirim**, tendo no entanto como assessores («consultores») dois jesuítas de igual *calibre* daquele que viria a ser Superior Provincial dos Jesuítas em Portugal: Jorge Manuel Martins Figueiredo Sena, futuro diretor do Colégio de S. João de Brito (1999 a 2005), e Mário Rosa da Silva Garcia, futuro professor da UCP.

Mas, eis o documento, cuja leitura nos introduz na realidade vivida pelos professores na sua relação pessoal, pedagógica e didática com as mais de duas centenas e meia de alunos (265 matriculados em outubro), cujos nomes registámos no ano anterior, e com os novos, que se matricularam nesse ano (terão sido certamente elaboradas novas listas). Deste documento transparece o esforço feito para encontrar respostas aos problemas já conhecidos – garantir à EPER um presente e um futuro que fosse confirmado pelo almejado reconhecimento formal solicitado – e emergem também a capacidade e seriedade da Escola quanto à sua organização e gestão.

ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA  
00186 - VIA DEI PORTOGHESI. 2  
TELEFONO 6542496

## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO 1º TRIMESTRE (1976/77)

### I – Horários

As atividades iniciaram a 5/10/76 com a aceitação de matrículas, cujo termo último foi a 31 do mesmo mês. No dia 17, entretanto, começaram as aulas, distribuídas com o seguinte horário:

#### Primária

1ª fase – 1º e 2º anos:

Todas as quintas-feiras, das 16 às 20 horas  
Todos os domingos, das 16 às 18 horas

2ª fase – 1º e 2º anos:

Idem (*quintas e domingos*)

#### Ciclo preparatório do Ensino Secundário:

Disciplinas de Português, Francês, Inglês, Estudos Sociais e História – programas do 1º e

2º anos:

Todas as quintas-feiras, das 16 às 19.30 horas  
Todos os domingos, das 16 às 19 horas

#### Curso Geral do Ensino Secundário

Disciplinas de Inglês, Geografia, Ciências Naturais, Matemática, Desenho – programas do 1º, 2º e 3º anos.

Todas as quintas-feiras, das 16 às 20.00 horas  
Todos os domingos, das 16 às 20 horas

#### Curso Complementar do Ensino Secundário

Disciplinas de Português, Filosofia, Introdução à Política, História, Francês, Inglês – programas do 1º e 2º anos.

Todas as quintas-feiras, das 16 às 21.30 horas  
Todos os domingos, das 16 às 21 horas

### II – NÚMERO DE ALUNOS E TURMAS

Inscreveram-se e frequentam regularmente a Escola um total de **264 alunos**, quase todos maiores de idade, trabalhadores no serviço doméstico e do sexo feminino; todos de nacionalidade portuguesa ou cabo-verdiana.

#### Primária

1ª fase, 1º ano – **40** alunas, todas de Cabo Verde. Encontram-se subdivididas em 5 grupos, cada grupo com uma monitora.

1ª fase, 2º ano – **42** alunas (2 de Portugal e 40 de Cabo Verde). Encontram-se subdivididas

em 3 grupos, isto é, 1 de Portugal e 2 de Cabo Verde.

2ª fase, 1º ano – 21 alunas, 4 de Portugal e 17 de Cabo Verde.

2ª fase, 2º ano – 30 alunas, 1 de Portugal e 29 de Cabo Verde.

### **Ciclo Preparatório do Ensino Secundário**

83 alunos, subdivididos em 3 turmas, totalizando 39 portugueses e 44 cabo-verdianos.

### **Curso Geral do do Ensino Secundário**

42 alunos, subdivididos em 2 turmas, totalizando 32 portugueses e 10 cabo-verdianos.

### **Ciclo Complementar do Ensino Secundário**

6 alunos, dos quais 2 de Portugal e 4 cabo-verdianos.

## **III – INSTALAÇÕES DA ESCOLA**

A sede principal da Escola encontra-se no Instituto Português de Santo António, onde dispomos de 5 salas suficientemente apetrechadas. Aí se realizam todas as aulas da 2ª fase primária, do ciclo preparatório, curso geral e ciclo complementar do Ensino Secundário que têm lugar às 3.ªs e 5.ªs-feiras. As aulas destas mesmas turmas que têm lugar aos Domingos, realizam-se no Colégio das Irmãs Ursulinas de Verona, por se encontrar fechado o Instituto de S. António e pelo grande número de turmas que confluem neste dia, que em qualquer

caso não caberiam nas 5 salas de S. António. Das 3 turmas do Ciclo Preparatório, uma (a turma C) funciona na *Clínica Madonna di Fátima*, com 16 alunas, todas empregadas nesta Clínica portuguesa. Das 2 turmas do Curso Geral também uma (a turma B) funciona aqui, com 8 alunas, nas mesmas condições.

As aulas da 1ª fase primária funcionam todas numa sede do Movimento «Tra Noi», dedicada às cabo-verdianas, na Via Sicília, 215, apesar de as instalações aí serem muito precárias.

## **IV – PROFESSORES E SUAS HABILITAÇÕES**

### **Primária**

1ª fase – As diversas monitoras são atuais alunas do Ciclo Preparatório da nossa Escola, que se encontram disponíveis à 5ª-feira. Ao Domingo, os cursos são dados por 3 professoras, que também orientam o ensino de 5ª-feira:

1. **Maria do Rosário Ramos**, cabo-verdiana, habilitada com o Ciclo Preparatório, responsável pelo 1º ano da 1ª fase.
2. **Olívia Moreira de Sousa**, portuguesa, habilitada com o Curso Geral do Ensino Secundário, responsável pelo 2º ano da 1ª fase.
3. **Lourdes Ferreira Martins**, portuguesa, também habilitada com o Curso Geral do E.S..

### **2ª fase – 1º ano**

**Aritmética – Beatriz da Costa Peixoto**, portuguesa, com o diploma do Magistério Primário

**Português – Maria Isabel Teixeira da Silva**, portuguesa, com diploma do Ciclo Preparatório do E.S..

**Meio Físico e Social – Ana Paula Martins da Costa**, portuguesa, estudante universitária de Ciências Biológicas.

### **2ª fase – 2º ano**

**Português – José Francisco Sanches Alves**,

português, doutorando em Ciências da Educação.

**Meio Físico e Social – Maria Carlota**, angolana, licencianda em Ciências Religiosas.

**Aritmética – Maria Raquel Mendes Duarte**, portuguesa, aluna do Curso Geral do Ensino Secundário.

### **Ciclo Preparatório do Ensino Secundário**

#### **Turma A:**

**Português – Laurinda de Jesus Gaspar**, portuguesa, licencianda em Ciências Religiosas.

**Francês – Júlia Barroso**, portuguesa, estudante universitária em Ciências Religiosas.

**Inglês – Maria da Glória Silva**, cabo-verdiana, estudante universitária de Psicologia.

**Estudos Sociais e História – Jorge Manuel Martins Figueiredo Sena**, português, licenciado em Filosofia.

#### **Turma B:**

**Português – Diamantino Dias dos Santos Penna**, português, estudante universitário de Teologia.

**Inglês – José Luís Mesa**, colombiano, *Master of Science in Agriculture* (nos EUA), licenciado em Filosofia

**Estudos Sociais e História – Manuel Alves Pi-**

nheiro, português, licenciando em Ciências da Educação.

#### **Turma C**

Disciplinas de **Português, Inglês, Estudos Sociais e História, Matemática e Ciências da Natureza:**

1. **Maria Amélia Carreira das Neves**, americana, licenciada em Letras.
2. **Olívia Gomes Marques**, portuguesa, com o diploma de Prof. do Ensino Particular do MEIC.

#### **Curso Geral do Ensino Secundário**

##### **Turma A**

**Inglês** – **Sebastião Pedrosa**, brasileiro, licenciado em Filosofia, estudante universitário de Ciências da Educação.

**Geografia** – **Francisco Augusto da Cruz Correia**, português, bacharel em Filosofia e em Teologia, estudante universitário de Missiologia.

**Ciências Naturais** – **Afonso José de Herédia**, português, bacharel em Filosofia, estudante universitário de Teologia.

**Matemática** – **Miguel Valdrighi**, brasileiro, li-

enciado em Ciências.

**Desenho** – **Ana Paula Martins da Costa**, portuguesa, estudante universitária em Ciências Biológicas.

##### **Turma B**

Disciplinas de **Português e Inglês**

**Maria Amélia Carreira das Neves**, americana, licenciada em Letras.

#### **Ciclo Complementar do Ensino Secundário**

**Português** – **Mário Rosa da Silva Garcia**, português, doutorado (licenciatura) em Filosofia.

**Filosofia** – **Maria Silvina Palmeirim**, portuguesa, licenciada em Filosofia.

**Introdução à Política** – **Francisco Augusto da Cruz Correia**, português, bacharel em Filosofia, bacharel em Teologia, estudante universitário de Missiologia.

**Francês** – **Teresa de Jesus Osório Dias Gonçalves**, portuguesa, licenciada em Filologia Românica.

**Inglês** – **Peter Damian Francis Stilwell**, português, doutorando em Teologia.

**História** – **Jorge Manuel Martins Figueiredo Sena**, português, licenciado em Filosofia.

## **V – DIREÇÃO DA ESCOLA**

A Escola é dirigida em regime colegial por todos os professores, reunidos em assembleia sempre que se trata de definir critérios de gestão fundamentais. Esta assembleia escolheu três dos professores para formarem o Conselho Diretivo, dois com função consultiva

e um coordenador, com funções também de secretaria, tesouraria e livraria. O Coordenador é: Maria Silvina Marques Palmeirim, licenciada em Filosofia pela Universidade de Coimbra; os 2 consultores são: Mário Rosa da Silva Garcia e Francisco Augusta da Cruz Correia.

## **VI – FINANCIAMENTO DA ESCOLA**

A Escola recebeu um subsídio da Direção Geral do Ensino Básico em 1973-74 de 80.000 escudos; e outro, do mesmo valor, em 1974-75; em 1975-76 apresentou à mesma Direção Geral do Ensino Básico, sempre através da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Roma, um orçamento de 2.432.000 liras italianas, tendo recebido da mesma Secção Consular apenas o saldo dos dois anos anteriores, a saber 192.000 liras. Encontra-se, portanto, com um déficit de 2.240.000 liras, relativos ao ano letivo de 1975-1976. Apresentou, através do Consulado, novo orçamento, no valor de 4.000.000 liras para o ano letivo de 1976-77, que se vem adicionar ao deficit de 1975-76, formando um total de 6.240.000 liras.

Até Outubro do 1976 as verbas foram destinadas à compra de material escolar (carteiras, cadeiras, mesas, quadros, mapas, projetor, livros para uso dos professores, etc.), a uma gratificação anual dos porteiros do Instituto de S. António e ao Colégio das Ursulinas, bem como a um pequeno subsídio anual a cada um dos professores, que prestam o seu trabalho gratuitamente.

No corrente ano letivo, o orçamento prevê também um subsídio mensal para a Coordenadora da Escola, que devido à acumulação de funções (professora, coordenadora, secretaria, tesoureira e livreira) emprega um tempo muito considerável ao serviço da Escola.

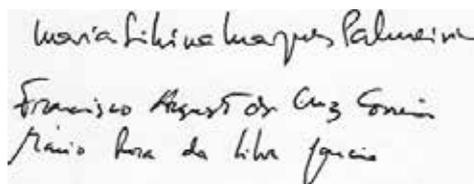
A Escola solicita pois à Secção Consular e, por

seu intermédio, às Direções Gerais do Ensino Básico e Secundário a maior urgência na satisfação das despesas para a manutenção deste ensino, que já tem a tradição de vários anos.

Roma, 25 de janeiro de 1977.

O Conselho Diretivo

[O documento termina com as assinaturas da «Coordenadora» e dos dois «consultores»],



Maria Lúcia Marques Palmeira  
Francisco Augusto da Cruz Correia  
Mário José da Silva Gomes

\*\*\* \*\*

Como se vê, também este documento é fundamental para "iluminar" os primórdios da história da EPER e a sua evolução. Entre as novidades relativamente aos anos anteriores, o ponto VI – *Financiamento* especificava minuciosamente os subsídios recebidos pela EPER desde 1973-74, tema de dois ofícios com a chancela da Secção Consular da Embaixada, dirigidos em 19 e 21 de julho de 1976 respetivamente, ao Diretor-geral do Ensino Básico e ao próprio Ministro da Educação e Investigação Científica (MEIC), documentando e requerendo o pagamento das verbas em atraso e dos montantes solicitados para o ano em curso.

Na prática, o MEIC fez ouvidos moucos às reivindicações da Escola: respondeu em 12 de janeiro de 1977, informando que fora nomeada uma Comissão responsável pelo ensino do português no estrangeiro... Nenhuma garantia de financiamento regular e, muito menos, de oficialização da EPER e, menos ainda, de atribuição de vencimentos aos professores. Pelo contrário, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha já dado a indicação, antes de julho de 1976, de que *a proposta de criação dos cursos deverá ser objeto de proposta única para cada ano letivo*. Apesar disso, fica-se com a ideia de que as condições apresentadas através do Consulado (e, provavelmente, com o seu aval), davam por garantida a atribuição de subsídios regulares à EPER, pois o último ponto do Relatório, com a data de 25 de janeiro de 1977, informava que o orçamento previa *um subsídio mensal para a Coordenadora da Escola e solicitava pois à Secção Consular e, por seu intermédio, às Direções Gerais do Ensino Básico e Secundário, a maior urgência na satisfação das despesas*.

19jul76

## Dinheiros

Vamos conhecer agora a correspondência trocada entre a Escola e as autoridades de Lisboa, através da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Roma. O primeiro ofício tem a data de 19 de julho de 1976 (nº de proc. 76IH/272), é dirigido ao Diretor-geral do Ensino Básico, junto do Ministério da Educação e Investigação Científica, em LISBOA, e responde ao ofício N° 29262, de 7 de junho findo daquela Direção-Geral – que não possuímos –, informando: *conforme os recibos juntos, sobre o saldo de Liras 192.974 existente na Embaixada, relativo a verbas para manutenção do Ensino Básico em Roma atribuídas em 1973 e 1974, às quais tinha sido dada a seguinte aplicação:*

	LIRAS
■ Subsídio ao Colégio das Irmãs Ursulinas, que cederam gratuitamente salas para aula (destinado às despesas de limpeza e conservação das mesmas salas)	• 100.000
■ Subsídio à presidente dos júris de exame da 4ª. classe e do Ciclo Preparatório	• 50.000
■ Subsídio a Francisco Augusto da Cruz Correia, pelo seu trabalho como membro e secretário dos júris acima referidos	• 20.000
■ Pagamento de despesas com a impressão das folhas de exame e deslocações em taxi. (*)	• 22.000

(\*) Esta é a única referência a custos pagos pela Escola para «deslocações»: as despesas de transportes viriam a estar «naturalmente» incluídas no conceito de voluntariado praticado por todos os professores.

2 — Como V. Exa. se dignará verificar, resta apenas um saldo de 974 Liras. Conviria, no entanto, pagar ainda as seguintes quantias:

■ Gratificação de Liras 100.000 a 19 professores	• 1.900.000
■ Com pra de um armário para guardar material escolar	• 80.000
■ Subsídio a 3 porteiros do Instituto de Santo António dos Portugueses (onde também se realizaram aulas) pelas horas extraordinárias de serviço	• 260.000
Total	2.240.000

Descontando a esta importância o saldo existente de 974 Liras, seria necessário que essa Direcção-geral nos habilitasse com a quantia de Liras 2.239.026 para liquidar todas as despesas relacionadas com a manutenção do Ensino Básico em Roma.

[Com os melhores cumprimentos.]

\*\*\* \*\*

O documento é assinado pelo Secretário da Embaixada, Encarregado da Secção Consular (Gonçalo Aires de Santa Clara Gomes).

Dois dias depois, a 21 de julho de 1976, com o ofício N.º 76 IH/276, a Secção Consular dirige-se diretamente ao Senhor Ministro da Educação e Investigação Científica.<sup>6</sup> É certamente importante ler na íntegra este documento que ilustra as preocupações da EPER mas certifica ao mesmo tempo o envolvimento e o empenho da Embaixada em dar resposta às suas ansiedades.

N.º 76 IH/276

Roma, 21 de Julho de 1976

Senhor Ministro da Educação e Investigação Científica

Excelência,

<sup>7</sup>Tendo recebido do Ministério dos Negócios Estrangeiros a indicação de que «a proposta de criação dos cursos deverá ser objeto de proposta única para cada ano letivo», tenho a honra de propor a V. Exa. que sejam subsidiados por esse Departamento de Estado os cursos de Ensino Básico e liceal que se realizarão em Roma no próximo ano letivo.

2/- Tais cursos têm já tido lugar e tendo para o efeito sido recebidos, da Direcção-Geral do Ensino Básico, subsídios em 1973 e 1974 (ao assunto se refere, entre outros, o ofício da Direcção-Geral do Ensino Básico N. 29262, de 7 de junho último, que se indica por ser a comunicação mais recente sobre estes subsídios).

3/- No entanto, dada a expansão do número de alunos e a necessidade pedagógica o material de uma melhor organização e de um financiamento seguro e regular que permita a continuação do funcionamento destes cursos, os professores da Escola Portuguesa de Roma propuseram, em exposição dirigida a Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Escolar (que tive a honra de remeter com o ofício N.º 76 IH/83, de 1 de março último) que a referida Escola fosse oficializada, sendo para ela nomeado um diretor pago por esse Ministério e responsável pela administração das verbas que lhe forem atribuídas, bem como pela orientação pedagógica, escolha de professores e contactos com esse Ministério. Este pedido merece a minha concordância, como indiquei no meu ofício atrás referido.

4/- Nestas circunstâncias, tenho a honra de propor que para os cursos do Ensino Básico e Liceal português aqui realizados sejam atribuídas as seguintes verbas anuais:

6 — O titular do ministério em que mais ministros se alternaram ao longo da história da democracia portuguesa era então Vítor Manuel Rodrigues Alves, 7.º e último titular da pasta no curto espaço de tempo que duraram os Governos Provisórios (1974-julho de 1976). O seu mandato terminaria de facto com o fim do VI Governo Provisório, chefiado por José Baptista **Pinheiro de Azevedo**, a 23 de julho de 1976. Certamente, se o chegou a receber, não teve tempo de dar seguimento a este ofício datado de dois dias antes.

7 — Em quase todos os ofícios provenientes das Embaixadas com temas ou parágrafos numerados, o primeiro não aparece com numeração «explícita». Neste caso: constam os números de 2/ a 5/, mas não o 1/.

a) Ordenado do diretor (caso seja escolhida outra pessoa qualificada aqui residente – o que é possível fazer-se)	2.400.000
b) Aluguer de quatro salas de aula (para o caso de os cursos não poderem continuar a ser administrados no Instituto de Santo António dos Portugueses, que tem cedido salas gratuitamente, cuja reforma dos Estatutos está em fase adiantada de preparação e possivelmente implicará a atribuição das salas para outros fins)	3.600.000
c) Subsídios a professores e porteiros	2.000.000
d) Compra de material didático	4.000.000

Isto traduz-se num dispêndio para o Estado, durante o ano letivo próximo, de Liras ..... 8.500.000

5/-Para melhor documentação sobre a Escola Portuguesa de Roma, junto tenho a honra de remeter a V. Exa. cópia da Exposição atrás referida que os professores da Escola dirigiram a Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Escolar. Resta-me apenas acrescentar, em relação aos números ali referidos, que se espera que em 1976/1977 o número de pessoas abrangidas pelo ensino aqui prestado (que no ano letivo findo foi de 209) seja de cerca de 300.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário da Embaixada  
Encarregado da Secção Consular  
(Gonçalo Aires de Santa Clara Gomes)

A «reforma dos Estatutos» a que alude a alínea b) deste documento, que estaria «em fase adiantada», não chegou a ter lugar... Noutro capítulo deste trabalho se fará referência a essa tentativa «falhada» de alterar a configuração jurídica do IPSAR.

\*\*\* \*\*

30nov76

No final desse ano de 1976, em 30 de novembro, o Consulado encaminhou para Lisboa um «aditamento» (ofício N.º 76 IH/451) ao ofício acima transcrito. É classificado como URGENTE e dirigido, também este, ao (novo) Ministro da Educação e Investigação Científica, Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.<sup>8</sup> Eis mais este documento, que consta de seis pontos:

Excelência

1. Em aditamento ao ofício n.º 76/IH-276, de 21 de Julho último, tenho a honra de informar V. Exa. de que os Professores da Escola Portuguesa de Roma se dirigiram a esta Embaixada expondo, uma vez mais, os graves problemas com que se debatem e pedindo uma intervenção urgente no sentido de... [lhe, ou lhes? indecifrável, no original] ser dada a solução ou ajuda possível.
2. A frequência daquela Escola registou, no atual ano letivo, um notável acréscimo de alunos encontrando-se cerca de 300 a frequentarem o ensino básico e o ensino secundário. Este aumento de frequência obrigou à utilização de outras salas, alugadas, para além das cedidas provisoriamente pelo Instituto de Santo António dos Portugueses.
3. Também o quadro de professores teve de ser alargado, ascendendo hoje a 25, pondo-se, por isso, com maior acuidade a questão do subsídio a conceder-lhes, para transportes e aquisição do indispensável material escolar, mínimo de compensação possível para quem, com inegável dedicação, se vem entregando às tarefas do ensino sem retribuição monetária.
4. A necessidade da nomeação de um diretor para a Escola, salientada no ofício n.º 76 IH/347, de 3 de setembro último, dirigido ao Exmo. Diretor Geral do Ensino Básico, implica a tomada de uma decisão no mais breve prazo. A atual coordenadora, Dra. Maria Silvina Marques Palmeirim, indigitada para o cargo a criar de Diretor, muito dificilmente poderá continuar a desempenhar as suas funções se aos sacrifícios atuais que elas lhe impõem não corresponder

8 – Ocupou o cargo de 23 de julho de 1976 até 30 de janeiro de 1978, durante o primeiro Governo de Mário Soares.

a compensação mensal monetária sugerida naquele ofício.

5. Em face do que precede, tenho a honra de solicitar a V. Exa. que seja considerada, com a brevidade possível, a possibilidade de um subsídio da ordem dos 4.000.000 de liras que permita o normal imediato funcionamento dos cursos daquela Escola.
6. A concessão de tal subsídio destinar-se-ia a cobrir as necessidades de caráter urgente, não invalidando a proposta mais ampla de concessão de um maior auxílio anual, sugerida no ofício nº 76/IH276 já referido, tendo em atenção o ponto importante que constitui a oficialização da Escola Portuguesa, cujo número atual de alunos de nacionalidade portuguesa (46 no ensino básico e 34 no ensino secundário) parece amplamente justificar.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário da Embaixada  
Encarregado da Secção Consular  
(António Vítor Martins Monteiro)

13dez76

Doc. 19

Nº. 76 IH/451

Urgente

Roma, 30 de Novembro de 1976

Senhor Ministro da Educação e Investigação Científica

Excelência

Em aditamento ao ofício nº 76/IH-276, de 21 de Julho último, tenho a honra de informar V. Exa. de que os Professores da Escola Portuguesa de Roma se dirigiram a esta Embaixada expondo, uma vez mais, os graves problemas com que se debatem e pedindo uma intervenção urgente no sentido de ?????? ser dada a solução ou ajuda possível.

2. A frequência daquela Escola registou, no atual ano letivo, um notável acréscimo de alunos encontrando-se cerca de 300 a frequentarem o ensino básico e o ensino secundário. Este aumento de frequência obrigou à utilização de outras salas, alugadas, para além das cedidas provisoriamente pelo Instituto de Santo António dos Portugueses.

3. Também o quadro dos professores teve de ser alargado, ascendendo hoje a 25, pondo-se, por isso, com maior acuidade a questão do subsídio a conceder-lhes, para transportes e aquisição do indispensável material escolar, mínimo de compensação possível para quem, com inegável dedicação, se vem entregando às tarefas do ensino sem retribuição monetária.

4. A necessidade da nomeação de um diretor para a Escola, salientada no ofício nº 76 IH/347, de 3 de setembro último, dirigido ao Exmo. Diretor Geral do Ensino Básico implica a tomada de uma decisão no mais breve prazo. A atual coordenadora, Dra. Maria Silvína Marques Palmeirim, indigitada para o cargo de Diretor, muito dificilmente poderá continuar a desempenhar as suas funções se aos sacrifícios atuais que elas lhe impõem não corresponder a compensação mensal monetária sugerida naquele ofício.

5. Em face do que precede, tenho a honra de solicitar a V. Exa. que seja considerada, com a brevidade possível, a possibilidade de um subsídio da ordem dos 4.000.000 de liras que permita o normal imediato funcionamento dos cursos daquela Escola.

6. A concessão de tal subsídio destinar-se-ia a cobrir as necessidades de caráter urgente, não invalidando a proposta mais ampla de concessão de um maior auxílio anual, sugerida no ofício nº 76/IH276 já referido, tendo em atenção o ponto importante que constitui a oficialização da Escola Portuguesa, cujo número atual de

A resposta a esse ofício URGENTE foi elaborada quase de imediato (tem a data de 13 de dezembro) mas chegou a Roma um mês depois (o carimbo de entrada regista a data de 12 de janeiro), informando, como já referido, que já tinha sido nomeada (em 8 de novembro) *uma Comisso responsável pelo ensino do português no estrangeiro*, cujo teor consta integralmente na resposta enviada à Embaixada para conhecimento da Escola. Para os responsáveis – e pelo menos para uma parte da comunidade escolar, a resposta correspondia ao significado do ditado italiano: o ministério andava a... «*menar il can per l'aia*». Em vez das ajudas urgentemente solicitadas, do apoio sentido como necessário, Lisboa constituía uma comissão, destinada a ocupar-se das questões e problemas relacionados com o ensino no estrangeiro, assumindo que *o funcionamento do Serviço do Ensino Básico de Português no Estrangeiro não tem sido aquele que esperam e merecem os emigrantes portugueses*. Obviamente, a EPER não era aí diretamente mencionada e o articulado do diploma acautelava que *competete proceder a estudo que tenha em conta as solicitações do ensino da língua portuguesa*

*de forma que as estruturas a criar sejam as mais adequadas*. De modo restritivo, falava-se de 'língua portuguesa', indiciando que se legislava para a oferta de cursos que salvaguardassem ou promovessem a expressão oral e escrita da língua nacional, mas não da especificidade de uma escola como a de Roma, com ambições muito mais abrangentes e vastas.

Cinco entidades integravam a referida comissão, *diretamente dependente do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica*, competindo-lhe, entre outras coisas,

- *estudar e propor as diretrizes de política geral a adotar em matéria do ensino de Português no estrangeiro, tendo em consideração a situação global e os condicionalismos verificados nos diversos países de emigração* (alínea b),
- *apoiar os coordenadores gerais do ensino de Português no estrangeiro...* (alínea d) e, ainda, podendo aqui estar diretamente em questão a situação da Escola de Roma,
- *estudar e propor ao diretor Geral do Ensino Básico as dotações orçamentais para o presente ano escolar...*

Remetemos para a leitura integral dos seis pontos do despacho, articulados em cinco *considerandos* seguidos por seis *determinações* que, substancialmente explicam por que se «considerou» oportuno e necessário constituir a Comissão. [[RespostaME-12jan77NomedaComissaoEnsinoPortEstrangeiro](#)»

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

## Financiamento, o problema dos problemas

O financiamento da EPER foi um problema constante e o maior desafio da sua história.

Deverão ter sido particularmente «agudas» as necessidades financeiras sentidas então pelo Conselho Diretivo, e especialmente pela coordenadora, pois, em princípio, os professores não contavam com o subsídio da EPER para a sua sobrevivência em Roma e as prometidas gratificações eram certamente bem-vindas e uma questão de princípio, mas não uma espada de Dâmocles impeditiva do funcionamento da EPER em regime de voluntariado. Além disso, pela utilização das salas de aula nas instalações do Instituto de Santo António e do Colégio das Ursulinas, nada era formalmente exigido pelas duas beneméritas instituições.

Recebida a resposta do ministério através da Secção Consular da Embaixada, o Conselho Diretivo não viu no despacho qualquer referência explícita à situação da EPER e apressou-se a reagir: a 25 de janeiro, enviou à presidente da referida comissão, *Dra D. Alda Medeiros Fernandes*, uma recomendação para que, no seu trabalho, não se esquecesse da EPER:

*Tendo tomado conhecimento através da secção Consular da Embaixada de Portugal em Roma do despacho nº 335/76 de 8-11-76, que nomeou esta Comissão de Reestruturação do Ensino do Português no Estrangeiro, vimos chamar a V. atenção para a nossa Escola, que necessita de ser enquadrada na reestruturação. Abrange de facto emigrantes adultos a nível de educação permanente, ensino básico e secundário. E, tendo recebido subsídios da Direção Geral do Ensino Básico em 1973/74 e 1974/75, encontra-se em deficit relativamente a 1975/76 e desprovida ainda de dotação orçamental para o corrente ano letivo.*

Em anexo à mesma carta, seguia o *relatório das atividades do 1º trimestre* (acima apresentado), cujo original – acrescentava o Conselho Diretivo, *foi entregue na Secção Consular, a qual enviou por sua vez uma cópia para a Direção-geral do Ensino Básico.*

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

Nesse período, e na sequência desta intensa troca de correspondência, terá amadurecido a decisão de intervir pessoalmente junto das autoridades em Lisboa e, em abril de 1977, aproveitando o período das férias da Páscoa, a Coordenadora deslocou-se à capital portuguesa para entabular uma série de contactos diretos junto das instâncias ministeriais das quais se poderia esperar a tão ambicionada ajuda financeira e para a requerer com mais urgência, insistência, incidência e propriedade.

Com data da véspera da partida de Silvina Palmeirim, 22 de abril, a Embaixada emitiu a seguinte declaração-credencial, assinada pelo Conselheiro António Vítor Martins Monteiro, em nome do Embaixador, que a acompanharia nas suas diligências em Lisboa:

*Embaixada de Portugal  
Roma*

*A Embaixada de Portugal em Roma declara, para os efeitos convenientes, que a Senhora Dra. Silvina Marques Palmeirim se desloca a Lisboa para tratar de problemas relativos à Escola Portuguesa de Roma, pelo que muito agradece as facilidades que os Departamentos oficiais a contactar lhe possam conceder nesse sentido.*

Sobre os resultados da viagem efetuada pela coordenadora a Lisboa, de 23 de abril a 4 de maio, o relatório elaborado por Silvina Palmeirim, destinado às autoridades consulares de Roma e à Escola, é minucioso e esclarecedor também sobre outros aspetos importantes, nomeadamente a perceção existente (predominante?) em Lisboa acerca do trabalho realizado na capital italiana por um grupo de «corajosos» desconhecidos e arrojados – professores e alunos.

O documento, intitulado *RELATÓRIO DA VIAGEM DA COORDENADORA DA ESCOLA A LISBOA – 23 de abril a 4 de maio de 1977*, informa como foi decidida a sua deslocação a Lisboa e faz um relato das diligências efetuadas, bem como dos resultados (promessas) obtidos.

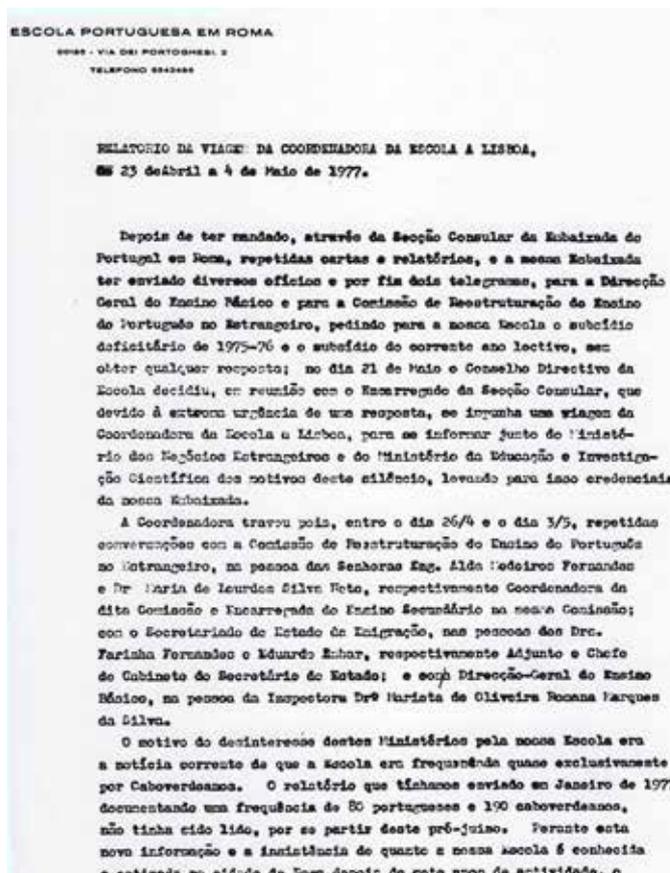
A Coordenadora, ao longo de uma semana (26/4-3/5), manteve repetidas conversações com responsáveis da Comissão de Reestruturação do Ensino do Português no Estrangeiro, do Secretariado de Estado da Emigração e da Direção-Geral do Ensino Básico e apresentou o motivo do desinteresse destes Ministérios pela nossa Escola: corria um boato, pouco elogioso,<sup>9</sup> segundo o qual a EPER era frequentada quase exclusivamente por Cabo-Verdianos. Acrescentava o relatório que a documentação enviada em 1977, documentando a frequência de 80 portuguesas... não tinha sido lida, por se partir deste pré-juízo. Após a correção dessa desinformação, informava a coordenadora, o Secretariado de Estado da Imigração telefonava para a Comissão de Reestruturação, do Ensino do Português no Estrangeiro, para apoiar a concessão... dos subsídios em atraso e, prosseguia o Relatório, essa Comissão, imediatamente reunida, deliberou que fossem sem demora concedidos e fosse transmitida esta concessão para o Ministério das Finanças.

Silvina Palmeirim indica também os montantes dos subsídios atribuídos, incluindo o que iria ser concedido ao ano seguinte de 1977-78.

Uma outra novidade deste contacto direto foi a proposta de envolver as autoridades cabo-verdianas no financiamento da EPER, através do Consulado de Cabo Verde em Itália, e sugere

9 – «Uma escola de padres e pretos»: este rótulo viria a repetir-se no tempo, evidenciando preconceitos inadmissíveis que prejudicaram a Escola e feriram a «honradez» de toda a comunidade escolar. .

Este documento é, pois, de leitura obrigatória nesta «História» e consta integralmente neste anexo [«RelatorioViagemSilvinaLISBOA - 23abr-3maio77»]. O mesmo se diga da documentação sobre os júris de exame desse ano, enviada no dia 17 de maio já à nova Comissão de Reestruturação do Ensino de Português no Estrangeiro, tendo como primeiro ponto uma espécie de «preâmbulo» para, mais uma vez, solicitar os subsídios alegadamente garantidos para 1976-77.



rindo o caminho a percorrer: provisoriamente, o Ministério da Educação de Cabo Verde, através da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, poderia recorrer ao Instituto de Cooperação com os ex-territórios ultramarinos, a fim de obter para a nossa Escola também algum subsídio em vista dos 190 cidadãos cabo-verdianos nossos alunos. E, concluía a coordenadora da EPER, do conteúdo do mesmo relatório foi dada notícia aos 27 professores e 270 alunos da Escola, que a seguiram com o maior interesse.

\*\*\* \*\*

Dirigindo-se à Eng.<sup>a</sup> Alda Medeiros Fernandes, o Conselho Diretivo pedia à presidente da Comissão que formalizasse *por escrito, em ofício para a Embaixada, a resposta dada à minha visita em 3 de maio passado, acerca dos subsídios relativos à nossa Escola, a saber: que nos seria imediatamente concedido o subsídio deficitário de 1976-77 e, pelo menos, metade do subsídio relativo ao corrente ano letivo*. Relativamente aos exames desse ano letivo, eis a informação enviada:

### Ensino Primário

a) Recebemos, através da Embaixada, todos os impressos relativos às provas do Ensino primário e os júris estão constituídos de acordo com a mesma Embaixada.

### b) Ciclo Preparatório do Ensino Liceal

(à mão: Dr. Henrique d'Almeida)

Agradecendo a possibilidade que nos oferece de escolhermos nós as datas do exame e a composição dos júris, enviamos a seguinte proposta:

### Datas e número de alunos:

21 de Junho – Português (70 alunos);

– Est. Sociais e História (70 alunos).

22 de Junho – Matemática (12 alunos).

24 de Junho – Inglês (45 alunos).

27 de Junho – Francês (25 alunos);

– C. Naturais (12 alunos).

### Composição do Júri:

**Presidente:** Maria Silvina Marques Palmeirim, licenciada em Filosofia pela Univ. de Coimbra.

### Examinadores de Português:

– Maria Amélia Carreira das Neves, licenciada em Letras pela Univ. de Stanford, Califórnia – EUA.

– Manuel Martins de Pinho, bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino, *Angelicum*, de Roma.

– Diamantino Dias dos Santos Penida, estu-

dante de Teologia na Univ. Urbaniana de Roma.

### Examinadores de Estudos Sociais e História:

– Jorge Manuel Martins Figueiredo Sena, licenciado em Filosofia pela Univ. Católica Portuguesa.

– Manuel Alves Pinheiro de Carvalho, bacharel em Ciências da Educação pela Univ. Pontifícia Salesiana de Roma.

– Maria Amélia Carreira das Neves, licenciada em Letras pela Univ. de Stanford, Califórnia, E.U.A..

### Examinadores de Inglês:

– Maria Amélia Carreira das Neves, idem.

– Maria da Glória Silva, estudante do 1º ano de Psicologia na *Univ. degli Studi* de Roma.

### Examinadores de Francês:

– Júlia Barroso, estudante do 2º ano de Ciências Religiosas na Univ. Gregoriana de Roma.

### Examinadores de Matemática:

– Manuel Tomás de Carvalho Botelho, licenciado em Teologia pela Univ. Gregoriana de Roma, estudante do 5º ano de Arquitetura na Univ. degli Studi de Roma.

### Examinador de C. Naturais:

– Afonso José de Herédia, bacharel em Filosofia pela Univ. Católica Portuguesa.

O ofício informava que *as datas foram escolhidas de acordo com as possibilidades do júri*, composto na maioria por estudantes também em época de exames. Relativamente ao Ensino Secundário, não disponho da informação enviada *diretamente para Maria de Lourdes Silva Neto, conforme nos tinha indicado*. Por fim, Silvina Palmeirim solicitava a resposta sobre a *equivalência do certificado de exame de professora de posto escolar em Angola, e o mesmo certificado que aí ficou durante os contactos mantidos com as entidades ministeriais em Lisboa*. O documentação integral pode ser consultada em anexo [«[JuriExames 76-77 e Informacoes-17maio77](#)»]



*Na época de matrículas, embora não frequentes, pois a maioria das alunas da Escola não eram casadas, cenas como esta aconteciam na Secretaria da Escola, quando nos diferentes níveis de ensino se inscreviam adultos que haviam constituído família.*

## Animação Sociocultural – Esquema de trabalho para dissertação

Aludimos, na Introdução, a um «Projeto e Animação Sociocultural» que um dos professores, o comboniano Manuel Alves Pinheiro de Carvalho, elaborou como tema de dissertação académica, provavelmente na área da Sociologia numa das universidades romanas.

A realidade da EPER, mas sobretudo dos seus alunos, foi objeto de estudo não só neste caso mas também para outros trabalhos elaborados no âmbito das Ciências Sociais, por exemplo por Maria Olívia Dias e do próprio autor desta narrativa, abordando os mecanismos de reprodução do consenso social e as formas de integração do «diferente» na sociedade.<sup>1</sup> Além disso, sindicatos e diversas instituições sociais e religiosas ocuparam-se dos problemas dos trabalhadores no campo doméstico – as «Colf» eram um tema recorrente nas preocupações de tais organismos e a Obra de Santa Zita dedicava-lhes uma publicação mensal – o jornal «Bem Fazer». O nº 495, de maio de 1975, conservado no meio da documentação aqui utilizada, apresentava Santa Zita, mais precisamente a sua humildade, como modelo de mulher, no ano internacional que lhe era dedicado: *Nos nossos tempos – lia-se na 4ª e última página – encontram-se muitas almas que dizem ter amor à humildade e querem ser consideradas como humildes. Mas fogem das humilhações; aborrecem os trabalhos desprezíveis; revoltam-se e deixam de falar às pessoas de quem Deus se serve para as humilhar; procuram convivência com as pessoas que mais as elogiam; e, enfim, pensam, falam e procedem como pessoas orgulhosas, vaidosas e cheias de amor próprio. E isto porquê? Porque não procedem como S. Zita, que fundou a sua humildade no conhecimento interior do seu nada, das suas inclinações para o mal, das suas faltas diárias postas sempre em confronto com as perfeições divinas. Imitemos, pois, a nossa Santa nesta ciência do conhecimento próprio para, como ela, nos desprezarmos e tornarmos verdadeiramente humildes.*

**Bem-Fazer**

Fundador: Mons. JOAQUIM ALVES BRÁS — Directora MARIA NATÁLIA DA COSTA ALBUQUERQUE — Propriedade da Obra de Santa Zita — Redação e Administração: Rua de Santa Antónia, à Estrada, 35 - Livros-3 — Telef. 06 03 00 e 06 93 12 — Comp. e Imp. na IMPRETIPO, — Par. dos Prazeres, 34 (Oficinas de S. José) ★ PUBLICAÇÃO MENSAL

**OUTRO MÊS DE MAIO**

No rolar do ano surge para o povo católico o mês de Maio e com ele o reacender da devoção a Maria.

Neste ano de 1975, encerramento do Ano Santo e neste mês de Maio, após as grandes inovações da vida portuguesa, vamos retomar todo o peso da tradição e vamos voltar-nos para Maria ouvindo-A e atendendo aos seus pedidos.

No Evangelho a sua última palavra é fazer tudo o que meu Filho vos disser, João 2, 5.

Após a Ascensão do Senhor, Maria reuniu-se com os

mendou na sua Exortação Apostólica *Marialis Cultus* de 2 de Fevereiro de 1974.

Para vemos quanto seja agradável a Nossa Senhora esta devoção, basta lembrarmos que ela, tanto em Lourdes como em Fátima, apareceu ao meio-dia ao toque das Avé-Marias. Por isso, em 1968, ao celebrar-se o centenário das Aparições de Lourdes, o Papa João XXIII pedia que se conservasse e avivasse essa devoção. Nas nossas vilas e aldeias e ainda em algumas igrejas da cidade o sino, de manhã, ao meio-dia e à noite, convida à oração à Virgem.

Maria há-de ser a Mãe para os homens que buscam um coração amigo.

Maria há-de aparecer como mulher eterna, neste mundo em que a mulher Eva teima em ser só Eva, teima em ser deusa.

Maria há-de ser e que aponta às gerações de sempre que só o servir fará grande o homem.

O Mês de Maio de 1975 será mais uma caminhada para Maria, aquela que na Igreja ocupa um lugar especial.

(Continua na pág. 2)

**ANO XXXII**  
**N.º 495**  
**MAIO**  
**1975**  
**AVENÇA**

**ANO INTERNACIONAL DA MULHER**

Assim o determinou a Assembleia das Nações Unidas, e com três objectivos:

- Promover a igualdade entre o homem e a mulher;
- Integrar as mulheres no desenvolvimento económico, social e cultural;
- Reconhecer a importância da sua contribuição para a paz, amizade e cooperação entre as nações.

Mais em concreto, planam-se estudos, campanhas e actividades nestes três domínios. Assim:

1. Para a igualdade, procurar-se-á a plena igualdade perante a lei, a satisfação das necessidades sanitárias por igual como as dos homens, salário igual e possibilidades e segurança de emprego, iguais direitos e responsabilidades na vida doméstica, igual participação nas decisões políticas locais e gerais.
2. Para o desenvolvimento, procurar-se-á melhorar as condições de vida e de trabalho, especialmente das mulheres rurais, conseguir as mesmas possibilidades de estudos, acesso a profissões não tradicionais, fornecer serviços sociais específicos, proteger a maternidade, as mulheres em prisão, combater o tráfico das mulheres e raparigas...
3. Para a paz, pretende-se apoio para os grupos femininos que trabalham pela paz, a participação das mulheres na vida cultural e espiritual, por causa da importância das suas actividades de beneficência, do exercício da sua profissão ou de presença activa no lar.

(Continua na pág. 3)

Por ocasião da Semana Nacional das Migrações, que decorreu de 4 a 11 de janeiro de 1976, a «Ação dos Cristãos Leigos», lema da Semana, foi amplamente evidenciado e analisado, quer nos países de emigração, quer de imigração. O opúsculo de 24 páginas (A5) publicado por/para essa ocasião pela Direção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações era preenchido nas páginas centrais com dados estatísticos sobre o tema das e/i-migrações (e refugiados) que

1 – Foi este o tema da tese de licenciatura, concluída na Universidade estatal de Roma, La Sapienza, em 1976.

ainda hoje se reveste de interesse. As dioceses portuguesas destinaram verbas significativas, e crescentes, «para a planificação pastoral junto da Igreja emigrante» – 287.998\$00 em 1973; 310.523\$00 em 1974 e 351.109\$00 em 1975 – que eram utilizadas em *publicações especializadas sobre problemas de emigração, auxílio às Missões mais carecidas, cursos de preparação para missionários de emigrantes...* Um outro aspeto que merece atenção é a «cobertura» dada então pela Igreja católica à assistência religiosa: este, o quadro (dados de 1975).

## ELEMENTOS DE ESTATÍSTICA

### EMIGRANTES E ASSISTENCIA RELIGIOSA

	Países	Emigrantes (1) (números aproximados)	Missionários
EUROPA	Alemanha .....	143 000	28
	Bélgica .....	9 000	1
	Espanha .....	27 000	—
	França .....	860 000	24
	Holanda .....	7 000	3
	Inglaterra .....	20 000	1
	Itália .....	1 000	1
	Luxemburgo .....	24 000	4
	Suécia .....	1 900	—
	Suíça .....	5 500 (2)	2
Outros Países .....	800	—	
SOMA		1 098 400	64
OUTROS CONTINENTES	África do Sul .....	145 000	5
	Argentina .....	40 000	2
	Austrália .....	17 000	1
	Bermuda .....	3 550	1
	Brasil .....	55 0000 (3)	1 (4)
	Canadá .....	135 000	16
	E. U. A. ....	160 000	3 (4)
	Rodésia .....	12 000	—
	Venezuela .....	111 000	4
	Zaire .....	20 000	—
Outros Países .....	20 000	—	
SOMA		1 213 550	33
TOTAL		2 311 950	97

(1) Os números constantes do presente mapa referem-se a 1975.

(2) Há a acrescentar aproximadamente 4000 trabalhadores temporários.

(3) Emigração referida ao período de 1930-1975.

(4) Atendendo às estruturas pastorais peculiares destes países, só se faz referência aos sacerdotes portugueses directamente ligados à O.C.P.M.

Como se vê, numericamente falando a Itália representava "pouca coisa" – não era um país de destino apeteido para os emigrantes portugueses, mas o mesmo não se podia dizer relativamente aos cabo-verdinaos. Consequentemente, o «movimento de missionários» registava a partida para o país transalpino, e o retorno, de apenas um dos 56 missionários de todas as dioceses portuguesas que prestavam assistência religiosa aos emigrantes. Essa tarefa, por vezes, era confiada a algum sacerdote que se encontrava no centro da cristandade por outros motivos.

É de registar porém a distribuição pelos institutos religiosos a que pertenciam os missionários dedicados a tal assistência, pois os Escalabrinianos, tendo como carisma e missão específica essa atividade, tinham 8 padres ocupados no trabalho pastoral junto dos emigrantes. A EPER teve o privilégio de contar entre os seus colaboradores mais fiéis o Padre Mário Maffioletti, dessa congregação, que durante mais de uma dúzia de anos prestou assistência religiosa, como capelão "oficial", e dinamizou atividades de enriquecimento curricular.

Em 1976, os «missionários de emigrantes» – era esta a designação dos sacerdotes ocupados no trabalho de assistência pastoral aos emigrantes portugueses – eram 28 na Alemanha, 24 em França, 3 na Holanda, 2 no Luxemburgo e apenas um em Itália: o P. Dr. Samuel Saúl Rodrigues, que residia no Colégio Português (nº 3 da Via Nicolò V) e, como já se referiu, tinha provavelmente como principal ocupação a formação académica universitária. Não consta nenhum «Samuel» na lista dos professores que naqueles anos formavam o corpo docente da Escola Portuguesa. Comparativamente com a realidade de outros países, registre-se que havia 16 desses «missionários» no Canadá, 5 na África do Sul, 3 na Venezuela e outros 3 nos Estados Unidos.

Será também interessante visitar os dados estatísticos gerais relativos à emigração em 1974. O quadro seguinte apresenta os emigrantes por países de destino e distritos de origem. Em relação a 1973 (79517), registava-se uma diminuição de cerca de 9244 unidades.

Distritos	ÁFRICA		AMERICA DO NORTE			AMERICA DO SUL				EUROPA				OCEANIA	TOTAL GERAL
	África do Sul	Outros Países	Canadá	Estados Unidos	Outros Países	Argentina	Brasil	Venezuela	Outros Países	Alemanha	França	Inglaterra	Outros Países	Austrália	
Aveiro	48	—	539	1 071	—	—	67	300	—	228	641	1	189	14	3 086
Beja	1	—	19	14	—	—	—	—	—	70	223	—	157	2	486
Bragança	3	—	183	98	1	2	22	16	1	317	1 374	—	247	30	2 301
Bragança	1	—	49	6	—	—	17	—	—	47	276	—	67	1	463
Castelo Branco	4	—	127	38	—	3	9	1	—	57	361	4	48	5	684
Coimbra	17	2	292	157	—	1	67	31	—	162	807	3	305	8	1 942
Évora	—	—	4	6	—	—	1	—	—	25	61	—	72	—	169
Faro	5	—	81	86	—	1	—	10	—	54	133	2	64	66	502
Guarda	—	2	52	313	—	—	22	1	—	34	279	—	57	6	768
Lelina	5	2	458	604	—	—	22	16	—	333	1 347	12	167	4	2 666
Lisboa	35	21	790	786	—	4	86	34	1	514	780	88	563	45	3 746
Portalegre	—	—	12	7	—	—	—	—	—	30	26	3	69	—	147
Porto	86	14	91	157	2	—	66	162	—	485	1 003	10	293	16	2 385
Santarém	3	—	156	114	—	—	6	3	—	172	839	—	143	7	1 445
Setúbal	6	2	144	144	—	—	6	—	—	215	154	7	89	15	782
Viana do Castelo	1	—	332	266	—	1	18	8	—	19	591	—	36	9	1 301
Vila Real	3	1	117	688	—	—	59	5	—	117	543	1	224	3	1 761
Viseu	6	1	105	399	—	4	67	2	—	180	638	4	375	10	1 701
Angra do Heroísmo	15	—	1 333	1 610	6	—	5	65	—	—	11	6	2	12	3 665
Horta	—	—	448	633	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	1 083
Ponta Delgada	—	—	6 641	2 180	27	—	4	9	—	1	—	—	1	—	8 252
Funchal	207	96	264	271	62	3	—	1 667	—	9	445	527	12	390	4 385
Emigrantes Clandestinos	—	—	—	—	—	—	183	—	—	—	26 876	—	—	—	26 876
<b>TOTAL</b>	<b>452</b>	<b>141</b>	<b>11 649</b>	<b>9 508</b>	<b>97</b>	<b>19</b>	<b>728</b>	<b>2 550</b>	<b>2</b>	<b>3 049</b>	<b>37 437</b>	<b>668</b>	<b>3 292</b>	<b>643</b>	<b>70 273</b>

No meio da documentação conservada relativa à década de setenta do século XX existem diversos contributos que evidenciam a importância dos problemas relativos à imigração feminina em Itália, nomeadamente do «sindicado» ACLI (Associações cristãs dos trabalhadores italianos), que tinham – e têm – uma secção expressamente dedicada a ocupar-se da defesa dos direitos das colaboradoras domésticas. O número duplo do boletim de outubro de 1975 (260.261) era-lhes inteiramente dedicado, com o sumário que se pode ler ao lado. As últimas páginas desse número reproduzem artigos e reportagens da imprensa com títulos particularmente elucidativos: *Le «colf» vorrebbero cambiare mestiere; Fare la colf per forza; 200.000 colf senza i contributi; Le colf sentono di essere ancora ai margini; Fanno le Colf per forza – «estrane in casa d'altri»...*

Em março do ano seguinte, as mesmas ACLI dedicavam o número duplo 68-69 do mesmo boletim (com cabeçalho enri-

**acli**  
**OGGI**

agenzia dell'ufficio stampa nazionale delle acli  
amm.ne e red.ne via monte della farina 64  
00186 roma - tel. 655251 - 655351  
direttore responsabile: giorgio bonelli

ACLI 586021  
sommario

NUMERO SPECIALE

Una inchiesta delle ACLI-Colf sulle condizioni di vita e di lavoro delle Collaboratrici familiari.

- L'introduzione del Segretario nazionale delle ACLI Michele Giacomantonio
- L'illustrazione dei dati dell'inchiesta della Segretaria Nazionale ACLI-Colf Pina Brustolin
- I primi risultati dell'inchiesta

RASSEGNA STAMPA

"Le Colf vorrebbero cambiare mestiere" ("Passo Sera" 18/10/75). "Quello che la Colf pensa del suo lavoro" ("La Stampa" del 18/10/75). "Fare la Colf per forza" ("Il Messaggero" 18/10/75). "Duecentomila Colf senza contributi" ("Il Giorno" 15/10/75). "Le Colf sentono di essere ancora ai margini" ("Avvenire" 18/10/75). "Estranee in casa d'altri" ("Unità" 19/10/75).

Anno XIII - n. 260-261 del 18-19 ottobre 1975

quecido com o logótipo) à preparação do congresso, que teria por tema «As Colaboradoras domésticas no movimento operário para o desenvolvimento dos serviços sociais para um novo modelo de vida».

A «Apresentação» antecipava uma parte dos temas que seriam abordados no congresso das ACLI desse ano.



\*\*\* \*\*

Significativa, a entrevista publicada por um jornal romano com este título



Questo ACLI-Oggi risponde ad un'esigenza di favorire il dibattito e la ricerca precongressuale fra le COLF delle ACLI e nel movimento fornendo spunti, osservazioni, problemi aperti sui quali le assemblee provinciali sono chiamate a discutere e pronunciarsi.

Il consuntivo di questi tre anni di lavoro lascia in eredità alle ACLI-COLF una serie di problemi e di acquisizioni dai quali emergono le potenzialità reali sulle quali costruire un nuovo ruolo sociale e professionale.

Uno dei punti di riferimento per questo obiettivo fondamentale di lavoro del prossimo triennio è l'inserimento sempre più convinto e consapevole delle ACLI-Colf sui temi più generali dello impegno del movimento operaio... Da ciò scaturisce l'esigenza di una lettura puntuale dei dati più gravi della crisi che coinvolgono ampi strati di lavoratori, le loro condizioni di vita e di lavoro, i livelli di potere conquistati nella società. I segni visibili di questo radicamento sono costituiti per le COLF delle ACLI dalla lotta per il primo contratto di lavoro e dall'impegno organizzativo e politico profuso nell'inchiesta nazionale. Questi due temi che rimangono obiettivi di lavoro nel prosieguo dell'attività permettono comunque un nuovo salto di qualità nell'elaborazione delle ACLI-COLF. [...]

Il tema di fondo di questa assemblea, allora, non può non essere quello relativo alla costruzione al tempo stesso di un ruolo professionale delle COLF diverso e di strutture sociali aperte e disponibili a che questo ruolo possa in esse esprimersi. È il problema dei servizi sociali e delle capacità delle COLF di rispondere soprattutto alle molteplici esigenze delle famiglie popolari. Se questo può essere il vero futuro delle COLF restano aperti problemi non meno urgenti ai quali occorre da subito dare una risposta come quello riguardante l'indennità giornaliera in caso di malattia. Nè vanno sottovalutati i temi legati al rinnovo del contratto e al problema aperto con la sentenza della corte costituzionale sulla possibilità di licenziamenti per le COLF in maternità. Da ultimo vi è l'esigenza di delineare compiutamente la presenza organizzativa delle ACLI-COLF attraverso la quale saldare sempre meglio il loro impegno con quelli del movimento e dei servizi.

Questi temi sono offerti alla riflessione delle COLF è del movimento perchè nel periodo che ci separa dall'assemblea congressuale ci sia spazio e tempo per un approfondimento ed un arricchimento che dia tono al dibattito congressuale dal quale non può non uscire la riconferma di una validità dell'esperienza delle ACLI-COLF e le premesse per un rafforzamento nella categoria, nelle ACLI, nel movimento operaio.

Porque todos estes temas estavam diretamente relacionados com a realidade da maior parte dos alunos (da EPER, é tentador aprofundar os problemas e o material existente daria «pano para mangas». Mas não é esse o objetivo deste trabalho e, por isso, voltamos ao trabalho do Prof. Manuel Alves e, como prometido, passamos a reproduzi-lo integralmente, pois apresenta em pormenor não só um quadro das condições de vida da maior parte dos alunos da Escola (alunas empregadas no serviço doméstico), mas descreve também o clima de trabalho e de

serviço que caracterizou sempre a atividade da EPER, bem como das dificuldades que circunscreviam a sua ação. Título, esquema sintético, primeira e últimas duas páginas do trabalho são cópia do original (em tamanho reduzido); por economia de espaço, transcreve-se o conteúdo das restantes seis páginas.

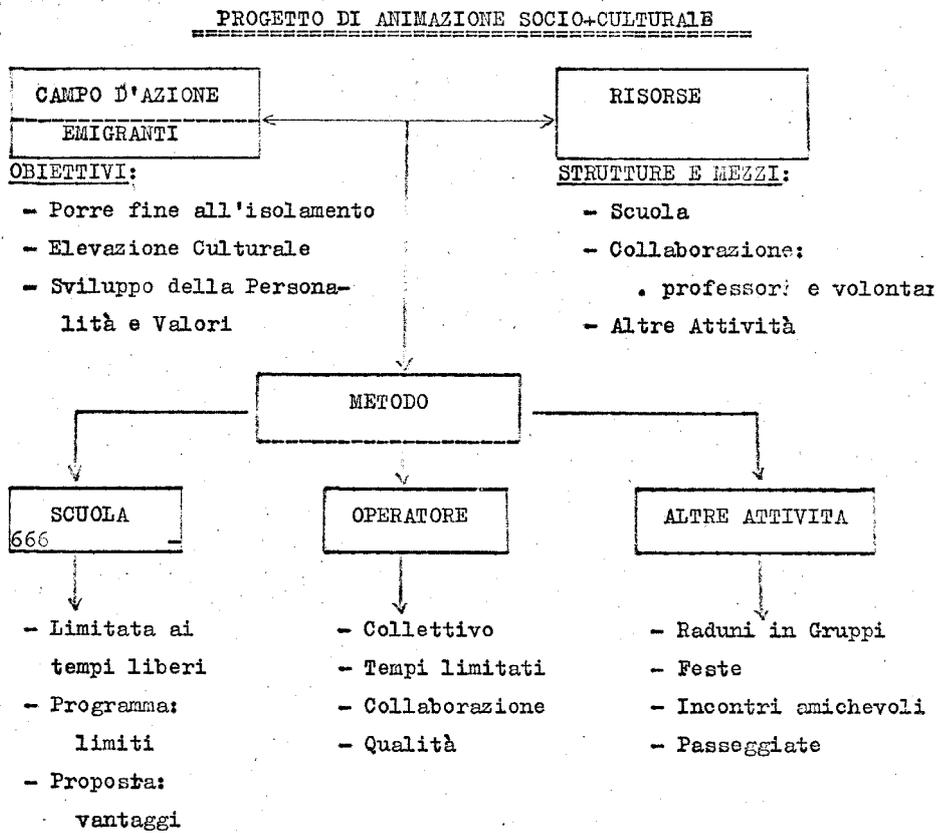
UN PROGETTO DI ANIMAZIONE SOCIO-CULTURALE

Animazione tra gli emigranti lavoratori portoghesi

TEMPO LIBERO - SCUOLA

roma 20.1.77

Manuel Alves Pinheiro de c.



---

UN PROGETTO DI ANIMAZIONE SOCIO-CULTURALE

---

ANIMAZIONE TRA GLI EMIGRANTI LAVORATORI : Tempo Libero-Scuola

INTRODUZIONE :

- Prima di tutto devo chiarire il tema enunciato: Si tratta di una esperienza che da tempo sto vivendo assieme agli emigranti portoghesi che si trovano a Roma; cercherò di mostrarne i limiti e i pregi e di abbozzare nuove proposte.

Si tratta fondamentalmente di un lavoro tra questi emigranti che approfittano del loro tempo disponibile per istruirsi, e dove è possibile un progetto di animazione socio-culturale avente come obiettivo principale " L'UOMO " :

- . L'uomo "oppresso" che vuole e può diventare "libero"
- . L'uomo "povero" che può diventare "ricco"
- . L'uomo "acritico e sottomesso" che vuole e può diventare "critico, cosciente e responsabile"
- . L'uomo "senza voce e analfabeta" che vuole parlare e descrivere la propria esistenza con "le proprie mani".

- Passo ad appresentare l'area di lavoro:

Da alcuni anni, cristiani responsabili, coscienti della loro chiamata al servizio dei "poveri", si sono accorti della situazione di persone che soffrono di isolamento, subiscono lo sfruttamento, per ignoranza dei propri diritti e del loro "essere uomini". La grande maggioranza di questi emigranti ( cui faccio riferimento) sono ragazze tra i 17-40 anni, che lavorano come impiegate domestiche. Tra queste, la maggioranza proviene delle Isole di Capo Verde, fino al 1975 sotto il dominio portoghese. Le altre sono portoghese. Queste, uscite dalla propria patria per i mezzi per una esistenza più dignitosa, si trovano in un mondo sconosciuto, dove tutto è novità, senza nessun appoggio, a dover cavarsela da sole, con l'unica ricompensa di uno stipendio, non sempre "pulito" e giusto, ma che comunque è superiore a quello del paese di origine, e da prospettive di un'avvenire migliore.

Ma i soldi non bastano e la realtà davanti alla quale ci troviamo è disastrosa: - gente distrutta fisicamente e psicologicamente  
- gente che si dedica alla prostituzione  
- gente che è sfruttata in vari modi.

Le cause sono evidenti:

- mancanza di cultura
- difficoltà di adattamento nel nuovo ambiente
- illusione alimentata dai soldi
- solitudine
- sfruttamento

Partendo da questa situazione si è pensato ad una scuola che potesse radunare queste persone in modo da creare dei rapporti interpersonali nei quali ritrovassero l'affetto perduto, ed allo stesso tempo potesse dare loro una formazione che le rendano più responsabili nella loro situazione, le aiuti a sapere utilizzare e sfruttare adeguatamente i mezzi economici, ad essere coscienti della propria dignità di persone ed arrivare a capire che l'importante non è "avere" ma "essere" di più. Ossia, aiutarle a diventare LIBERE, ad essere UOMINI e DONNE, e non oggetti e machine di lavoro.

– Ritengo necessario ora definire sotto quale prospettiva vedo il tempo libero e la scuola, per potere in questo caso, fare interventi di animazione socio-culturale.

Il tempo libero lo intendo come il periodo extra-lavoro obbligatorio del quale l'uomo può disporre lievemente per poter sviluppare ed esprimere tutta la sua personalità. La stessa radice greca «scolé» significa indifferentemente riposo, ozio, STUDIO, conversazione e assenza di lavoro. Non sono d'accordo con gli autori liberali che pensano il tempo libero come "tempo disponibile per il consumo", o con quelli di ispirazione marxista che vedono il tempo libero come "riserva di produttività sociale"; condivido alcuni aspetti di autori dell'una e l'altra corrente. Concepisco il tempo libero come ricupero della vita familiare e della potenzialità dell'uomo (Mead), come spazio di sviluppo personale e creatività (Mannheim), diventando l'antitesi creativa di un lavoro parcellizzato e alienante (Friedmann).

Non si può pensare ad un tempo libero come funzionale alla produzione dei beni di consumo che consente al capitale di riappropriarsi di parte del plus-valore, o funzionale ad una produttività sempre maggiore, togliendo i valori soggettivi di libera realizzazione individuale e sociale, ai quali dovrebbe portare.

Non c'è dubbio però, che la modalità con la quale viene usato il tempo libero è specchio dell'uomo e della società dove vive; e la nostra società di consumo presenta una triste realtà.

Per questo potrebbe aiutare molto una società democraticamente pianificata che favorisca l'estendersi dei servizi e degli interessi culturali (Cf. *Dizionario di Sociologia*, a cura di F. Demarchi e A. Ellena, Ed. Paoline, Roma 1976).

E dentro questa prospettiva che voglio inquadrare questo progetto di animazione socio-culturale tra gli emigranti portoghesi nella scuola per loro istituita, approfittando il loro tempo libero.

Questa attività si può chiamare veramente di animazione socio-culturale poiché ha proprio questo scopo: dare loro la possibilità di una presa di coscienza individuale e collettiva della loro realtà, responsabilità, e del loro essere uomini, attraverso un mezzo: la cultura.

A questo punto possiamo delineare questo progetto:

## I. — OBIETTIVI

1) **Porre fine all'isolamento** – Il fatto di trovarsi assieme dovrebbe dare opportunità per: uno scambio reciproco; una conoscenza vicendevole; una partecipazione ai problemi, gioie e progetti altrui.

E, conseguentemente, arrivare a: uno interscambio affettivo; un reciproco sostegno nelle difficoltà; all'aprirsi di nuove prospettive

2) **Elevazione culturale** – La scuola dovrebbe portare a:

- avere una più ampia visione del mondo
- creare una mentalità critica
- prendere coscienza delle proprie capacità e responsabilità
- auto-coscienza della propria situazione di sfruttamento
- avere una più giusta idea dei diritti e dei doveri
- essere attori e fattori della propria storia

3) **Sviluppo della personalità e valori** – attraverso le attività scolastiche ed extra-scolastiche, con i suoi tempi non solo di scolarità ma anche di confronto e convivenza, dovrebbe arrivarsi a:

- uno sviluppo del carattere umano e spirituale
- coscienza del proprio essere "persona", prendendo coscienza di quello che sono

- una nuova scala di valori, passando da quelli materiali (guadagno, ambizione...) ad altri più profondi: onestà, amicizia, cultura, ecc.

Questo le aiuterebbe ad una maggior coscienza e stima di se stesse, fino ad arrivare a non sentire più il bisogno di prostituirsi, di vendersi come mercanzia, o come schiave del lavoro e dei soldi, acquistando la gioia di vivere; e convincersi che si vale per quello che si "è" non per quello che si "ha", maturando una capacità di impegno personale per il bene degli altri.

## II. — RISORSE: STRUTTURE E MEZZI

### 1) Scuola

È la struttura e il mezzo più organizzata che abbiamo per questo tipo di animazione.

Come struttura abbiamo a disposizione due centri:

- uno che l'Ambasciata mette a disposizione, ma che come spazio è molto ristretto e come tempo è molto ridotto: le aule sono troppo piccole; il tempo durante il quale lo mettono a disposizione molto poco; i mezzi come biblioteca, strumenti di lavoro, non ci sono. C'è una biblioteca ma che serve a poco.
- L'altro è un centro scolastico che le Suore Orsoline mettono a disposizione la domenica. Il

vantaggio è quello di offrire aule spaziose, ma non ha nessuno strumento di lavoro.

## 2) Collaborazione

a) Operatori: professori volontari

b) Personale italiano che aiuta a chiarire i diritti e doveri degli emigranti lavoratori, e si impegna ad aiutare per risolvere problemi di lavoro, documentazioni, ecc. – In questo settore (del lavoro) le risorse per aiutare e animare questi emigranti sono poche, ma si potrebbe trovare di più, chiedendo collaborazione a personale qualificato italiano in questo settore del lavoro un aspetto importante, poiché uno dei problemi più gravi tra gli emigranti è quello di trovare un lavoro conforme alla legislazione del settore, al fine di poter esigere che sia giustamente retribuito e rispettoso delle persone.

## 3) Altre Attività

I vari incontri di gruppo, feste e passeggiate, sono mezzi che abbiamo a disposizione per aiutare queste persone a prendere coscienza dei propri valori umani e culturali, e che dovrebbero essere incrementati.

## III — METODO

### 1) La Scuola

In quanto punto d'aggancio è validissimo, poiché queste persone sono attratte dalla promozione culturale (intesa in senso scolastico) ed dei vantaggi che ne derivano. Però se ci soffermassimo solo su questo punto, certamente gli obiettivi proposti non sarebbero raggiunti, poiché porterebbe ad uno "snobismo" da evitare.

In questo senso, mi pare che il lavoro che si sta svolgendo è molto importante, anche perché le condizioni in cui si lavora non sono le migliori, come vedremo.

Il fatto che la scuola sia riconosciuta dal governo portoghese e capo-verdiano, essendo gli allievi sottoposti alla fine dell'anno agli esami stabiliti dal ministero portoghese dell'educazione, ha portato ad una eccessiva preoccupazione di svolgere tutto il programma perché gli allievi possano affrontare l'esame con successo. Ora, questo limita considerevolmente le possibilità di un maggior scambio professori-allievi. La situazione si aggrava ancora di più perché volendo fare il maggior numero possibile di corsi nel tempo più breve, le possibilità di scambio sono ridottissime, portando questo alla selezione degli allievi e creando tensioni all'interno della classe.

Un altro fattore che crea difficoltà per l'insegnamento è il tempo disponibile che si riduce a due pomeriggi settimanali, il solo concesso a questi emigranti dai donatori di lavoro, e che costitu-

isce il loro tempo libero. È evidente che dopo un lavoro estenuante come quello domestico il profitto e necessariamente ridotto.

Oltre questo, le materie che vengono insegnate sono quelle classiche della scuola statale portoghese e che incidono solo superficialmente su queste ragazze che vivono immerse in una realtà diversa, con una problematica differente, e con delle esigenze che sono ben diverse da quelle della società portoghese.

Una proposta alternativa di scuola come animazione socioculturale potrebbe essere questa:

1. Che le materie venissero adattate alle esigenze dell'ambiente in cui vivono, dando molta più importanza materie come: studi sociali, storia, lingua del paese dove si trovano, o rendendo più leggere le materie che sono più strettamente scientifiche, come la matematica e le scienze.

2. Che come lingua straniera esigita nel curriculum venisse accettata quella del paese dove lavorano

3. Che questo non solo venisse ufficialmente riconosciuto dal governo portoghese, ma che anche loro si interessassero del problema, aiutando a programmare e a coordinare il lavoro in modo corrispondente alle esigenze concrete. Che aiutassero anche economicamente queste iniziative, che fino adesso sono sopravvissute grazie alla buona volontà di cristiani impegnati, ma che con l'aumentare del numero degli allievi e la necessità di una maggior organizzazione rischia di non poter sopravvivere. Infatti, fino adesso il governo si limita appena a mandare gli esami e niente di più. Certo, la prima animazione socio-culturale, in questo settore, dovrebbe essere fatto ai primi responsabili nazionali.

Questa proposta avrebbe dei vantaggi:

a) Porterebbe questi emigranti a riflettere di più sulla loro situazione e a prendere coscienza della realtà in cui vivono, dando loro maggiori possibilità di inserimento nell'ambiente italiano, senza essere obbligati a studiare cose che li servirebbero relativamente poco nella vita.

b) Si avrebbe più tempo disponibile per scambi a tutti i livelli, che li porterebbe ad un atteggiamento critico della realtà e li FAREBBE RIFLETTERE DI PIÙ sul loro "essere uomini", non più preoccupati dall'efficientismo e dal nozionismo. Tutto questo tenendo presente la centralità dell'UOMO in tutti i suoi aspetti, e che nel nostro caso ha delle esigenze ben concrete.

Loro potrebbero partecipare più attivamente alla formazione personale e non ridursi ad essere riceventi passivi di un contenuto che tante volte li dice ben poco.

#### 4. Altre Attività

– **Raduni di Gruppi:** una volta al mese le attività scolastiche sono interrotte per lasciare spazio alla discussione di problemi personali e sociali nei quali sono coinvolti. È qui dove hanno più possibilità di esprimersi, di mettere insieme le loro idee e convinzioni, le proprie esperienze, illusioni e delusioni. In questi momenti l'animatore, quale coordinatore, deve lasciare spazio ampio, coinvolgendosi nella loro problematica e desideri, senza però lasciarsi travolgere, poiché anche qui dev'essere un uomo che ha una parola di conforto, di fiducia e di speranza.

Deve certamente valorizzare le loro esperienze, facendoli capire che hanno una ricchezza interiore da comunicare, qualità da sviluppare, e certamente cose da rivedere e da inquadrare in una prospettiva nuova più umana ed autentica.

Questi incontri dovrebbero essere stimolati di più, cercare di farli anche nelle ore di scuole cogliendo i momenti favorevoli a seconda delle esigenze che sorgono all'interno della classe.

Questi incontri si prestano ad una vera animazione che ha come obiettivo principale la PERSONA. Per questo gli operatori devono mettere in azione le qualità che propongo più avanti.

#### – Feste – Incontri amichevoli – Passeggiate

Questi si realizzano nei giorni di festa e nelle vacanze. Sono momenti di respiro, di comunicazione gioiosa, dove c'è spazio per l'incontro con gli amici, per scambi di idee e anche per manifestazioni culturali.

È una buona possibilità per poter sviluppare, manifestare i valori di persone che, tagliate fuori del loro popolo, hanno la possibilità di ricordare, esprimere e manifestare la propria cultura in quelli aspetti che pur essendo comuni a tutti i popoli, hanno caratteristiche che le distinguono le une dalle altre: il modo di stare assieme; il ballo; rappresentazioni...

In questi incontri l'operatore essendo collettivo ha dei vantaggi enormi, poiché per animare in questo caso bisogna avere delle qualità particolari che facilmente si trovano quando si è in gruppo, come musicisti, comici, drammaturghi...

#### 3) L'OPERATORE

a) **Stile:** Qui non si tratta di un operatore ma di un insieme di operatori: i professori della scuola e altri responsabili degli emigranti. In realtà, gli stessi professori oltre a fare scuola, dove possono essere dei veri animatori, svolgono anche un lavoro di animazione nelle attività sopra descritte insieme a tutti gli altri emigranti non scolastici.

Questi operatori non sono professionisti, ma

anche loro emigranti che dedicano alcune ore disponibili ai suoi compaesani.

Questo ha dei vantaggi:

Anche se in situazione diversa, essendo dello stesso

- paese sono quelli più idonei per poter arrivare alle esigenze di queste persone, e a capire la loro problematica.
- Non essendo remunerati, fanno un lavoro disinteressato e allo stesso tempo sono segno dell'amore cristiano, di una società più umana e giusta, offrendo la loro collaborazione con rispetto, coscienti che è un dovere e non un favore o una elemosina.

Si dovrebbe cercare il modo di far sì che quelli che finiscono i corsi nella scuola sentano l'esigenza di collaborare in questo servizio (qualcosa si fa già).

b) **Tempo:** Anche tra questi c'è il problema del tempo. Tutti sono studenti nelle varie università romane, e hanno impegni abbastanza pesanti, per cui dispongono di un tempo molto limitato per questo tipo di animazione che è molto impegnativo.

Questo dovrebbe portare ad una intesa e collaborazione molto grande tra loro, avviando a questo inconveniente, in modo che in breve tempo fosse presentato a questi emigranti un'ampia gamma di possibilità e di visioni della realtà.

c) **Qualità:**

- Devono essere profondi conoscitori degli emigranti, della loro psicologia e problematica, dei loro desideri e speranze.
- Devono essere sensibili e attenti osservatori del loro modo di reagire agli stimoli presentati.
- Devono avere una fondamentale attitudine all'ascolto e al dialogo, mossi da un profondo rispetto per la persona.
- Devono essere in un rapporto dinamico ed orizzontale con loro, mettendosi accanto a loro, partecipando alle loro attività non come "professore", "prete" o "studente universitario", ma come amici che vogliono partecipare le proprie esperienze.
- Devono avere una maturità che li rende lucidi al punto di poter meglio affrontare situazioni e problemi.
- Devono saper lavorare in equipe.
- Devono essere creativi nelle sempre nuove problematiche che si presentano.

Devono essere uomini di SPERANZA:

- sostenuti da una profonda fiducia nell'uomo
- profondamente solidari con loro

- realisti e allo stesso tempo credenti che un domani migliore arriverà anche per persone
- fiduciosi e suscitatori di fiducia
- liberi nei confronti delle proprie opere verso il domani e disposti a cambiare quando l'esperienza lo suggerisca.

Il loro modo di vivere dev'essere una provocazione continua per queste persone e per la società che li circonda. Come cristiani, devono sperare in un mondo migliore, in una "terra nuova" ma che dev'essere presente già da adesso, che si deve realizzare in mezzo a questa gente, portandoli una speranza nuova, un avvenire più umano, dove non ci sia più sfruttamento ed oppressione, facendo capire che sono loro gli agenti primari della loro storia, ma che non potranno mai farlo da soli, ma nella fratellanza con tutti gli uomini.

Profondamente credenti in Dio, devono essere portatori nella loro esistenza del Cristo Liberatore, che non fa distinzione tra cielo e terra, ma che realizza la giustizia e la pace tra gli uomini. Devono essere un segno per queste persone che la vita merita di essere vissuta, e che sempre è possibile cominciare una vita nuova e più autentica.

- Devono avere una fondamentale attitudine all'ascolto e al dialogo, mossi da un profondo rispetto per la persona.
- Devono essere in un rapporto dinamico ed orizzontale con loro, mettendosi accanto a loro, partecipando alle loro attività non come "professore", "prete" o "studente universitario", ma come amici che vogliono partecipare le proprie esperienze.
- Devono avere una maturità che li rende lucidi al punto di poter meglio affrontare situazioni e problemi.
- Devono saper lavorare in equipe.
- Devono essere creativi nelle sempre nuove problematiche che si presentano.

Devono essere uomini di SPERANZA:

- sostenuti da una profonda fiducia nell'uomo
- profondamente solidari con loro
- realisti e allo stesso tempo credenti che un domani migliore arriverà anche per quelle persone
- fiduciosi e suscitatori di fiducia
- liberi nei confronti delle proprie opere, tesi verso il domani e disposti a cambiare strada quando l'esperienza lo suggerisca.

Il loro modo di vivere dev'essere una provocazione continua per queste persone e per la società che li circonda. Come cristiani, devono sperare in un mondo migliore, in una "terra nuova" ma che dev'essere presente già da adesso, che si deve realizzare in mezzo a questa gente, portandoli una speranza nuova, un avvenire più umano, dove non ci sia più sfruttamento ed oppressione, facendo capire che sono loro gli agenti primari della loro storia, ma che non potranno mai farlo da soli, ma nella fratellanza con tutti gli uomini.

Profondamente credenti in Dio, devono essere portatori nella loro esistenza del Cristo Liberatore, che non fa distinzione tra cielo e terra, ma che realizza la giustizia e la pace tra gli uomini. Devono essere un segno per queste persone che la vita merita di essere vissuta, e che sempre è possibile cominciare una vita nuova e più autentica.

OSSERVAZIONE : Anche se ho tenuto in conto i testi di Limbos e il materiale che il professore ci ha proporzionato a scuola, ho preferito comunicare piuttosto una esperienza concreta, cercando di individuare quelli spunti possibili modifiche in funzione di queste persone che hanno delle esigenze particolari e ben concrete.

In questi incontri l'operatore essendo collettivo ha dei vantaggi enormi, poiché per animare in questo caso bisogna avere delle qualità particolari che facilmente si trovano quando si è in gruppo, come:

- musicisti
- comici
- drammaturghi

### 3) L'Operatore :

a - Stile : Qui non si tratta di un operatore ma di un'insieme di operatori: i professori della scuola e altri responsabili degli emigranti. In realtà, gli stessi professori oltre a fare scuola, dove possono essere dei veri animatori, svolgono anche un lavoro di animazione nelle attività sopra descritte insieme a tutti gli altri emigranti non scolastici.

Questi operatori non sono professionisti, ma anche loro emigranti che dedicano alcune ore disponibili ai suoi compaesani. Questo ha dei vantaggi:

- Anche se in situazione diversa, essendo dello stesso paese sono quelli più idonei per poter arrivare alle esigenze di queste persone, e a capire la loro problematica.
- Non essendo remunerati, fanno un lavoro disinteressato ed allo stesso tempo sono segno dell'amore cristiano, di una società più umana e giusta, offrendo la loro collaborazione con rispetto, coscienti che è un dovere e non un favore o una elemosina.

Si dovrebbe cercare il modo di far sì che quelli che finiscono i corsi nella scuola, sentano l'esigenza di collaborare in questo servizio ( qualcosa si fa già ).

b - Tempo : Anche tra questi c'è il problema del tempo. Tutti sono studenti nelle varie università romane, e hanno impegni abbastanza pesanti, per cui dispongono di un tempo molto limitato per questo tipo di animazione che è molto impegnativo.

Questo dovrebbe portare ad una intesa e collaborazione molto grande tra loro, ovviando a questo inconveniente, in modo che in breve tempo fosse presentato a questi emigranti un'ampia gamma di possibilità di visioni della realtà.

c- QUALITÀ :

- Devono essere profondi conoscitori degli emigranti, della loro psicologia e problematica, dei loro desideri e speranze.

OSSERVAZIONE: Anche se ho tenuto in conto i testi di Limbos e il materiale che il professore ci ha proporzionato a scuola, ho preferito comunicare piuttosto una esperienza concreta, cercando di individuare quelli spunti possibili modifiche in funzione di queste persone che hanno delle esigenze particolari e ben concrete.

Seria necessário comentar conteúdo e forma deste longo documento, para o enquadrar no contexto em que surgiu, mas ele revela claramente o compromisso e a motivação que animavam os professores da EPER, nomeadamente os que sentiam mais intensamente o dever de dar aos alunos uma resposta mais abrangente do que apenas a formação escolar académica, advogando uma atenção... holística, num projeto de formação integral da pessoa humana, em todas as suas dimensões. Importante, aqui, também a preocupação

em discernir o que efetivamente «interessava» aos alunos aprender, propondo a substituição de conteúdos didáticos «inúteis» para eles por outros que permitissem uma sua mais eficaz integração social.

Acrescentemos, por fim, esta «preciosidade»: em Portugal, não se colocavam os problemas vividos em terras de emigração por portuguesas e cabo-verdianas, mas o tema da Mulher estava também na ordem do dia.



## Momentos dramáticos

O ano de 1977-78 foi particularmente *dramático* nos meses em que se procurou afirmar (impor) Silvina Palmeirim como diretora oficial da Escola, sem que de forma alguma estivessem garantidas ou que existissem condições materiais de financiamento para o desempenho do cargo: sem o assumir formal da Escola por parte do Ministério da Educação (nem 15 anos mais tarde isso aconteceu...), chegou-se a colocar a hipótese de cotizações: os alunos pagariam os *ordenados* da diretora...

Num encontro realizado no Consulado, no dia 27 de janeiro, duas horas não chegaram para esclarecer com o Dr. António Monteiro, extremamente cordial e... paciente, os diferentes aspetos do problema. Apesar disso, tentou-se confinar a EPER nessa moldura: a viagem da coordenadora a Lisboa é eloquente acerca dessa tentativa e quem a ela se opunha, especialmente à pretensão de atribuir à diretora um vencimento mensal, considerado por metade dos professores como um devaneio irrealizável que punha seriamente em cheque o futuro de uma Escola ao serviço da comunidade escolar formada por imigrantes (estudantes-trabalhadores) maioritariamente africanos, foi fortemente *criticado* (para usar um termo... *brando*) numa reunião de professores convocada para debater essa hipótese, à qual a Embaixada parecia dar o seu aval. Por isso, e para referir apenas um exemplo, o Dr. António Feliciano de Oliveira, professor de Matemática nesse ano, não aceitou continuar a trabalhar na EPER.

Na véspera da reunião, realizada no dia 7 de abril de 1978, o autor destas linhas escrevia o seguinte registo pessoal, na própria agenda («Jorge», mencionado na última linha, era Jorge de Sena, que devia ser substituído no ano seguinte, por regressar a Portugal, e soube gerir aquele momento com competência, muita paciência, equilíbrio e diplomacia):

L	3 10 17 24	<b>6</b>	<b>APRILE</b>	
M	4 11 18 25		<b>Giovedì</b>	
M	5 12 19 26			s. Diogene martire
G	6 13 20 27			
V	7 14 21 28			
S	1 8 15 22 29			
D	2 9 16 23 30			

Domani ci sarà un'altra tappa nel calvario della scuola: dimissioni? No, credo invece fermamente che si tratti di un tentativo estremo di riprendere in mano le cose, per determinare arbitrariamente il corso della scuola in futuro. Non è nemmeno, come Silvina proclama, cedere l'osso: sinceramente non credo che ci sia qualcuno che aspiri a "sostituirla"; in cambio di che? Lavoro e incomprensioni. Si tratterebbe — se la politica, l'ipocrisia e le manovre non c'entrano — di dividere il lavoro che attualmente è ± mal svolto da una sola persona tra un gruppo di 5 persone, capaci senz'altro di svolgerlo meglio. Ben vengano allora le "dimissioni". Comunque, cercherò di non aprir bocca, dato che Jorge afferma che altrimenti le cose "saltano".

# 1977/78

## – A primeira grande crise da EPER –

Estavam escritas – e formatadas – estas páginas, e portanto, fechada (como se costuma dizer) a edição deste primeiro capítulo da História da EPER, quando a «descoberta» fortuita, em fevereiro de 2019, de uma pequena pasta com documentos inesperados obrigou, felizmente, a reabrir o processo... Felizmente, porque os documentos encontrados permitem acrescentar aqui a «abundante documentação sobre a primeira grande crise da EPER». Ficam inalteradas as restantes páginas já preparadas sobre esse período (exceto a numeração – e o título inicialmente previsto: «Hiato informativo» –), mas abre-se aqui uma nova secção, para apresentar os dados relativos ao conturbado e doloroso período então vivido pela Escola, e no qual participaram, com coragem e paixão, não só os professores, mas toda a comunidade escolar, com a intervenção sábia e discreta das próprias autoridades consulares. Cronologicamente, este é um relato esclarecedor de uma primeira crise da EPER, que foi superada e marcou o seu devir e o seu destino. No ar, fica obrigatoriamente a pergunta: e se as coisas tivessem corrido então de maneira diferente? Muito provavelmente, a história da EPER não teria sido a que foi!

Além do historial dos momentos de confronto e de (re)construção do perfil de atuação da Escola, que ocuparam uma grande parte das energias, e do tempo, dos professores, «apareceram», na mesma pasta, outros documentos – tudo, obviamente, em fotocópia – que permitem acrescentar mais alguns anexos a este *calhamaço*, nomeadamente: informações do MEIC [Ministério da Educação e Investigação Científica] sobre o ensino Secundário no estrangeiro nesses anos, o programa de Inglês do Curso Geral Noturno (10 páginas) e exames do 9º ano (novembro de 1977 a março de 1978). Muito importante, é já mencionada nesse ano a primeira proposta de realizar na EPER o exame de Italiano, no Curso Complementar, embora se tenha concretizado, oficialmente, no ano de 1978/79). Na mesma pasta, fora de contexto, conservava-se a cópia integral das «23 Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986» – matéria, pois, para anos diferentes, mas “tijolos” interessantes para reconstruir o ambiente em que se enquadrava a atividade escolar e cultural da época. Duas figuras da Cultura de então escreveram sobre o assunto: Fernando Cristóvão, evidenciando que essa era «A hora e a vez da Língua Portuguesa» e Ivo Castro (professor da Faculdade de Letras de Lisboa), dando brevemente «Um juízo sobre o novo Acordo Ortográfico». Aparecerão no final deste «enxerto».

Passemos, pois, aos factos relativos à vida da EPER em 1977/78. Deixaremos «falar» os documentos, começando com o “relatório das atividades” do primeiro trimestre desse ano letivo, que é já de per si uma síntese bastante completa do que interessa conhecer acerca desse ano, a começar pelo «elenco» dos membros do corpo docente e das disciplinas que lhes estavam confiadas (seis professoras eram simultaneamente alunas do Curso Complementar).

### **Exames de segunda época**

A primeira «atividade» referida na documentação encontrada foram os exames de segunda época de 1977/78. A ata formal enviada ao Consulado de Portugal em Roma, relativa aos «exames do Curso Geral liceal noturno», informa que «aos 11 dias de outubro de 1978 reuniu na Via dei Penitenzieri n° 20, em casa da Coordenadora da Escola Portuguesa em Roma, por se encontrar fechado o Instituto Português à hora fixada para a reunião, o júri das provas escritas do Curso Geral liceal noturno, realizadas de 9 a 11 do mesmo mês e a que se apresentaram cinco candidatos.» O júri era formado por Maria Silvina Marques Palmeirim, presidente e examinadora em Francês; Fernando Bernardo de Pinho, examinador em História; Manuel Tomás de Carvalho Botelho, examinador em Matemática; «as classificações propostas pelos examinadores foram discutidas e sancionadas [ou seja, “ratificadas”] pelo júri, tendo-se procedido depois ao levantamento do anonimato e ao registo dos resultados a afixar». Pelo que respeita aos exames da nova reforma – prosseguia a ata – «o único aluno que se apresentou a Francês foi admitido

à prova oral, conforme o novo regulamento de exames; dos dois alunos que se apresentaram a História, um dispensou e outro ficou reprovado. Quanto ao exame de Matemática, o único aluno que se apresentou ficou dispensado. Pelo que diz respeito ao exame da antiga reforma, Matemática, os dois alunos que se apresentaram ficaram ambos dispensados da oral.» E passemos ao

## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO 1º TRIMESTRE

### I – NÚMERO DE ALUNOS E TURMAS

Este ano matricularam-se na Escola um total de 310 alunos, todos maiores de 15 anos, trabalhadores. Destes 310, 177 apresentaram-se com passaporte português; 99 com passaporte cabo-verdiano; e 34 não apresentaram passaporte.

#### Escola de Alfabetização:

1ª fase, 1ª ano: 59 alunos, divididos em 2 grupos.  
2ª fase, 2º ano: 30 alunos.  
2ª fase, 1ª ano: 33 alunos.  
2ª fase, 2º ano: 45 alunos, divididos em dois grupos [Total: 172]

#### Ciclo preparatório do Ensino Secundário:

86 alunos, divididos em 3 grupos: um grupo prepara todas as disciplinas; outro prepara somente Português e inglês; outro prepara somente Matemática, C. Natureza e História.

#### Curso Geral do Ensino Secundário:

40 alunos, divididos em 3 grupos somente na Língua Estrangeira.  
Curso complementar do Ensino Secundário: 10 alunos. [172+86+40+10 = 208]

### II – HORÁRIOS.

As matrículas iniciaram imediatamente após os exames de junho de 1977, por ter a Escola também o encargo da livreria e ser necessário encomendar os livros com muita antecedência. Terminaram no fim de outubro. Entretanto, começaram as aulas a 16 do mesmo mês.

#### Escola de Alfabetização:

todas as classes têm aulas às 4ª-feiras das 16 H às 20 H, e aos Domingos, das 16 H às 18.30, exceto a 2ª fase-2º ano, que termina no Domingo às 19 H. O desdobramento da 1ª fase-1º ano e da 2ª fase-2º ano, atrás referido, tem lugar à 5ª-feira, por na 4ª-feira não haver mais salas disponíveis.

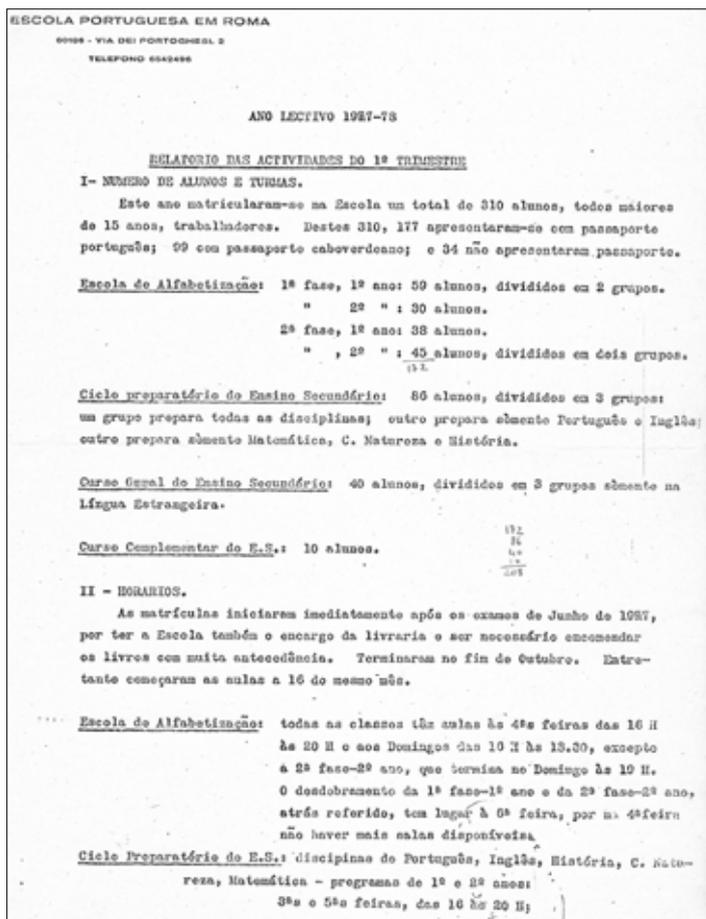
#### Ciclo Preparatório do Ensino Secundário:

Disciplinas de Português, Inglês, História, C. Naturais, Matemática – programas de 1º e 2º anos: 3ªs e 5ªs feiras, das 16 às 20 horas; do-

mingos, das 16 às 19 horas

#### Curso Geral do Ensino Secundário:

Disciplinas de Português I, Matemática II Francês, Inglês, C. Sociais. Programas do 7º e 8º anos de escolaridade em Português e Matemática; do 7º, 8º e 9º em Francês, Inglês e C. Sociais, de modo a possibilitar a programação



do Curso Geral completo cada dois anos. 3ªs e 5ªs feiras, das 16 às 20 horas. Domingos das 16 horas às 19 horas.

#### Curso Complementar do Ensino Secundário:

Disciplinas de Português, Inglês, Filosofia – programas de 1º e 2º anos: 3ªs e 5ªs feiras, das 16 às 20 horas. Domingos, das 16 às 19 horas.

**N.B.** Foi introduzida este ano 1 hora semanal de língua Italiana, neste ciclo, para facilitar a passagem dos nossos alunos para as Escolas Italianas onde prosseguirão os seus estudos post-liceais. Seria mesmo desejável que pudessem optar pelo exame bienal de Italiano,

em vez de Francês, Inglês ou Alemão.

### III – INSTALAÇÕES DA ESCOLA.

Este ano concentramos todas as turmas no Instituto Português de Santo António, exceto uma turma de Inglês do Curso Geral que funciona na Clínica Madonna di Fatima, por ali viverem quer o professor<sup>10</sup> quer as alunas. Dispomos somente de 5 salas no Instituto, portanto foi necessário agrupar toda a Alfabetização nas quartas e sextas-feiras e o Ciclo e o Liceu nas terças e quintas. Ao Domingo, por se encontrar fechado o Instituto, todas as classes se reúnem no Colégio das Irmãs Ursulinas, que amavelmente nos emprestam nove salas de aula.

### IV — PROFESSORES E SUAS HABILITAÇÕES

#### ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO

##### 1ª fase – 1º ano

**Português** — Virgínia Amaral, portuguesa, aluna do C. Complementar da nossa Escola.

**Português** (*desdobramento*) — Beatriz Peixoto, portuguesa, com diploma do Magistério Primário.

**Aritmética** – Mafalda, angolana, estudante universitária de Ciências Religiosas

**Cultura** – M<sup>a</sup> Silvina Palmeirim, portuguesa, licenciada em Filosofia.

**Cultura** (*desdobramento*) – João Araújo, cabo-verdiano, estudante universitário de Teologia, com diploma de regente agrícola.

##### 1ª fase – 2º ano

**Português** – Lucialina Cabral, cabo-verdiana, aluna do C. Complementar da nossa Escola.

**Aritmética** – Ilda Meneses e Rufina Fonseca, portuguesas, alunas do C. Complementar da nossa Escola.

**Cultura** – M. da Glória Silva, cabo-verdiana, estudante universitária de Psicologia.

##### 2ª fase – 1º ano

**Português** – Vítor Amaral, português, aluno do C. Complementar da nossa Escola.

**Aritmética** – M. Amélia Pereira, portuguesa, aluna do C. Complementar.

**Cultura** – José de Oliveira, português, estudante universitário de Teologia.

##### 2ª fase – 2º ano

**Português** – M. da Glória Silva, cabo-verdiana,

estudante universitária de Psicologia.

**Português** (*desdobramento*) – M<sup>a</sup> de Fátima, portuguesa, aluna do C. Complementar da nossa Escola.

**Aritmética** – M. Raquel Duarte, portuguesa, com o diploma do Curso Geral do E. Secundário.

**Cultura** – Eutrópio da Cruz, cabo-verdiano, estudante universitário de Teologia.

**Aritmética** (*desdobramento*) – João Araújo, cabo-verdiano, estudante universitário de Teologia, com diploma de regente agrícola.

#### CICLO PREPARATÓRIO DO ENSINO SECUNDÁRIO

**Português** – Diamantino Penida, português estudante universitário de Ciências da Educação.

**Inglês** – M. do Rosário Spencer, cabo-verdiana, estudante universitária de Línguas Modernas.

**História** – Júlia Barroso, portuguesa, estudante universitária de Ciências Religiosas.

**Matemática** – Tiago Brito, cabo-verdiano, estudante universitário de Medicina.

**C. da Natureza** – Matilde Ngoi, angolana, estudante universitária de C. Religiosas.

#### CURSO GERAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

**Português** – Mário Garcia, doutorado em Filosofia, português.

**Francês** – Teresa Gonçalves, licenciada em Filologia Românica, portuguesa.

**Inglês** – Fernando Pinho, português, doutorado em Sociologia.

**Inglês** (*desdobramento*) – M. Amélia Carreira Neves, americana, licenciada em Pedagogia.

**Ciências Sociais** – Jorge Sena, português, licenciado em Filosofia.

**Matemática** – António Feliciano de Oliveira, português, licenciado em Medicina, doutorado em Filosofia.

#### CURSO COMPLEMENTAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

**Português** – Teresa Gonçalves; portuguesa; licenciada em Fisiologia Românica.

**Inglês** – Peter Stilwell, português; doutorando em Teologia

**Filosofia** – M. Silvina Palmeirim, portuguesa; licenciada em Filosofia.

**N.B.** - Este ano, por falta de professores para a Alfabetização, tivemos de pôr como condi-

10 – Certamente não «o Professor» de Inglês nesse ano, que nunca «viveu» no bairro EUR, mas possivelmente a professora (M. Amélia Carreira Neves),

ção para a aceitação de matrículas no Curso Complementar do Ensino Secundário a colaboração destes alunos naquele ciclo. Tem ao mesmo tempo as vantagens de os fazer participar diretamente na gestão da Escola, amadurecendo-os socialmente, e de os preparar para uma promoção profissional.

## V – DIREÇÃO DA ESCOLA

A Escola é dirigida em regime colegial por todos os professores, reunidos em assembleia sempre que se trata de definir critérios de gestão fundamentais. Esta assembleia confirmou nas suas tarefas a coordenadora e a Vice-coordenadores da Escola, respetivamente M. Silvina Palmeirim e M. da Glória Silva, uma portuguesa e outra cabo-verdiana, por se tratar de uma escola binacional. E elegeu novos consultores Jorge Sena e Diamantino Penida. O Conselho diretivo, composto por estes quatro professores; inclui assim um professor de cada um dos 4 ciclos.

A coordenação absorve também (por falta de verba para pessoal) as funções de secretaria, tesouraria e livraria.

## VI - FINANCIAMENTO DA ESCOLA

a) Da parte do Governo Português: a Escola acaba de receber este mês um subsídio relativo ao ano letivo 1976-77, proveniente da Direção Geral do Ensino Básico, no valor de 1.720.000 liras; e outro subsídio, proveniente da Direção Geral do Ensino Secundário, no valor de 323.785 liras. Receberá também, da parte do Consulado Português, o montante das propinas de exame pagas pelos examinandos do Ciclo Preparatório do Liceu; no valor de 352.800 liras.

b) Da parte do Consulado Cabo-verdiano: a Escola recebeu em Outubro passado, a soma de 1.000.000 liras.

c) Da parte dos alunos: a cotização feita aos alunos para pagar a viagem da Coordenadora a Lisboa, para urgir uma resposta do MEIC acerca do orçamento da Escola, rendeu 230.000 liras.

d) Da parte da Obra de Promoção da Alfabetiza no Mundo: a Escola recebeu em abril passado a soma de 100.000 liras, e poderia ter recebido bastante mais, mediante a publicação de um artigo sobre as atividades e financiamento da Escola, que de momento não pareceu oportuno ao Embaixador de Portugal em Roma.

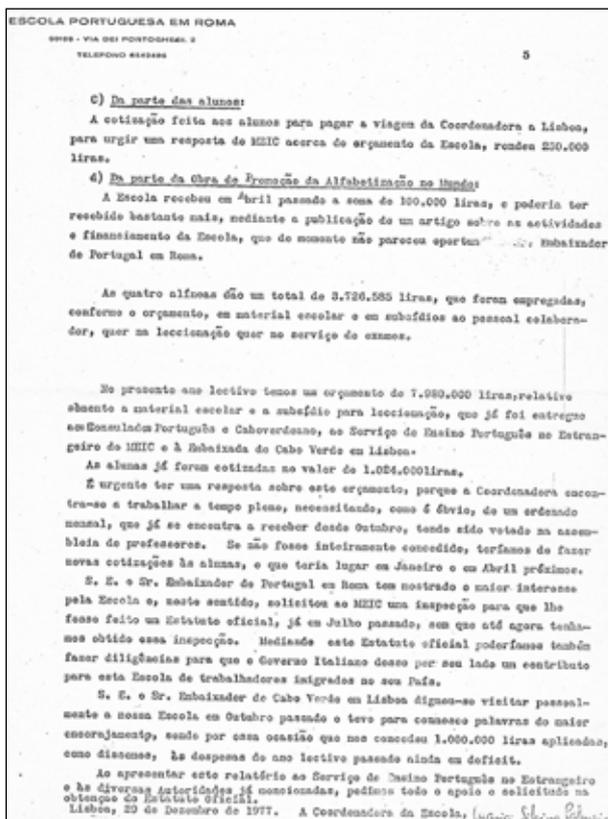
As quatro alíneas dão um total de 3.728.585 liras, que foram empregadas, conforme o orçamento, em material escolar e em subsídios ao pessoal colaborador, quer na leccionação quer no serviço de exames.

No presente ano letivo temos um orçamento de 7.980.000 liras, relativo somente a material escolar e a subsídio para leccionação, que já foi entregue aos Consulados Português e Cabo-verdiano, ao Serviço de Ensino Português no Estrangeiro do MEIC e à Embaixada de Cabo-Verde em Lisboa.

As alunas já foram cotizadas no valor de 1.024.000 liras.

É urgente ter uma resposta sobre este orçamento, porque a Coordenadora encontra-se a trabalhar a tempo pleno, necessitando, como é óbvio, de um ordenado mensal, que já se encontra a receber desde outubro, tendo sido votado na assembleia de professores. Se não fosse inteiramente concedido, teríamos de fazer novas cotizações às alunas, o que teria lugar em janeiro e em abril próximos.

S. E. o Sr. Embaixador de Portugal em Roma tem mostrado o maior interesse pela Escola e, noutro sentido, solicitou ao MEIC uma inspeção para que lhe fosse feito um Estatuto oficial, já em julho passado, sem que até agora; tenhamos obtido essa inspeção. Mediante este Estatuto oficial poderíamos também fazer



diligências para que o Governo Italiano desse por seu lado um contributo para esta Escola de trabalhadores imigrados no seu País.

S. E. o Sr. Embaixador de Cabo-Verde em boa dignou-se visitar pessoalmente a nossa Escola, em outubro passado, e teve para conosco palavras do maior encorajamento, sendo por essa ocasião que nos concedeu 1.000.000 liras aplicadas, como dissemos, às despesas do ano letivo passado, ainda em deficit.

Ao apresentar este relatório ao Serviço do Ensino Português no Estrangeiro e às

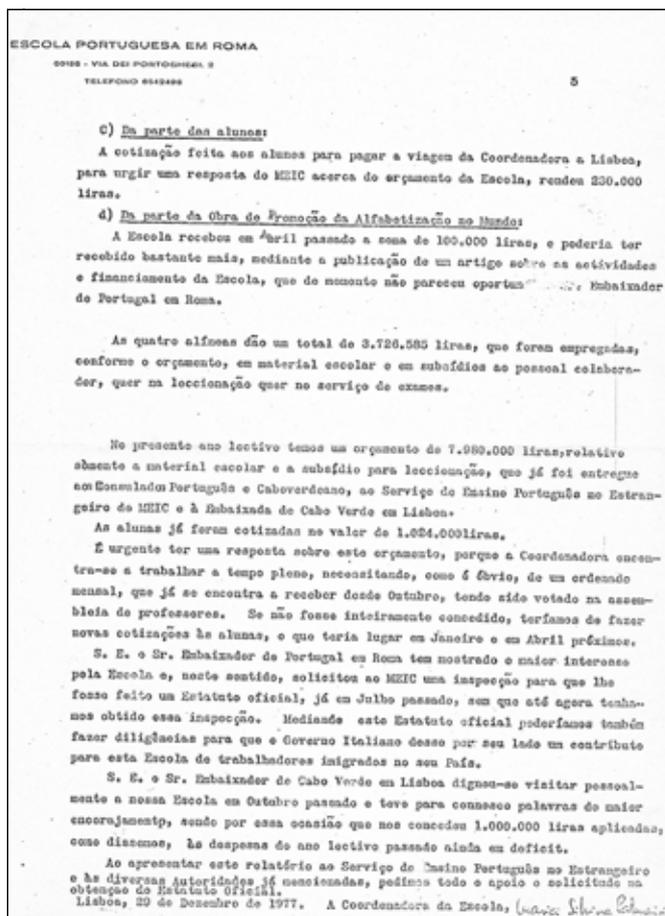
\*\*\* \*\*

As informações do relatório, assinado em Lisboa, a 29 de dezembro de 1977, pela Coordenadora da Escola, Silvina Palmeirim, foram apresentadas aos professores no dia 14 de janeiro de 1978, em assembleia plenária, e sobretudo a parte relativa à gestão/economia/finanças da Escola não podia deixar de suscitar preocupação, comentários, considerandos, algumas manifestações de aprovação mas, sobretudo, perplexidade e dissenso... Abriu-se um debate franco e alargou-se a frente de oposição à intenção/preten-

são de consolidar uma forma de agir, por parte da Coordenadora, que contrariava a «tradição» de voluntariado dos «trabalhadores» da Escola e se afigurava impraticável, tendo em conta as dificuldades e conhecendo-se a improvável atribuição de um financiamento estatal à Escola nas condições e na situação em que ela, e o País, se encontravam. A tentativa de fazer recair sobre os alunos os custos de uma «direção» em que apenas um dos seus elementos se atribuía – «desde outubro de 1977» – um vencimento de funcionária estatal foi a gota que *ha fatto traboccare il vaso*, e que fez perder a paciência a uma parte significativa dos professores.

Nas duas horas que durou a assembleia de 14 de janeiro, das 18 às 20 horas, foram expressas as mais diversas ideias – o tempo de lecionação das disciplinas, que não podiam ser desenvolvidas adequadamente num ano, se fazer ou não uma reunião por ciclos, para apresentar a questão económica da Escola, com ou sem a participação dos alunos, fazê-la num sábado, num domingo ou numa segunda-feira, etc., – sem uma ordem lógica e sem que qualquer um dos temas aflorados tenha tido o desenvolvimento merecido e sem se chegar a conclusão alguma!

Os apontamentos que permitem reconstruir esse momento de dialética, e polémica, informam que, embora a reunião tivesse como objetivo fazer uma análise do relatório de atividades do 1º período, a discussão se centrou na forma de tomar decisões na escola – por todos os professores, colegialmente, como estava escrito no relatório, ou, afinal, apenas pela Coordenadora. Não só o relatório tinha sido elaborado e entregue à Secretaria de Estado de Orientação Pedagógica (Direção Geral do Ensino Secundário), em Lisboa, apenas por ela, sem os professores terem tido previamente conhecimento do seu conteúdo, mas parecia que a própria coordenadora se tinha substituído a uma comissão de Inspeção à Escola, fornecendo ela mesma à sua ex-colega de estudos e amiga, Maria da Lurdes Neto\*, Secretária da Secretaria de Estado em Lisboa, as informações sobre a Escola que considerou oportunas para lhe garantir um estatuto de ofi-



cialização, incluindo o inerente financiamento que contemplava subsídios suficientes para um ordenado mensal de funcionária pública. Uma outra informação que se lê nos apontamentos, uma verdadeira ata informal da assembleia, diz respeito à iniciativa tomada pela coordenadora a qual, conforme referiu, na viagem que, para esse efeito, efetuou a Portugal, em dezembro e janeiro, se encarregou também de procurar uma nova "professora" de Matemática para a Escola, mas a religiosa portuguesa contactada não aceitou o convite.

A coordenadora comunicou também que, de acordo com as Autoridades Consulares e da Embaixada em Roma (Dr. Monteiro), os alunos seriam cotizados a fim de se obter de imediato, e independentemente da resposta afirmativa ou negativa de Lisboa acerca do orçamento, a verba que, segundo os seus cálculos, teria direito a receber como Coordenadora da Escola.

Tudo isto acontecia enquanto todos os "Professores" da Escola, pelo menos teoricamente, prestavam a sua colaboração "por amor" (como disse um frade capuchinho), e "por dever" (A. Feliciano) e, portanto, gratuitamente. Foi também referido, considerando-o um possível abuso ou imposição, a «tradição» que começava a impor-se de, três vezes no ano, os alunos recolherem "quase" obrigatoriamente uma prenda destinada a gratificar os professores. A atividade de coordenação, acrescentaram alguns professores mais preocupados com a situação, consistia em tarefas certamente necessárias e exigentes, também em termos de tempo, como os contactos com as autoridades, mas algumas, por exemplo, as matrículas, a encomenda e distribuir dos manuais aos alunos, e até a presença na secretaria, podiam ser exercidas por alunos ou professores, igualmente "por amor", ou "dever". Não se justificava, portanto, que, ao lado de um trabalho não remunerado de quase todos aqueles que possibilitavam o funcionamento da Escola (professores e alunas), alguém pretendesse receber um ordenado pouco inferior ao das categorias salariais mais bem remuneradas na Itália: 400.000 liras. Quando o Estado Português pudesse pagar a todos os professores aquilo que seria justo eles receberem por uma obra tão necessária e meritória, alegavam esses mesmos professores, seria então também justo que a Coordenadora ou o Diretor da Escola recebessem o que lhes competia.

No aceso debate desse sábado de um janeiro gélido, o relatório foi considerado como uma tentativa de consolidar uma situação de interesses pessoais que, à luz de uma crítica positiva e desinteressada, não se podia tolerar. Encobria ou ignorava as dificuldades objetivas de desenvolver os programas de pelo menos algumas disciplinas, devido simplesmente à falta de tempo, além das carências na preparação básica dos alunos, da falta de experiência pedagógica de alguns professores e outras deficiências. Além disso, a escola, enriquecida embora com o contributo de mais professores leigos, continuava a dar um peso à parte «religiosa» católica que era visto por alguns como excessivo, como se fosse uma instituição paralela e de apoio a outras que já se ocupavam da assistência religiosa (Obra de Santa Zita, Tra Noi, Ursulinas...) (tenha-se em conta o contexto «histórico» da época, decorrido pouco tempo após a Revolução de 1974, e veja-se a «adenda» com que termina a **Introdução** a este trabalho).

Ficaram registados os nomes dos 25 professores presentes nessa assembleia, acompanhados por alguns dados pessoais, que se transcrevem, tal como constam nos apontamentos:

1. Virgínia Amaral, 15 anos, aluna da Escola;
2. Lucialina Cabral, cabo-verdiana, aluna da escola;
3. Ilda Meneses, portuguesa, aluna da Escola;
4. Rufina Fonseca, portuguesa, aluna da Escola;
5. Vítor Manuel, irmão da Virgínia, filhos do *chauffeur* da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, aluno da Escola;
6. Maria de Fátima, portuguesa, da Congregação das Irmãs de Santa Zita, aluna da Escola;
7. Maria da Glória da Silva, cabo-verdiana, bolseira do Estado de Cabo-verde, ex-aluna da Escola, estudante de Psicologia;
8. Maria Amélia Pereira, aluna da Escola, a frequentar um curso de sindicalismo;
9. Beatriz Peixoto, irmã religiosa; Mafalda, angolana, irmã religiosa;
10. Maria Raquel Duarte, Obra das Irmãs de Santa Zita;
11. Júlia Barroso, freira (Congregação da Via di Val Cannuta);
12. Matilde Ngoi, angolana, freira;
13. Teresa Gonçalves, membro de um novo instituto religioso fundado por Silvina Palmeirim, coordenadora;
14. João Araújo, seminarista capuchinho;
15. José de Oliveira, português, seminarista;
16. Eutrópio da Cruz, cabo-verdiano, seminarista;
17. Diamantino Penida, comboniano;
18. Mário Garcia, português, jesuíta;

19. Jorge de Sena, português, teólogo;
20. Peter Stilwell, português, padre;
21. Maria do Rosário Spencer, cabo-verdiana, ex-aluna da Escola;
22. Tiago de Brito, cabo-verdiano, estudante (universitário);
23. Maria Amélia Carreira Neves, americana (religiosa);
24. António Feliciano, português, formado em Filosofia e matriculado na Faculdade de Medicina da universidade estatal de Roma (La Sapienza);
25. Fernando Pinho, português, formado em Filosofia (pela Urbaniana) e em Sociologia, pela universidade estatal de Roma (La Sapienza).

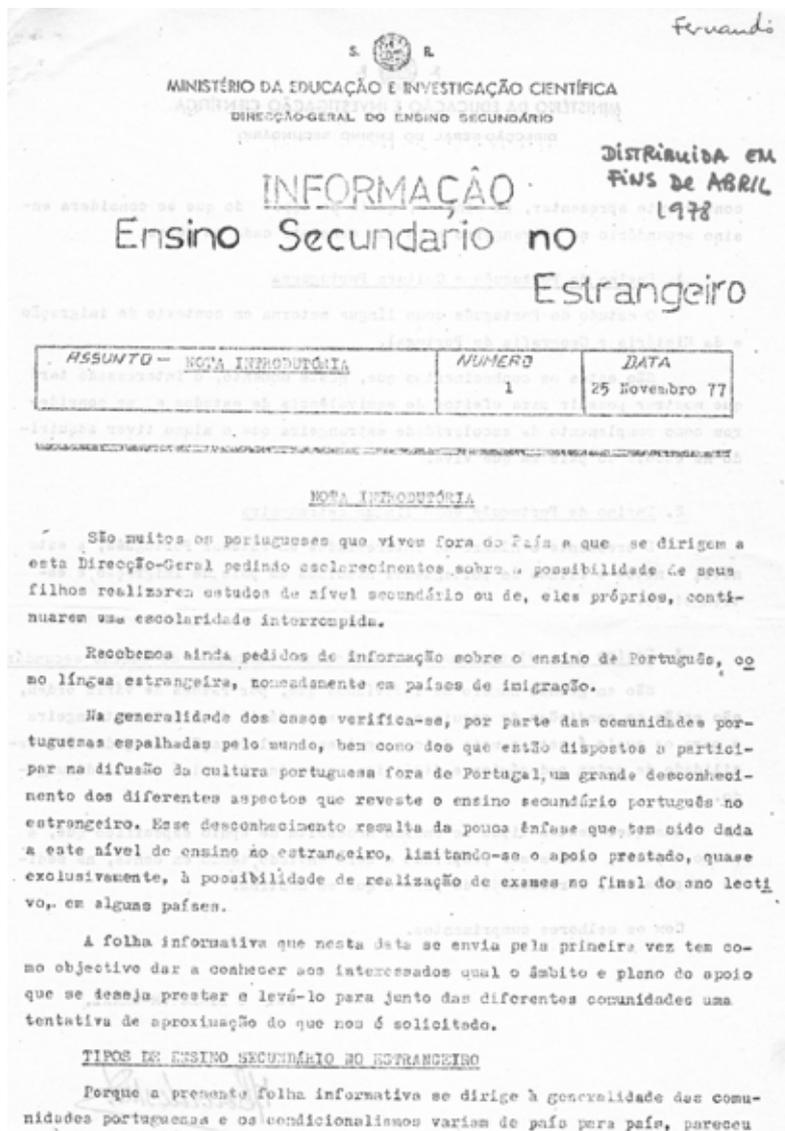
\*\*\* \*\*

\* São assinadas por **Maria da Lurdes Neto** as «folhas Informativas» que davam resposta aos «numerosos pedidos de esclarecimento» de questões... relativas ao Ensino Secundário Português no Estrangeiro. Eram autênticas «news-letter», abordando cada uma delas, como se pode ver no exemplar aqui reproduzido, questões concretas do trabalho e das relações entre os emigrantes e as escolas no estrangeiro (a Itália era mencionada depois da França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo) e o departamento por ela coordenado em Lisboa. Meramente a título de exemplo, transcrevemos integralmente o conteúdo da folha de 9 de fevereiro de 1978, para se ficar com uma ideia mais objetiva do teor dessa informação:

*“Ao chegar ao vosso conhecimento este número da nossa folha informativa já, necessariamente, vos terá sido entregue o programa de História de Portugal com as alterações anteriormente anunciadas. Para que não haja problemas de insuficiência e sabendo das dificuldades de reprodução por parte de alguns consulados enviámos, igualmente, mais exemplares dos programas de Português e Geografia de Portugal. Aguardamos as vossas consultas”.*

Parece igualmente interessante evocar as preocupações e alguns dos problemas que diziam então respeito, às DISCIPLINAS DE CURRÍCULO PORTUGUÊS: uma dificuldade, que hoje nos faz sorrir, consistia em conseguir exemplares suficientes do material destinado às escolas:

1. *“Mesmo em Portugal se torna difícil conseguir, em número suficiente, exemplares dos programas atualmente em vigor. Conseguimos no entanto, enviar coleções completas para os Serviços de Coordenação de França e R. F. A., bem como para os Consulados ou Secções Consulares das Embaixadas de Portugal na Bélgica, Luxemburgo, Itália, Joanesburgo e Salisbúria. A Secretaria de Estado da Emigração vai colaborar na reprodução destes programas pelo que contamos, logo que possível, enviar mais exemplares para os locais já referidos e restantes países em que estes elementos têm uma importância menor, dado o tipo de ensino que lá existe.*
2. *Os indivíduos que pretendem candidatar-se a exame das disciplinas de curriculum português, porque desejam completar a escolaridade interrompida e não estão em condições de frequentar a escola do país em que vivem, devem ter conhecimento de que: Os programas que devem seguir são:*
  - a) *Os que se destinam ao Curso Geral do Ensino*



liceu e de que, este ano, ainda haverá exames em Portugal (para alunos que não foram ainda abrangidos pelo Ensino Secundário Unificado).

ou

b) Considerando que os interessados nas disciplinas em questão são, na generalidade, adultos, os programas dos Cursos Noturnos, seguidos pelos adultos que frequentam esse tipo de ensino em Portugal.

No final deste ano letivo poderão prestar provas sobre um ou outro programa, conforme o solicitarem.

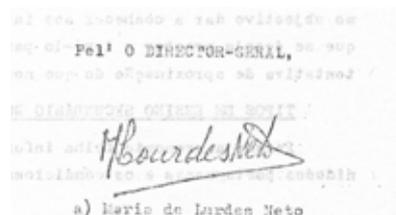
3. O tipo de avaliação e de programas do ensino secundário unificado não é adaptável aos condicionalismos do ensino secundário de curriculum português, no estrangeiro, em termos genéricos.

4. Sendo este o último ano em que se realizam provas do Curso Geral em Portugal só a título excepcional e devidamente fundamentado se poderá propor

a sua realização, no estrangeiro, ainda no final do ano letivo de 78-79.

A partir do final do ano letivo 77-78, a avaliação residirá, pois, sobre os programas dos Cursos Noturnos, mais adaptados aos condicionalismos deste tipo de ensino no estrangeiro.

5. Junto se enviam os planos de estudo atualmente em vigor no nosso país, a fim de ficarem arquivados nos Consulados de Portugal, nos diferentes países."



Pe'l' O DIRECTOR-GERAL,

Maria de Lurdes Neto

Assim terminava a «Informação» desse número do boletim informativo, da DGES, do MEIC. Conservam-se os seis números publicados nas seguintes datas: 25-28-29-30/11/1977, 9/2/1978 e 30/4/78, que se podem ler integralmente no anexo: [«FolhasInformativasEnsSecEst 1-5 nov77-abril78»].

\*\*\* \*\*

Arquivando este suplemento e retomando a narrativa daquele ano escolar, a situação criada não podia deixar de ser acompanhada, e superiormente gerida, pelo Consulado que, aliás, tinha apoiado – ou, pelo menos, registado – os esforços e as diligências de Silvina Palmeirim no sentido de garantir à Escola o perfil jurídico e os meios necessários para a sua atividade (recorde-se a credencial passada em 22 de abril de 1977 para a [primeira?] viagem então efetuada a Lisboa pela Coordenadora, em nome da Escola). No dia 17 de janeiro de 1978, apesar das observações e apelos em sentido oposto, procedeu-se à cotização dos alunos: a informação foi dada durante as aulas dessa terça-feira, interrompidas para ouvir a Coordenadora apresentar a «novidade»: pode-se facilmente imaginar o impacto psicológico provocado nos alunos e professores, e a falta de ambiente para a eficácia das aulas a partir desse momento.

Apesar disso e perante esse facto consumado, as atividades retomaram um ritmo de aparente normalidade, ao mesmo tempo que decorriam contactos e iniciativas para definir um novo estatuto tendo em conta a realidade da Escola e as exigências dos seus responsáveis. No dia 27 de janeiro teve lugar um encontro na Embaixada, tendo ficado registado o seguinte apontamento, intitulado: «*La causa della Scuola si muove*». *Due ore all'ambasciata. Tutti i problemi della scuola furono scandagliati. Ora bisogna aspettare gli effetti. Se le parole non saranno vane... Il Dr. Ant. Monteiro, comunque, è stato estremamente cortese, simpatico e, sembra, sincero. Speriamo sia coerente...*

Quem participou neste encontro? Certamente o abaixo-assinado, Jorge de Sena e António Feliciano, e outros professores, mas não houve registo formal das presenças. Conserva-se, pelo contrário, a lista dos temas abordados, sistematizados num documento anexo a uma carta destinada ao Dr. António Monteiro, tendo por título «*Orçamento e cotizações: motivos para dissentir*».

Começava-se por questionar a afirmação do relatório distribuído na reunião de Professores do dia 14.1.78, segundo a qual "as decisões que dizem respeito à escola são tomadas colegialmente pelos Professores", descrevendo alguns factos que a desmentiam. O relatório não tinha sido apresentado aos professores antes de ser entregue em Lisboa, esse e outros relatórios apresentados *dispensariam uma inspeção à escola*, preliminar à concessão do estatuto; a viagem da coordenadora a Lisboa, "para urgir uma resposta do MEIC acerca do orçamento da escola" (cf. Relatório, VI, d), tinha sido financiada pelas alunas; a cotização dos alunos tinha sido decidida, alegadamente *de acordo com as autoridades da Embaixada*, se a resposta ao orçamento apresentado não chegasse a tempo *ou fosse negativa*; a coordenadora fora tacitamente confirmada

nas suas funções, por uma assembleia que, por duas vezes (14.10.77 e 14.1.78), *não soube, não pôde ou não quis discutir as decisões por ela tomadas em próprio benefício e os verdadeiros problemas relativos à escola*. Tinha havido atitudes inaceitáveis quanto ao pagamento das propinas trimestrais, chegando-se a formular ultimatos ou formas de chantagem, como, ficou a citação: *"ou pagas, ou não fazes os exames"*. Se não fossem as exigências do ordenado mensal da coordenadora, o contributo anual das alunas, cotizadas no valor de 1.024.000 liras (cf. Rel. pág. 5) chegaria para as despesas correntes da escola.

O documento evidenciava que a quase totalidade dos professores desenvolvia a sua atividade "por amor", ou "por dever" (como se exprimiram Frei João e A. Feliciano, na reunião), sem pretender qualquer remuneração, embora aceitando uma "lembrança que as próprias alunas se têm encarregado de recolher entre si, de forma mais ou menos livre", e isto era também considerado injusto, porque essa "prenda" tinha assumido *carácter de obrigatoriedade*. Não se podia portanto justificar, num contexto de generosidade dos professores e de carência de fundos, a pretensão da coordenadora de receber um *ordenado mensal superior à média das retribuições de profissionais italianas da mesma categoria*.

Não estando em questão a qualidade do trabalho desempenhado pela coordenadora – que não requeria, porém, *16 horas por dia*, como a mesma informara na reunião de janeiro –, considerava-se que algumas tarefas ocupavam muito tempo apenas em determinados períodos (matrículas, organização dos exames...), ao passo que outras (serviço de atendimento aos alunos, secretaria...) *podiam ser confiadas aos alunos mais responsáveis* que tivessem tempo e vontade de colaborar, com a supervisão de um ou mais professores: *prestar-se-iam sem dúvida para esse serviço* e ver-se-iam diretamente implicados na gestão e no funcionamento da escola... Além disso, algumas funções (coordenação pedagógica) deviam ser exercidas por uma equipe de professores, incentivando *o hábito do diálogo e contacto frequente entre todos os membros da comunidade escolar*. Aos domingos, haveria também ocasião para, depois das aulas nas Ursulinas), instaurando um clima de colaboração responsável, *discutir os temas de fundo e suscitar iniciativas* que tornassem a escola num centro vivo de estudo e formação integral.

A coordenação colegial apresentava-se, pois, como alternativa ao sistema que implicava a cotização obrigatória das alunas e comprometia o futuro da Escola, considerando as características específicas da sua estrutura, dos seus alunos e, futuramente, mas já então mencionada, a precaridade das instalações, que não estavam garantidas.

A lista de «argumentos para dissentir» chegava a interrogar-se, não sem alguma ingenuidade, mas a situação era de aperto, se a escola não poderia ter a supervisão direta do Responsável Cultural da Embaixada, ao qual competiria assinar documentos oficiais e pedidos importantes relativos à escola (relações com o MEIC, elaboração de Programas escolares, solicitação de livros, jornais e revistas para a biblioteca, etc.), argumentando que ele se tornaria deste modo garante da seriedade e do carácter laico da escola, aceitando naturalmente toda a colaboração de membros da Igreja, da qual não se podia prescindir.

Os apontamentos em forma de ata do encontro sumariavam todas as propostas e os pontos debatidos no sentido de dar continuidade à vida escolar e cultural da EPER, nomeadamente:

- formar grupos de estudo diferenciados, com ou sem a assistência de professores;
- retomar os encontros de formação, sob a coordenação e apresentados por pessoas preparadas, sobre temas culturais e religiosos, sociais, incluindo aspetos das matérias estudadas, por exemplo da História;
- organizar um cinefórum bimestral;
- organizar visitas guiadas a monumentos e museus de Roma, e a algumas localidades de importância histórica ou artística, particularmente no Lácio;
- encorajar as atividades recreativas: teatros, música...;
- dotar a escola de jornais, revistas, discos e livros de recente publicação, solicitando, na medida possível, o seu envio gratuito;
- transformar e ampliar o jornal da escola, com a participação dos alunos (era então elaborado pela professora Teresa Gonçalves, com um cunho vincadamente de formação religiosa, compreensivelmente virado para a «catequese/evangelização»: o espaço era dedicado a temas e notícias do mundo religioso, além da divulgação dos discursos do Papa e informações missionárias). A lista termina com a proposta de

- despertar o interesse pelos problemas sindicais e facilitar o conhecimento da legislação sobre o trabalho.

\*\*\* \*\*

No dia 29 de janeiro, a Coordenadora transmitia por escrito informações importantes relativas ao programa de exame do 5º ano (Curso Geral), na disciplina de Inglês: passara a integrar a matéria de cinco anos, e não de três, como até 1977. Conserva-se essa folhinha (frente e verso) contendo a mensagem e, em anexo, pode-se consultar o material disponibilizado (20 páginas): critérios gerais das provas de exame do 9º ano (1877/78); objetivo da prova, cotações e duração; indicações respeitantes à elaboração da prova final de Francês para o 9º ano (Curso Geral) – uso de dicionários, etc.; programa de inglês para o 1º 2º e 3º anos do Curso Geral. [«Inglês-Francês-Programa-InformacaoExames»]

No dia 27 de fevereiro teve lugar uma nova reunião com o Primeiro Conselheiro da Embaixada, «para uma melhor definição do estatuto da Escola»: aparentemente, segundo o registo das ideias então apresentadas, insistia-se no modelo proposto pela então coordenadora, mas ao qual não correspondiam nem instrumentos jurídicos para o fazer aplicar nem atos concretos das entidades dos ministérios da Educação fornecendo os subsídios solicitados, de acordo com os orçamentos elaborados em Roma: o quadro discente era formado pelos alunos; o corpo docente funcionaria em regime de voluntariado e receberia uma gratificação anual; os «responsáveis» – coordenador, vice-coordenador e secretário – seriam pagos pelo MEIC e pelo ME de Cabo Verde. Nesse encontro não foram aprofundados, ou nem sequer abordados, outros aspetos essenciais e muito mais importantes numa escola do que o seu financiamento, nomeadamente, a coordenação pedagógica, o cumprimento dos programas, etc.

Fernando 29.1.78

O ponto que eu te dei corresponde aos exames de Curso Geral dos Liceus (5º ano), mas contém somente a matéria de 3 anos de Língua Inglesa. Este foi o regime que vigorou até ~~o~~ Outubro de 77.

Este ano os exames de Curso Geral já contém a matéria de 5 anos de Inglês

1º	2º	}	Ciclo Preparatório	
1º	2º	}	Curso Geral	
				2º
				3º

Portanto serão mais difíceis do que os ~~te~~ exames anteriores a 1978. Pode fazer uma ideia vendo os pontos de Francês do Curso Geral que já há muito anos correspondem a 5 anos de Francês. Contém:

- I - Texto, com perguntas de interpretação.
- II - ~~Te~~ Explicação do sentido de algumas frases do texto <sup>em francês</sup> em língua francesa. (não de tradução).
- III - Transformação de frases com aplicação de gramática.
- IV - Redacção.

As duas partes do exame mais cotadas são a I e a IV.

Se quiseres pede-me pontos de Francês para veres. Tenho também as cotações.

Como te tenho dito, todo o ponto é apresentado na língua Estrangeira (mesmo o vocabulário que é fornecido ~~alguns~~ para algumas palavras mais raras) e todas as respostas do ~~o~~ <sup>aluno</sup> devem ser dadas na língua Estrangeira.

Sílvia

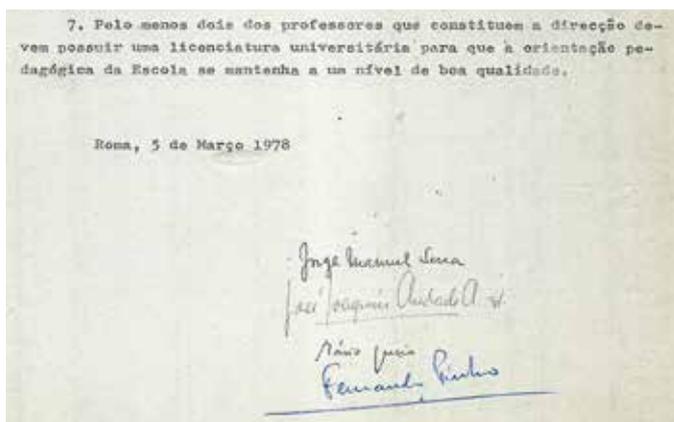
P.S. - Os pontos que te dei são portanto úteis para serem actuados neste início do 2º ~~trimestre~~ <sup>trimestre</sup>.

Apesar do normal funcionamento da escola, durante esses meses manteve-se inevitavelmente um clima de tensão – e de intervenção – em que se procedeu, entre outras coisas, à elaboração de um novo estatuto, tendo-se constituído para o efeito diversos grupos de trabalho. Apresentam-se aqui as diferentes propostas elaboradas até ao dia 8 de março e apresentadas depois, no momento crucial, que aconteceu na reunião do dia 18 de março, da qual foi redigida, e se conserva, a respetiva ata formal. Mas essa ata deu origem a outros desenvolvimentos, incluindo uma sua meticolosa análise e integração, por parte da Coordenadora, com uma extensa lista de «correções», que serão reproduzidos mais à frente.

\*\*\* \*\*

## PROJETOS PARA UMA NOVA ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA

Não ficou documentado o processo que conduziu à elaboração das propostas de estatuto, mas, para o efeito, foram constituídos quatro grupos de trabalho, formados pelos professores de cada nível de ensino: com a data de 5 de março, o «projeto para uma nova estruturação» da Escola elaborado «apenas pelos jesuítas», como se lê nas observações à margem, foi assinado também por Fernando Pinho e assumido depois igualmente por outros colegas.



### Pressupostos:

1. Perante a necessidade de se encontrar uma fórmula de gestão da Escola em que a participação ativa de todos, professores e alunos mais se faça sentir, propomos uma estrutura básica de organização a nível diretivo para a reflexão dos professores e, quanto possível, dos alunos.
2. A execução deste ou de qualquer outro esquema só se deverá concretizar no próximo ano letivo, no fim do mandato da atual direção.
3. O esquema, que aqui propomos nos seus elementos essenciais, exige um mínimo de pessoas qualificadas que se mostrem dispostas a aceitar em regime de voluntariado a partilha do trabalho de direção da Escola. Caso contrario, torna-se inútil pensar na sua concretização.
4. A direção da escola é constituída por cinco elementos distribuídos da seguinte forma:
  - 1 professor do ensino básico, primário e preparatório)
  - 1 professor do curso geral do liceu
  - 1 professor do curso complementar do liceu
  - 1 aluno do curso geral do liceu
  - 1 aluno do curso complementar do liceu
5. A eleição de cada um dos cinco elementos é efetuada pelos colegas do respetivo ciclo, tanto entre os professores como entre os alunos, durante o mês de outubro.
6. A gestão da Escola é assegurada pelo período de um ano pela direção eleita, em regime colegial. O poder de decisão corrente cabe igualmente a cada membro da direção, detentor de um voto nas decisões a tomar.
7. Para uma maior eficiência do trabalho a desenvolver, a direção distribui as diversas funções que são da sua competência por cada um dos membros que a compõem.
8. A direção escolhe um dos professores que a constituem como Coordenador da Escola. Este Coordenador representará a Escola perante os organismos oficiais de Portugal e Cabo Verde (Ministérios da Educação, dos Negócios Estrangeiros, ... (MEIC, MNE, Embaixadas...). O seu poder de decisão será igual ao dos outros membros da direção.
9. Pelo menos dois dos professores que

constituem a direção devem possuir uma licenciatura universitária para que a orientação da Escola no campo pedagógico se

mantenha a um nível de boa qualidade.

Roma, 5 de março 1978

Assinaturas: Jorge Manuel Sena | José Joaquim Andrade A. | Mário Garcia | Fernando Pinho

\*\*\* \*\*

Sendo praticamente idêntico ao projeto anterior, limitamo-nos a assinalar aqui as alíneas acrescentadas na proposta das professoras Rufina, Ilda e M<sup>a</sup> Amélia: não significa que houve... «copianço», mas que havia partilha de ideias e de materiais no esforço e no trabalho de dotar a EPER de um instrumento jurídico adequado ao seu perfil. Estas professoras acolheram a proposta acima transcrita, embora com uma reserva (que se lê na seguinte anotação, aposta no cabeçalho da sua proposta):

*Projeto sucessivo à reunião de 8 de março, com o resultado das "emendas"*  
Autoras: Rufina Fonseca – Ilda Menezes (Reserva nº 8) – Maria Amélia Pereira

### Pressupostos: Idênticos

#### Esquema-base:

1. *A este ponto, foi acrescentado:*

Compete-lhes apresentar orientações que desejam ver concretizadas e de controlar a atividade da direção. Na programação e orientação pedagógica dos cursos, o plenário dos estudantes possui, somente, autoridade consultiva e não de decisão.

2. *Idêntico.*

3. *Idêntico.*

4. *Idêntico, com este «acrescento»:*

A direção tem como obrigação primordial pôr em execução as decisões do plenário e submeter à aprovação dos alunos e professores questões fundamentais do seu interesse. Compete à direção assumir o encargo da organização do novo ano escolar durante o período transitório do Verão até à eleição do grupo que a substituirá no mês de outubro.

5. *Idêntico.*

6. *Idêntico.*

7. *Idêntico.*

8. *Acrescentado:*

Financiamento da Escola: a Escola apresenta o próprio orçamento aos Ministérios da Educação aos quais pertencem os alunos, esperando que o contributo dos vários ministérios seja suficiente para cobrir o orçamento. No caso em que os fundos mandados não sejam suficientes, o conselho diretivo, depois da aprovação da assembleia, dirigir-se-á a outros organismos nacionais ou internacionais, com objetivos culturais.

Somente quando os fundos que chegaram não são suficientes para as despesas mínimas da Escola, a assembleia pode tomar a decisão de quotizar equamente as alunas.

Roma, 8 de março 1978

Nota: Este projeto para a reestruturação da Escola foi dividido [partilhado] pela maioria dos professores do curso geral do liceu. Só um dos professores não o aprovou na sua generalidade, num total de seis.

Assinaturas: Rufina Fonseca | Ilda Menezes (Reserva nº 8) | Maria Amélia Pereira



\*\*\* \*\*

Esta outra **PROPOSTA PARA UM ESTATUTO DA ESCOLA** tem, anotada à mão, a referência ao professor «Feliciano» que, porém, aparece na ata como tendo integrado a equipa dos professores do Curso Geral. O último ponto, relativo ao financiamento, inclui correções, também manuscritas, que se reproduz fielmente.

### **I – QUADRO DISCENTE**

A Escola é composta geralmente de alunos trabalhadores, maiores de 15 anos, originais de língua portuguesa, que dispõem de duas ou três tardes por semana.

### **II – PLANO DE ENSINO**

Compreende 4 classes de Alfabetização; Ciclo preparatório do Ensino Secundário; Cursos Geral e Complementar do Ensino Secundário.

As 4 classes de Alfabetização utilizam duas tardes por semana, com 7 horas de escolaridade; o Ciclo e o Liceu utilizam 3 tardes, com 11 horas de escolaridade.

A Alfabetização oferece a possibilidade de fazer uma classe em cada ano; o ciclo, a de ser feito num ano. Os Cursos Geral e Complementar oferecem a possibilidade de serem feitos em dois anos cada um.

### **III – QUADRO DOCENTE**

A Escola recruta os seus professores em regime de voluntariado. Porém os professores esperam que no futuro, mudando a situação económica atual de Portugal, o Governo Português mande não somente um subsídio a esta atividade, mas um ordenado proporcional ao empenho com o qual divulgam a cultura portuguesa.

### **IV – ÓRGÃOS DIRETIVOS DA ESCOLA**

A Escola é dirigida em regime colegial por todos os professores e pelos representantes dos alunos, eleitos entre todos os alunos na proporção de 1 para cada 50. Esta Assembleia reúne-se 3 vezes ao ano: ao início, a metade e ao fim.

#### **Prerrogativas da Assembleia**

- Aprovar toda a atividade didática ordinária e extraordinária da Escola e todas as iniciativas culturais integrativas da ação pedagógica.
- Aprovar o orçamento da Escola e decidir os critérios para a distribuição dos fundos segundo as exigências da coordenação das iniciativas culturais integrativas. A parte do fundo que fica deve ser distribuída por todos os professores em modo proporcional ao número de horas que cada

um dá.

- Eleger o conselho diretivo da Escola e o coordenador.
- É o órgão ao qual o conselho diretivo responde por todo o seu operado.
- As decisões desta assembleia em todos os seus particulares [pormenores] devem ser comunicadas a toda a Escola.

#### **Conselho diretivo**

- É eleito pela assembleia dos professores e dos alunos.
- É composto por 5 membros; 3 professores e 2 alunos. Destes 5 elementos, a assembleia elege o coordenador.
- Deve dirigir a Escola na normal atividade; manter as relações entre as autoridades escolásticas [Ministério da Educação] às quais pertencem os alunos; efetuar o trabalho de secretaria; ordenar os livros para a Escola; predispor tudo o necessário para os exames; matricular as alunas para o ano seguinte; convidar os professores para lecionar; organizar todo o horário da Escola para o ano seguinte; propor à assembleia dos professores o orçamento para o ano seguinte, indicando não somente as despesas mas também o número das alunas por cada classe e a nacionalidade a que pertencem; enviar o orçamento às autoridades escolásticas; convocar a assembleia dos professores e dos alunos.
- A atividade do conselho diretivo em todos os seus particulares deve ser comunicada a toda a Escola.

#### **Eleição dos órgãos diretivos da Escola**

- As eleições efetuam-se no primeiro Domingo de aulas do novo ano escolástico [letivo], data em que cessa as suas funções o conselho diretivo do ano passado e inicia as suas funções o novo conselho eleito.

### **V - FINANCIAMENTO DA ESCOLA**

A Escola apresenta o próprio orçamento aos Ministérios da Educação aos quais pertencem os alunos, esperando que o contributo dos vários Ministérios seja suficiente para cobrir o orçamento. No caso em que os fundos mandados não sejam suficientes, o conselho

diretivo, depois da aprovação da assembleia, dirigir-se-á a outros organismos nacionais ou internacionais com objetivos de desenvolvimento.

Somente quando os fundos que chegaram não chegam para as despesas mínimas da Escola, a assembleia pode tomar a decisão de quotizar equamente as alunas".

#### V-FINANCIAMENTO DA ESCOLA

A Escola apresenta o próprio orçamento aos Ministérios da Educação aos quais pertencem os alunos, esperando que o contributo dos vários Ministérios seja suficiente <sup>para</sup> cobrir o orçamento. No caso <sup>em</sup> que os fundos mandados não sejam suficientes o conselho directivo, depois da aprovação da assembleia, dirigir-se-á a outros organismos nacionais ou internacionais, <sup>com recursos culturais próprios de</sup> predispostos ao desenvolvimento da cultura. <sup>para fins</sup>. <sup>de desenvolvimento</sup>

Somente quando os fundos que chegaram não chegam para as despesas mínimas da Escola, a assembleia pode tomar a decisão de quotizar as alunas equamente.

\*\*\* \*\* \*

Após a elaboração das propostas de estatuto, o que, independentemente da perfeição formal e/ou terminológica, implicou muito esforço e trabalho, individual e de grupo, no dia 18 de março de 1978, sábado, realiza-se uma REUNIÃO GERAL DE PROFESSORES, que durou duas horas e meia (das 15.45 às 18.15 horas) e da qual resultaram diversas consequências. A já referida ata da mesma dava conta não só do conteúdo mas também da forma como decorreu essa assembleia. As «correções» que a Coordenadora achou necessário fazer eram, em parte, legítimas ou necessárias e, em parte, resultado das intenções do conteúdo e da forma que ela deveria ter tido: neste sentido, o evento apresenta-se de maneira mais fiel e completo e os dois documentos enquadram um outro, ainda mais importante, em que Silvina Palmeirim apresentou as suas demissões do cargo de Coordenadora. Procedamos por ordem, começando pela primeira versão da ata.

*Silvina dá início à assembleia, explicando a razão da ausência do Secretário da Embaixada, Dr. Monteiro: razões pessoais impedem-no de participar em qualquer reunião até ao dia 30 deste mês, mas aconselha a fazer a reunião sem a sua presença, pedindo para ser depois informado.*

*Apontou em seguida duas fases a seguir na reunião:*

- a)- Discussão acerca do orçamento;*
- b)- Questões relativas à elaboração do novo estatuto.*

#### ORÇAMENTO

*Como ficou resolvido na primeira assembleia de professores, a 14 de outubro de 1977, dado que ainda não houve resposta positiva do MEIC acerca do orçamento apresentado, torna-se necessário proceder à terceira cotização de propinas, em abril.*

*O Conselho Directivo da escola decidiu, em reunião anterior, reunir, das 17.30 horas do dia seguinte, Domingo, as alunas do ensino secundário para lhes explicar as razões deste procedimento.*

*A respeito do ensino básico, estando a escola*

*atualmente já com um défice de mais de 300 mil liras, e tendo ainda em seu poder os "trocos"<sup>11</sup> dos livros a restituir às alunas do segundo ano, pergunta o que convém fazer: cotizar também estas alunas, ou reter, a título de empréstimo, este dinheiro até à aprovação e concessão de fundos por parte das autoridades? Todos os presentes se declaram com a mão no ar em favor do empréstimo. Também esta decisão seria para submeter à aprovação das mesmas alunas na reunião do dia seguinte.*

<sup>11</sup> - Diferença entre custo de compra e preço de venda.

Comunica ainda ter feito uma chamada telefónica, no dia 17, à noite, para Lisboa, à "Inspectora-chefe do Serviço de Ensino no Estrangeiro", na qual lhe foi dito que se iria fazer todo o possível para dar uma resposta a respeito do orçamento, a seguir à Páscoa; se assim acontecer, a Embaixada de Portugal poderia logo a seguir cobrir o défice da escola, emprestando o dinheiro.

Anuncia por fim ter retificado o orçamento, após algumas controvérsias surgidas com a Rufina, que não foram explicadas: tais modificações não fazem variar o total, alterando apenas a destinação de algumas verbas. Os desentendimentos referem-se à retribuição a conceder à Rufina, 250.000 liras, pelo trabalho de secretaria que exerce na escola.

## ESTATUTO

Comunica haver em Lisboa a vontade de atribuir à escola o estatuto ainda antes dos exames; não seria sequer necessária a inspeção à escola por parte do MEIC, dado que existiriam, segundo a "inspetora-chefe", todos os elementos para uma decisão a respeito do estatuto. Mas, na realidade, as novas propostas de estatuto que estamos analisando, modificam tal situação. Após o envio do resultado das nossas discussões durante este período ao MEIC, a situação deverá ser considerada diversamente.

Terminada a exposição da Silvina, passa-se ao exame dos projetos de estatuto que foram estudados pelas várias equipas de professores.

É apresentado em primeiro lugar o que foi elaborado pela equipa dos professores do curso geral, da qual se faz porta-voz Jorge Sena:

O ponto fundamental está no esquema de estrutura de gestão ou direcção da escola. Existem dois órgãos máximos de gestão da escola: as assembleias de professores e dos alunos reunidas periodicamente nos respetivos plenários, às quais compete apresentar orientações que desejam ver concretizadas e controlar a atividade da direcção (ponto nº 1 do esquema-base). Exclui-se do voto deliberativo a assembleia dos alunos no que diz respeito ao campo pedagógico. Pretende-se inserir uma gestão colegial em que não há nenhum elemento com maior poder de decisão do que os outros.

A Direcção-geral da Escola seria constituída da seguinte forma: um professor do ensino básico (primário e preparatório); um professor do curso

REUNIÃO DE PROFESSORES  
Sábado, 18 de Março de 1978  
Das 15.45 às 18.15 horas

-----

Silvina dá início à assembleia, explicando a razão da ausência do Secretário da Embaixada, Dr. Monteiro: razões pessoais impedem-no de participar em qualquer reunião até ao dia 30 deste mês, mas aconselha a fazer a reunião sem a sua presença, pedindo para ser depois informado.

Apontou em seguida duas fases a seguir na reunião:  
A/ Discussão acerca do orçamento;  
B/ Questões relativas à elaboração do novo estatuto.

**ORÇAMENTO**

Como ficou decidido na primeira assembleia de professores, a 14 de Outubro de 1977, dado que ainda não houve resposta positiva do MEIC acerca do orçamento apresentado, torna-se necessário proceder à terceira cotização de propinas, em Abril.

O Conselho Directivo da escola, em reunião anterior, decidiu propor a esta assembleia uma reunião dos alunos do ensino secundário para lhes explicar as razões deste procedimento. A reunião seria para o dia seguinte, Domingo, das 17.30 horas em diante.

A respeito do ensino básico, estando a escola actualmente já com um défice de mais de 300 mil liras, e tendo ainda em seu poder os trocos dos livros a restituir aos alunos do 2º ano, pergunta o que convém fazer: cotizar também estes alunos ou reter, a título de empréstimo, este dinheiro até à aprovação e concessão de fundos por parte das autoridades? Todos os presentes, com excepção do Sr. Silva, favor do empréstimo. Também esta decisão seria para submeter à aprovação dos mesmos alunos na reunião do dia seguinte.

Comunica ainda ter feito uma chamada telefónica para Lisboa no dia 17 à noite, à "inspetora-chefe do Serviço de Ensino no estrangeiro", durante a qual lhe foi dito que se iria fazer o possível por dar uma resposta a respeito do orçamento, a seguir a Páscoa; se assim acontecer, a Embaixada de Portugal poderia logo a seguir cobrir o défice da escola, emprestando o dinheiro.

Por fim anuncia por fim ter retificado o orçamento, após algumas controvérsias surgidas com a Rufina, que não foram explicadas: tais modificações não fazem variar o total, alterando apenas a destinação de algumas verbas.

**ESTATUTO**

Comunica haver em Lisboa a vontade de atribuir à escola o estatuto ainda antes dos exames; não seria sequer necessária a inspeção à escola por parte do MEIC, dado que existiriam, segundo

*proposta animada, a fim de que o Inspector enviado, juntamente com uma comissão de professores desta pela Assembleia fizera aqui o Estatuto.*

so geral do liceu; um professor do curso complementar do liceu; um aluno do curso geral do liceu; um aluno do curso complementar do liceu: três professores e dois alunos, num total, portanto, de cinco. Explica as motivações de tal opção discutidas pelos 6 elementos que formaram a equipa (Jorge Sena, Andrade, Mário, António Feliciano, Fernando Pinho e Teresa), e rejeitadas no conjunto apenas por um dos elementos. Acrescenta as funções que cabem a esta direcção, distribuídas pelos cinco membros, dando mesmo um exemplo possível de tal distribuição: um porta-voz das decisões da escola

entre esta e as autoridades; um encarregado do aspeto pedagógico, outro encarregado das atividades circum-escolares, outro ainda encarregado por exemplo da coordenação do trabalho de equipe, de secretaria, livraria, etc.

A todos compete decidir sobre todas as questões, apenas com um voto, e entre eles escolher-se-ia um que passaria a ser chamado ou constituído como "coordenador", e que representaria a Escola perante as entidades oficiais. Sublinha o aspeto da colegialidade e acrescenta algumas coisas de carácter pragmático, relativas ao subsídio que seria atribuído aos vários membros da direção que seria igual à retribuição recebida pelas horas de ensino.

Teresa Osório faz-se porta-voz do outro projeto elaborado pela equipa do curso complementar. Chama a atenção para três princípios: 1 – oficialização da escola; 2 – participação máxima de todos no respeitante à escola; 3 – responsabilidade e seriedade dos estudos. Explica nas suas linhas gerais os vários pontos de que fala o projeto, em particular os do plano administrativo. Distingue a função de coordenador e vice-coordenador das funções de secretário e livreiro. Para estes dois últimos cargos seria aberto um concurso entre os alunos e ex-alunos. Os cargos de coordenador e vice são exercidos por um ano e podem ser reeleitos.

A assembleia de professores tem as funções de controlar a aplicação do estatuto da escola; decidir sobre o orçamento em função do plano de ensino; eleger o representante de ciclo no conselho de direção. A assembleia dos Alunos controla a aplicação do estatuto; dá parecer acerca do orçamento anual da escola; decide das atividades circum-escolares; elege o chefe de turma. Ao conselho diretivo cumpre fazer o plano de ensino para um ou dois anos seguintes, logo após os exames; elaborar o orçamento para propor à assembleia de professores; completar o quadro de professores; manter as relações com o exterior. Funções do coordenador seriam: velar pelo nível pedagógico; velar pelo funcionamento do quadro administrativo e manter o diálogo com as Autoridades.

Terminada a exposição de Teresa, toma a palavra Silvina para sublinhar que as funções de livraria e biblioteca podem ser estabelecidas através de um concurso e distribuídas por uma ou duas pessoas, uma vez que viria a ser pago este serviço e que ele serviria de treino para lugares superiores. Segundo o projeto da últi-

ma equipe, enfim, o número dos membros da conselho diretivo seria de SEIS, tendo o voto de coordenador, nominalmente, poder de desempate.

Passa-se à discussão de alguns aspetos dos dois estatutos: Fernando não vê que uma pessoa sozinha possa garantir melhor que um grupo a seriedade do nível pedagógico da escola: entre os elementos do conselho diretivo fará certamente parte alguém com competência específica neste campo, e esse elemento contido confrontará sempre as suas opiniões com os demais membros. Isto representaria um quadro dinâmico, que se renova à medida que se criam novas exigências ou surgem novos problemas.

Segundo Jorge Sena, o coordenador não deve ser uma espécie de "supervisor", com maiores poderes que os outros. Segundo o mesmo professor, a atual coordenadora deve ocupar-se de todos os problemas da escola e em prática decidia. Os outros membros do Conselho diretivo em prática não podem decidir, sem o conhecimento de todos os problemas. Como se pode decidir sem os conhecimentos? Teoricamente, cada um tem poder de decisão mas, na prática, verifica-se uma concentração de poder, pelo menos 70%, nas mãos da coordenadora. Silvina responde que até agora existe efetivamente uma concentração de trabalho, mas no novo plano de estatuto verificar-se-ia uma descentralização através da figura do vice-coordenador, que se ocuparia sobretudo do quadro administrativo. Teresa acrescenta que há problemas específicos, cursos intensivos, situação interlinguística e vê a necessidade de um metodólogo de português desde a primária até ao sétimo ano. Silvina retoma a palavra para repetir que o poder pedagógico deve competir ao coordenador, e que este deve tornar-se "chefe" de equipa – palavra que irrita alguns: "porquê 'chefe'?", pergunta Jorge. Teresa afirma que a chefia pode ser que surja espontaneamente. Beatriz intervém para dizer que cada ciclo deve ter o seu encarregado nos aspetos metodológicos, porque em cada ciclo há problemas específicos, tarefa demasiado grande para competir a uma só pessoa. Fernando e Jorge põem em relevo que não cabe a uma só pessoa a coordenação de toda a escola, tanto menos a orientação pedagógica. Silvina responde que até prefere a distribuição do trabalho, o que acontecerá segundo o projeto, sobretudo no aspeto administrativo. A discussão dos problemas de carácter pedagógico continua

cerrada entre Teresa, Jorge, Fernando, Peter e Silvina por longo tempo.

Passa-se, por fim, a outro aspeto: o número de elementos que deve constituir o Conselho directivo. Aponta-se a escassa representatividade de um só professor para todo o ensino básico. Jorge apresenta a eventualidade de aceitar dois representantes do ciclo básico, unindo num só representante os cursos geral e complementar (5º e 7º anos).

Passa-se à votação sobre dois problemas: a definição de coordenador da escola em vista da atribuição das suas funções e, seguidamente, acerca do número de membros que podem constituir o conselho directivo.

Sobre o primeiro ponto submete-se ao voto dos presentes as seguintes formas: 1ª: "Coordenador é o porta-voz das decisões do conselho directivo às entidades oficiais e aquele que convoca as reuniões do mesmo conselho"; 2ª: "Coordenador é aquele que vela pelo nível pedagógico da escola; vela pelo funcionamento do quadro administrativo; representa a Escola junto das Autoridades". Resultado da votação é o seguinte: 15 favoráveis à primeira proposta; 2 favoráveis à segunda; uma abstenção.

Glória explica a razão do seu voto, favorável à primeira proposta: é-lhe com dificuldade reconhecido o direito a falar, por parte da Silvina.

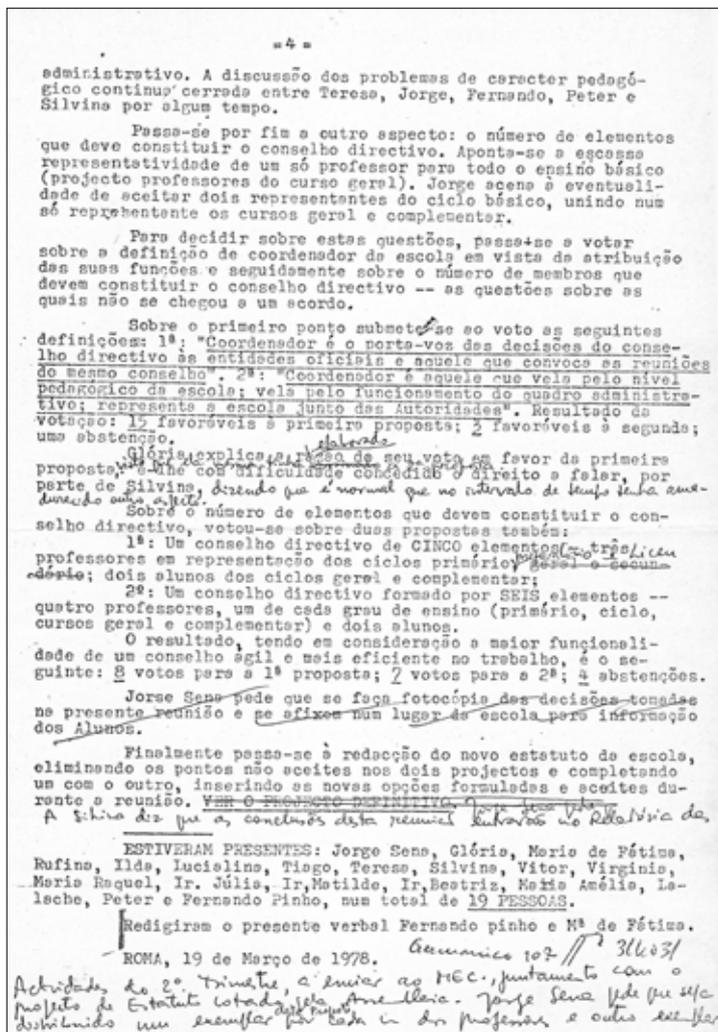
Passa-se à votação sobre o número de elementos que deve constituir o conselho directivo. Também aqui duas propostas: a 1ª prevê cinco elementos, assim distribuídos: três professores em representação respetivamente dos ciclos primário, geral e secundário; dois alunos representantes dos alunos dos ciclos geral e complementar (projeto de estatuto da equipe de Jorge Sena); segunda proposta: 6 membros, quadro professores, um de cada grau de ensino (primária, ciclo, geral e complementar) e dois alunos.

O resultado, tendo em consideração a maior funcionalidade de um conselho ágil e para

maior eficácia de trabalho, é o seguinte: 8 votos para a primeira proposta; 7 para a segunda; 4 abstenções.

Jorge Sena pede que se faça fotocópia destes resultados e se afixem num lugar da escola para informação dos alunos.

Finalmente, passa-se à redação do novo estatuto da escola, eliminando os pontos não aceites nos dois projetos e completando um com o



outro, inserindo as novas opções formuladas e aceites na reunião: cfr. PROJETO DEFINITIVO

A reunião terminou às 18.15 horas.

ESTIVERAM PRESENTES: Jorge Sena, Glória, Maria de Fátima, Rufina, Ilda, Lucialina, Tiago, Teresa, Silvina, Vítor, Virgínia, Maria Raquel, Júlia, Matilde, Beatriz, Maria Amélia, Lálache, Peter, Fernando Pinho, num total de 19 pessoas!

Redigiram presente ata: F. Pinho e Maria de Fátima Roma, 19 de março de 1978.

\*\*\* \*\*

As páginas 2 e 3 da ata quase não contêm correções e por isso dispensa-se aqui a sua reprodução. Vejamos de seguida como ficou o «Projeto definitivo» adotado por essa assembleia de

professores, «para vigorar a partir de outubro de 1978»:

#### I – QUADRO DISCENTE.

A Escola é geralmente composta de alunos trabalhadores, maiores de 15 anos, de nacionalidade portuguesa ou cabo-verdiana, que dispõem de duas ou três tardes por semana.

#### II – ATUAL PLANO DE ENSINO.

Compreende 4 classes de Alfabetização; Ciclo Preparatório do Ensino Secundário; Cursos Geral e Complementar do Ensino Secundário.

A Escola de Alfabetização utiliza duas tardes semanais, com 7 horas de escolaridade; o Ciclo e o Liceu utilizam 3 tardes, com 11 horas de escolaridade.

A Escola oferece a possibilidade de fazer a Alfabetização em quatro anos; o Ciclo num ano, para os alunos que dispõem de três tardes, ou em dois anos para os que dispõem somente de duas tardes por semana; os Cursos Geral e Complementar podem ser feitos em dois anos cada um.

#### III – QUADRO DOCENTE.

Visto que o voluntariado antecipa as estruturas oficiais e a Escola chegou já a um desenvolvimento que as permite, segundo a Portaria nº 752/77, de 19 de dezembro do 1977, parece que deveríamos requerer ao Governo que oficialize imediatamente a Escola e pague aos Professores.

As únicas classes que não são abrangidas na Portaria nº 754/77 são as do Curso Complementar, cujo número de alunos é inferior a 15; mas, tratando-se de Alunos que prestam um serviço à Escola, como professores da Alfabetização, o pagamento dos seus professores no C. Complementar deveria ser igualmente satisfeito pelo Estado.

#### IV – QUADRO ADMINISTRATIVO.

§ 1. O Quadro Administrativo visa a assegurar os seguintes serviços: Secretaria; Tesouraria; Biblioteca; Livraria.

§ 3. Estes serviços podem ser distribuídos pelas seguintes pessoas: 1 Secretário (com funções também de Tesoureiro e de Bibliotecário); 1 Livreiro.

§ 3. Os cargos de Secretário e Livreiro são providos por concurso aberto somente aos Alunos e Ex-alunos da Escola, com a duração de um ano.

#### V – DIREÇÃO DA ESCOLA.

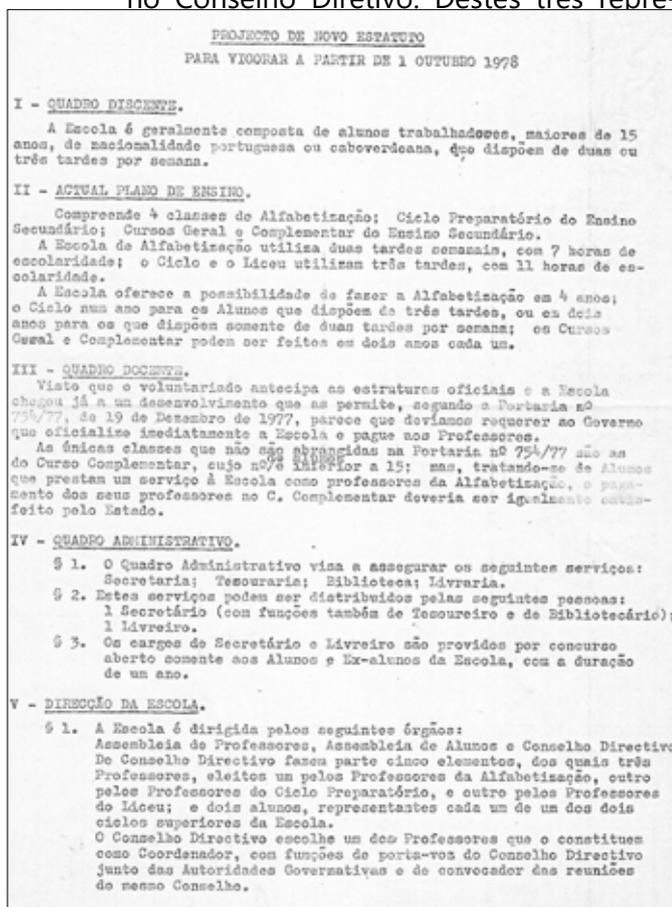
§ 1. A Escola é dirigida pelos seguintes órgãos: Assembleia de Professores, Assembleia de Alunos e Conselho Diretivo.

Do Conselho Diretivo fazem parte cinco elementos, dos quais três Professores, eleitos um pelos Professores da Alfabetização, outro pelos Professores do Ciclo Preparatório, e outro pelos Professores do Liceu; e dois alunos, representantes cada um de um dos dois ciclos superiores da Escola.

O Conselho Diretivo escolhe um dos Professores que o constituem como Coordenador, com funções de porta-voz do Conselho Diretivo junto das Autoridades Governativas e de convocador das reuniões do mesmo Conselho.

§ 2. Funções da Assembleia de Professores

- controlar a aplicação do Estatuto da Escola;
- aprovar o Orçamento anual, bem como o Plano de Ensino;
- eleger, as entre os Professores de cada grau de ensino (Alfabetização, Preparatório e Liceu), um representante desse grau no Conselho Diretivo. Destes três repre-



sentantes, dois devem possuir uma licen-

ciatura universitária, para assegurar o bom nível pedagógico da Escola.

§ 3. Funções da Assembleia de Alunos:

- controlar a aplicação do Estatuto da Escola;
- dar parecer acerca do Orçamento anual da Escola, bem como do Plano de Ensino;
- decidir do Plano de atividades circun-escolares e do seu financiamento;

§ 4. Funções do Conselho Diretivo:

- fazer o Plano de Ensino para a Escola para o ano ou dois anos seguintes, imediatamente após os exames do ano letivo e assegurar o seu cumprimento ao longo do ano;
- elaborar o Orçamento para propor a aprovação dos Professores;
- escolher os Professores necessários para completar o quadro de Professores;
- resolver os problemas decorrentes da relação com as Autoridades Governativas.

## VI – FINANCIAMENTO DA ESCOLA.

A Escola é financiada pelos Ministérios da Educação de Portugal e Cabo-Verde, com pequena participação dos Alunos, segundo as disposições legais.

Roma, 18 de março de 1978.

Resultado da votação de 19 Professores presentes<sup>12</sup> sobre um total de 27, com o critério de maioria simples, relativa aos presentes.

Presentes: Maria da Glória Silva, Jorge Sena, Virgínia Amaral, Beatriz Peixoto, Lucialina Cabral, Ilda Meneses, Rufina Fonseca, Vítor Amaral, Maria Amélia Pereira, Fátima Baptista, Raquel Duarte, Maria do Rosário Spencer, Júlia Barroso, Tiago Brito, Matilde Ngoi, Teresa Gonçalves, Fernando Pinho, António Feliciano de Oliveira, Peter Stilwell, Silvina Palmeirim.

A Coordenadora da Escola,

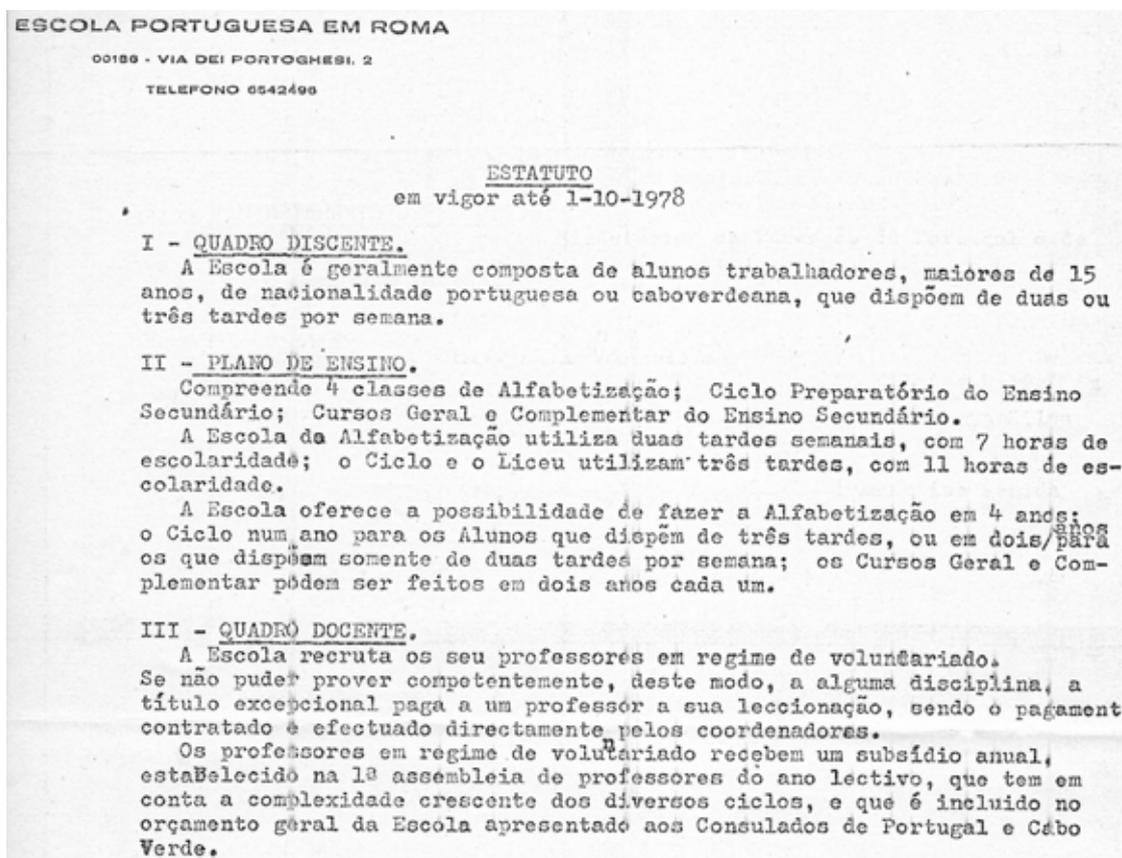
Assinatura: Maria Silvina Palmeirim

12 – Aparecem vinte nomes, incluindo o da Coordenadora.

\*\*\* \*\*

### **Estatuto de 26 de abril de 1978**

Cabe completar esta informação reproduzindo o estatuto que esteve «em vigor até outubro de 1978»: esta cópia fiel do original tem as assinaturas da Coordenadora, Maria da Glória, Jorge de Sena e Diamantino Penida, e a data de 26 de abril.



#### IV - QUADRO ADMINISTRATIVO.

A Coordenadora e a Vice-coordenadora constituem um quadro administrativo estável, que visa a assegurar os seguintes serviços: coordenação dos Professores e Alunos em ordem ao cumprimento material do Plano de Ensino; Secretaria; Tesouraria; Livraria; e Biblioteca.

As suas prestações de serviço quer no quadro administrativo quer no quadro directivo são subsidiadas uma pelo Governo Português e outra pelo Governo Caboverdeano.

#### V - QUADRO DIRECTIVO.

A Escola é dirigida em regime colegial por todos os Professores, reunidos em Assembleia sempre que se trata de definir critérios de gestão fundamentais.

Esta assembleia, no início do ano lectivo, confirma nas suas funções o Coordenador e o Vice-Coordenador escolhidos pelo Conselho Directivo do ano anterior; e elege dois novos membros para o Conselho Directivo, com função consultiva, de entre os Professores dos Ciclos não representados já pelos Coordenadores. O Conselho Directivo, composto por estes quatro Professores, inclui assim um professor de cada um dos 4 ciclos.

Os Coordenadores têm também funções de orientação pedagógica, competendo-lhes a organização do Plano de Ensino e sua coordenação pedagógica, auxiliados na medida do possível pelos outros dois representantes de Ciclo. Compete-lhes ainda elaborar o Orçamento anual da Escola e apresentá-lo à aprovação da Assembleia de Professores; e representar a Escola perante as Autoridades Governativas. Todas estas funções dos Coordenadores estão sujeitas à consulta dos outros membros do C. D., cujas reuniões têm uma regularidade estabelecida na 1ª Assembleia de Professores.

\*\*\* \*\*

### **Demissão de Silvína Palmeirim**

No seguimento do debate e da dialética interna da Escola ocorrida nesse ano, face às observações críticas movidas à gestão da Coordenadora e não se resolvendo segundo as suas expectativas a questão do financiamento por parte das autoridades portuguesas, não restava a Silvína Palmeirim outra alternativa senão tomar a dolorosa decisão de se demitir. Fê-lo com coragem, dignidade e coerência, apresentando à comunidade escolar e às autoridades a carta seguinte, que tem a data de 4 de abril.

*Ao Conselho Directivo da ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA*

*Aos Professores*

*Aos Alunos*

*À Embaixada de Portugal em Roma*

*Ao Consulado de Cabo Verde em Itália*

*Ao Serviço de Ensino Básico e Secundário no Estrangeiro – MEC – Lisboa*

*À Embaixada de Cabo Verde em Lisboa.*

*Caros Amigos,*

*O Conselho Directivo, a Assembleia de Professores, a Assembleia dos Alunos de Ciclo e Liceu e a mesma Embaixada de Portugal em Roma têm conhecimento do meu desejo de demissão da tarefa de Coordenadora da Escola, com base na solução ultimamente proposta por alguns Professores de que esta seja gerida por uma equipe, na qual seriam partilhados os diversos trabalhos atualmente reunidos na minha pessoa; mas tem-me sido unanimemente objectado pelo Conselho Directivo, pela Assembleia de Professores e pela*

Ao Conselho Directivo da ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA

Aos Professores

Aos Alunos

À Embaixada de Portugal em Roma

Ao Consulado de Cabo Verde em Itália

Ao Serviço de Ensino Básico e Secundário no Estrangeiro - M.E.C. - Lisboa

À Embaixada de Cabo Verde em Lisboa.

Caros Amigos,

O Conselho Directivo, a Assembleia de Professores, a Assembleia dos Alunos de Ciclo e Liceu e a mesma Embaixada de Portugal em Roma têm conhecimento do meu desejo de demissão da tarefa de Coordenadora da Escola, com base na solução ultimamente proposta por alguns Professores de que esta seja gerida por uma equipe, na qual seriam partilhados os diversos trabalhos atualmente reunidos na minha pessoa; mas tem-me sido unanimemente objectado pelo Conselho Directivo, pela Assembleia de Professores e pela Embaixada que tal não conviria a meio do ano escolar.

Igualmente propus continuar na direcção da Escola, trabalhando desde já no regime de divisão de tarefas proposto por estes Professores, e também esta solução foi considerada inoportuna a meio do ano.

Todavia a recente Assembleia de Professores e Alunos de Ciclo e Liceu, de 19/3/78, que reuniu cerca de 8 Professores e 80 Alunos, tem como dois factos que se lhe seguiram, apresentaram-me elementos novos para reforçar o meu desejo de demissão imediata.

I

Na citada Assembleia de 19/3/78 o Prof. António Feliciano de Oliveira disse ser com base na informação trazida do Serviço de Ensino Básico e Secundário no Estrangeiro pela Silvína, em Dezembro de 1977, que se está a proceder à cotização de segundas e terceiras propinas ao Ensino Secundário. A decisão daquele Serviço de que cotizássemos estes Alunos não foi dada por escrito. Portanto a informação da Silvína pode não

*Embaixada que tal não conviria a meio do ano escolar.*

*Igualmente propus continuar na direção da Escola, trabalhando desde já no regime de divisão de tarefas proposto por estes Professores, e também esta solução foi considerada inoportuna a meio do ano.*

*Todavia a recente Assembleia de Professores e Alunos de Ciclo e Liceu, de 19/3/78, que reuniu cerca de 8 Professores e 80 Alunos, bem como dois factos que se lhe seguiram, apresentaram-me elementos novos para reforçar o meu desejo de demissão imediata.*

## I

*Na citada Assembleia de 19/3/78 o Prof. António Feliciano Oliveira disse ser com base na informação trazida do Serviço de Ensino Básico e Secundário no Estrangeiro pela Silvina, em dezembro de 1977, que se está a proceder à cotização de segundas e terceiras propinas ao ensino Secundário. A decisão daquele Serviço de que cotizássemos estes Alunos não foi dada por escrito. Portanto, a informação da Silvina pode não ser verdadeira, pode ser somente invenção da Silvina.*

*A afirmação do Prof. Feliciano é chocante:*

*1º - Por não ter em conta que a decisão do Serviço de Ensino no Estrangeiro (na pessoa da Inspectora-chefe Maria de Lourdes Neto, responsável deste Serviço segundo o Despacho nº 150/77 do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica, de 21/11/77, é meramente restritiva. De facto, a 1ª Assembleia de Professores da Escola, em 14/10/77, tinha decidido que todos os Alunos fossem cotizados em segundas e terceiras propinas a atuar em janeiro e abril, no caso de até essas datas ainda não termos recebido resposta do M.E.C. sobre o Orçamento da Escola, como sucedera no ano anterior.*

*Ora, não podendo dar ainda uma resposta sobre este Orçamento devido à crise governativa, a Inspectora-Chefe M<sup>a</sup> de Lourdes Neto restringe o nosso direito a cotizarmos os Alunos numa Escola subsidiada pelo Estado, dizendo:*

- a) Espero poder dar-vos uma resposta sobre o Orçamento até ao dia 15 de janeiro, logo que haja Governo constituído;*
- b) Entretanto não peçam 2<sup>as</sup> propinas aos Alunos do Ensino Básico;*
- c) Quanto aos Alunos do Ensino Secundário (excetuados os que colaboram na Escola de Al-*

*fabetização) podem pedir-lhes 2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> propinas no valor de 5.000 libras cada. Esse montante é-vos desde já descontado no subsídio pedido, tal como o montante relativo às 1<sup>as</sup> propinas de todos os Alunos.*

*2º - É chocante ainda por ser uma afirmação ofensiva da pessoa da Silvina.*

*3º - Por ser uma afirmação feita na presença de cerca de 8 Professores e 80 Alunos.*

*4º - Por não ter encontrado protesto claro e decidido da parte dos outros Professores presentes, à exceção de Teresa Gonçalves, que foi em seguida contradita por Fernando Pinho.*

## II

*O 2º elemento da mesma Assembleia de 19/3/78 que veio reforçar o meu desejo de demissão foi o seguinte:*

*Depois de a Silvina ter escrito no quadro e esclarecido os Alunos acerca do Orçamento da Escola em cada uma das suas verbas, perante o protesto de uma Aluna de que uma grande parcela seja destinada à Coordenadora, o Prof. Fernando Pinho esclarece que a Coordenadora foi tacitamente aceite pelos Professores na 1ª Assembleia de Professores e não resta outra solução senão ser também tacitamente aceite pelos Alunos.*

*Também aqui nenhum Professor protestou! Ora, na realidade, conforme se referiu na 1ª Assembleia de Professores de 14/10/77, a Coordenadora e a Vice-Coordenadora do ano anterior, cujos mandatos terminavam a 15/7/77, tinham sido confirmadas no cargo pelo Conselho Diretivo em exercício, reunido no dia 30/6/77. Nesta reunião, a Coordenadora apresentou a sua demissão. O Conselho Diretivo pediu-lhe que continuasse no cargo mais um ano, alegando que não se encontrava presentemente na Escola outra pessoa que o pudesse tomar. A Silvina pediu então que, ao menos, fosse dividido com mais um Vice-Coordenador encarregado do Ciclo Preparatório. Ventilou-se a possibilidade de essa tarefa ser tomada pela Teresa Gonçalves ou pelo Jorge Sena, e ambos foram excluídos pelo Mário Garcia e pelo Francisco Correia. Concluiu-se então que se convidaria a Irmã Diana Barbosa, cabo-verdiana, licenciada em Matemática, professora num colégio de Lisboa, a vir colaborar na Escola de Roma. Assim foi feito, mas não aceitou.*

*Foi deste modo que as mesmas Coordenadora e Vice-coordenadora se encontravam con-*

*firmadas nas suas tarefas e em exercício das mesmas já há dois meses quando teve lugar a 1ª Assembleia de Professores deste ano letivo, a 14/10/77.*

### III

*Agora convém examinar dois factos que se seguiram a esta Assembleia de 19/3/78:*

*1. No dia de aulas imediatamente seguinte, terça-feira, 21/3/78, a Aluna Rufina da Fonseca, às palavras que lhe são dirigidas pela Silvina acerca do seu trabalho como ajudante na livraria da Escola, isto é, que o suspenda até ao fim de abril, de acordo com a conclusão da dita Assembleia de 19/3/78, troça dela e por fim vira-lhe as costas. Isto passa-se na sala dos professores diante de vários alunos do 7º ano.*

*2. O Prof. Fernando Pinho afixa no mesmo dia no placard dos Alunos<sup>13</sup> a Ata da 4ª Assembleia de Professores antes ainda de a ter entregue à Coordenadora. Tal atitude desrespeita diversos direitos:*

*a) Coordenadora é a responsável pelos placards da Escola.*

*b) Não parece acertado que seja publicada diretamente para os Alunos uma Ata de reunião de Professores. Outra coisa seria publicá-la no Placard dos Professores e permitir que os Alunos também a lessem*

*c) A Ata em si mesma contém inúmeras imprecisões e alguns erros que, dada a sua gravidade, convém corrigir antes de qualquer publicação.*

13 – Era é o único existente na escola.

\*\*\* \*\*

Seria oportuno tecer alguns comentários aos argumentos apresentados por Silvina Palmeirim, nomeadamente quanto à publicação no placar de informações relativas à situação que se vivia, mas o Leitor saberá fazê-las por própria conta, mais corretamente do que quem esteve diretamente envolvido nessas diatribes. Passemos, pois, a corrigir a ata da reunião: em vez de a apresentar corrigida, integrando ou modificando a versão original com os pontos evidenciados pela então Coordenadora da EPER, transcreve-se aqui fielmente esses pontos, os quais evidenciam as lacunas e/ou imprecisões e alegados erros desse documento, tornando-o mais fiel não só ao conteúdo mas também à sensibilidade de quem nessa assembleia, viveu em primeira pessoa o confronto com posições que questionavam a atuação da coordenadora e se sentiu no dever de propor uma versão muito mais completa dos factos, também para, assim, por uma questão de honra, defender a própria dignidade e tentar justificar a sua ação. Cumpre-se assim também o propósito e o dever, como já se referiu, de conferir a este trabalho a maior objetividade possível.

As «Correções à Ata» permitem acrescentar informações preciosas, que não foram «esmiuçadas» e, algumas, nem sequer apresentadas, na assembleia, como os dados concretos do orçamento, que a Coordenadora houve por bem acrescentar.

## CONCLUSÃO

*Estes diversos factos mostram que a função de Coordenador da Escola não está a ser bem compreendida e respeitada por Professores e Alunos, ou que a Silvina não soube manter o crédito devido a esta função.*

*Em qualquer caso, na atual situação de descrédito, ou pelo menos de confusão de funções, não é possível à Silvina continuar a dirigir a Escola.*

*O Conselho Diretivo verá se convém fazer nova Assembleia de Professores e Alunos, onde a função da Coordenadora, da Vice-coordenadora, do Conselho Diretivo e da Assembleia de Professores sejam esclarecidas à luz do atual Estatuto da Escola; se convém, além disso, publicar para os Alunos este presente Estatuto antes de publicar o projeto de futuro Estatuto; ou se, pelo contrário, convém aceitar as demissões da Silvina.*

*Nesta última hipótese, o exercício das suas funções pode prolongar-se até ao dia 1 de maio, dando tempo para a eleição de novo Coordenador e para a passagem de trabalhos de um para outro.*

*Esta demissão não afeta a lecionação, que pode prosseguir na Escola de Alfabetização gratuitamente; e, no Curso Complementar do Liceu, mediante pagamento a combinar com o novo Coordenador se este assim o entender.*

*Assinatura*

*(Maria Silvina Marques Palmeirim)*

## 4ª ASSEMBLEIA DE PROFESSORES – 18/3/78

### CORREÇÕES À ATA DA ASSEMBLEIA ASSINADA POR FERNANDO PINHO E FÁTIMA BAPTISTA

#### Página 1:

§ 1º – Razão da ausência do Encarregado da Secção Consular, Dr. Monteiro: razões de ofício (nomeadamente uma viagem à Grécia) impedem-no de participar na reunião, conforme fora seu pedido, até ao dia 30/3. Mas propõe que a façamos sem a sua presença, que cheguemos a um acordo e o informemos em seguida.

§ 2º – ...torna-se necessário proceder a 3ª cotização de propinas do Curso Geral, em abril.

§ 4º – A reunião seria para o dia seguinte, domingo, às 17.30, com a presença dos Professores do Liceu.

§ 5º – A respeito do Ensino Básico, cuja cotização de 2ªs e 3ªs propinas também foi decidida na 1ª Assembleia de Professores, visto não termos ainda resposta do MEC sobre o Orçamento da Escola, estando a Escola atualmente já com um défice (...) Também esta decisão seria para submeter à aprovação dos alunos do Ciclo, noutra reunião do dia seguinte, marcada para as 18 H, com a presença dos Professores do Ciclo.

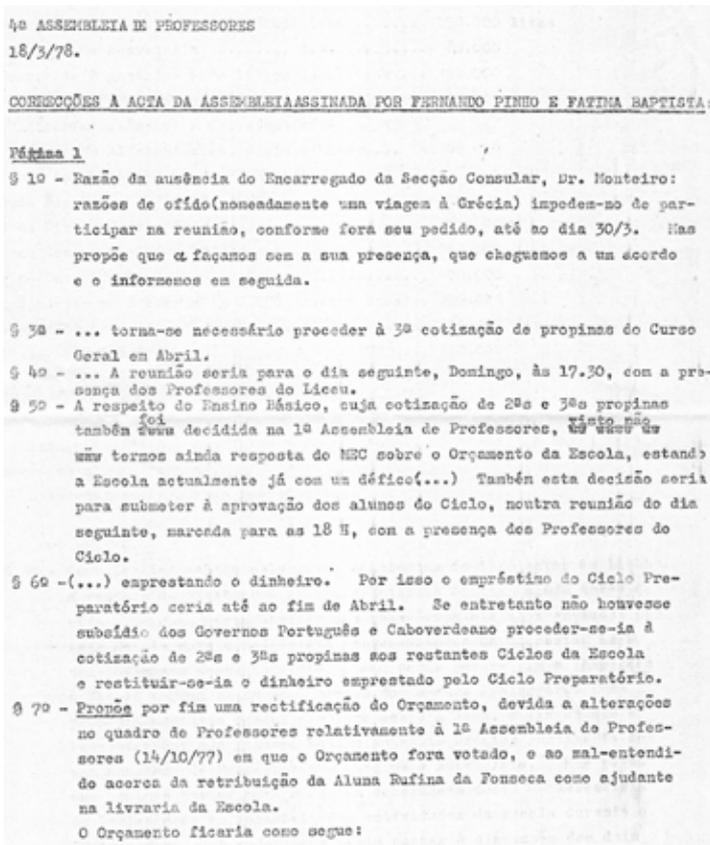
§ 6º – (...) emprestando o dinheiro. Por isso o empréstimo do Ciclo Preparatório seria até ao fim de abril. Se entretanto não houvesse subsídio dos Governos Português e Cabo-verdiano<sup>14</sup> proceder-se-ia a cotização de 2ªs e 3ªs propinas aos restantes Ciclos da Escola e restituir-se-ia o dinheiro emprestado pelo Ciclo Preparatório.

§ 7º – Propõe por fim uma retificação do Orçamento, devida a alterações no quadro de Professores relativamente a Assembleia do Professores (14/10/77) em que o Orçamento fora votado, e ao mal-entendido acerca da retribuição da Aluna Rufina da Fonseca como ajudante na livraria da Escola.

O orçamento ficaria como segue:

Livros para uso dos Professores e Biblioteca	150.000
Despesas de secretaria	80.000
Compra de 2 armários para livros	280.000
Subsídio para electricidade ao Col. Ursulinas.	150.000
Ordenados mensais para a Coordenadora da Escola de Alfabetização, Ciclo e Liceu	4.800.000
Subsídio anual para os Professores: 8 da Escola de Alfabetização	400.000
5 do Ciclo Preparatório	500.000
5 do Curso Geral do Liceu	750.000
2 do Curso Complementar do Liceu	400.000
1 Ajudante na Livraria (2.000 liras à hora)	250.000
1 cine fórum para os Alunos	20.000
1 viagem da Coordenadora ao MEC em dez. 77	200.000
TOTAL	7.980.000

14 – Se não houvesse... Era evidente que não haveria!



Tais modificações não fazem variar o total, alterando apenas a destinação de algumas verbas. A Assembleia aprovou a retificação.

## ESTATUTO

§ 6º – Comunica ter sabido pelo mesmo telefonema de 17/3 haver em Lisboa a vontade de atribuir à Escola o Estatuto Oficial ainda antes dos exames, o qual seria baseado nos relatórios até hoje enviados por esta Escola para o MEC, visto conterem todos os elementos para uma definição deste Estatuto. Não seria necessária a inspeção à Escola por parte do MEC,<sup>15</sup> pedida por alguns professores numa proposta assinada e aqui presente sobre a mesa, a fim de que o Inspetor enviado fizesse aqui o Estatuto Oficial juntamente com uma comissão de Professores eleita pela Assembleia. Mas pensa que bastará enviar para o MEC as conclusões desta 4ª Assembleia de Professores no relatório das atividades da Escola durante o 2º trimestre. E poderíamos assim passar à discussão dos dois projetos de Estatuto que, dos 4 apresentados ao Conselho Diretivo até ao dia 15/3/78 não foram retirados pelos firmatários.

CORREÇÕES - 2	
Livros para uso dos Prof. e Biblioteca .....	150.000 libras
Despesas de secretaria .....	80.000
Compra de 2 armários para livros .....	280.000
Subsídio para electricidade ao Col. Ursulinas..	150.000
Ordenados mensais para a Coordenadora da Escola de Alfabetização, Ciclo e Liceu....	4.800.000
Subsídio anual para os Professores:	
8 da Escola de Alfabetização .....	400.000
5 do Ciclo Preparatório .....	500.000
5 do Curso Geral dos Liceus .....	750.000
2 do Curso Complementar do Liceu .....	400.000
1 Ajudante na Livraria (a 2.000 libras à hora)..	250.000
1 cineforum para os Alunos .....	20.000
1 viagem da Coordenadora ao MEC em Dez. 77 ....	200.000
<b>TOTAL</b>	<b>7.980.000 libras</b>

Tais modificações não fazem variar o total, alterando apenas a destinação de algumas verbas.  
A Assembleia aprovou a rectificação.

**ESTATUTO**

§ 8º - Comunica ter sabido pelo mesmo telefonema de 17/3 haver em Lisboa a vontade de atribuir à Escola o Estatuto Oficial ainda antes dos exames, o qual seria baseado nos relatórios até hoje enviados por esta Escola para o MEC, visto conterem todos os elementos para uma definição deste Estatuto. Não seria necessária a inspeção à Escola por parte do MEC, pedida por alguns Professores numa

CORREÇÕES - 3	
<u>Página 2</u>	
§ 1º - (...) passa-se ao exame dos projectos elaborados por duas equipas de Professores:	
§ 2º - É apresentado em 1º lugar aquele assinado por António Feliciano de Oliveira, Fernando Pinho, Andrade, Jorge Sena, Mário Garcia. Faz-se porta-voz Jorge Sena.	
§ 3º - Teresa Osório Gonçalves apresenta o outro projecto assinado por Silvína Palmeirim, Teresa Gonçalves, Glória Silva e Peter Stilwell.	
§ 5º - Sublinha o aspeto da colegialidade e acrescenta ter tomado conhecimento da Portaria nº 754/77 de 19/12/77 depois da redacção do projecto de Estatuto que está a apresentar, motivo por que não foi aí tomada em consideração esta Portaria. Sendo a Escola financiada pelo Estado, o pagamento de cada um dos professores membros do Conselho Diretivo seria feito com base no pagamento horário das aulas do ciclo em que lecciona, visto serem professores de ciclos diferentes.	
§ 6º - Teresa Osório Gonçalves apresenta o outro projecto assinado por Silvína Palmeirim, Teresa Gonçalves, Glória Silva e Peter Stilwell.	
§ 7º - Chama a atenção para os três princípios que inspiraram este projecto: oficialização da Escola com base na Portaria nº 754/77; participação máxima de todos na gestão da Escola; responsabilidade e seriedade dos estudos.	
§ 8º - Explica nas suas linhas gerais os vários pontos de que fala o projecto. Distingue o Quadro Administrativo da Direcção da Escola. Aquele seria constituído pelas coordenadoras, 1 secretário, 1 livreiro. Para estes dois últimos seria aberto um concurso entre os alunos e ex-alunos. Visa à execução material dos serviços. A Direcção da Escola, pelo contrário, seria composta pelos seguintes órgãos: Assembleia de Professores, Assembleia de Alunos e Conselho Diretivo, de entre o qual um dos Professores licenciados é eleito Coordenador e outro Vice-coordenador por toda a Assembleia de Professores.	
<u>Página 3</u>	
§ 1º - A Assembleia de Alunos (...) dá parecer acerca do Orçamento anual da Escola bem como do Plano de Ensino; sessão do plano de actividades	

Dos 6 Professores que assinaram a proposta de inspeção, 2 encontravam-se ausentes, os outros 4 assentiram. Ausentes Mário Garcia e Diamantino; presentes Silvína, Teresa Peter e Glória.

## Página 2:

§ 1º – (...) passa-se ao exame dos projetos elaborados por duas equipas de Professores:

§ 2º – é apresentado em 1.º lugar aquele assinado por António Feliciano de Oliveira, Fernando Pinho, Andrade, Jorge Sena, Mário Garcia. Faz-se porta-voz Jorge Sena.

§ 6º – Teresa Osório apresenta o outro projeto assinado por Silvína Palmeirim, Teresa Gonçalves. Glória Silva e Peter Stilwell.<sup>16</sup>

§ 5º – (...) Sublinha o aspeto da colegialidade e acrescenta ter tomado conhecimento da Portaria n. 754/77 de 19/12/77 depois da

15 – Não se pode deixar de relevar a... ingenuidade que transparece destas afirmações! Como era possível acreditar/ afirmar que o ME concederia dinheiros e liberdades a uma escola baseando-se nos relatórios produzidos por ela própria?

16 – Este ponto, como se vê na cópia mostrada, está rasurado à mão, mas aparece à frente, respeitando a ordem numérica.

redação do projeto de Estatuto que está a apresentar, motivo por que não foi aí tomada em consideração esta Portaria. Sendo a Escola financiada pelo Estado, o pagamento de cada um dos professores membros do Conselho Diretivo seria feito com base no pagamento horário das aulas do ciclo em que leciona, visto serem professores de ciclos diferentes.

§ 6º – Teresa Osório Gonçalves apresenta o outro projeto assinado por Silvina Palmeirim, Teresa Gonçalves, Glória Silva e Peter Stilwell.

§ 7º – Chama a atenção para os três princípios que inspiraram este projeto: oficialização da Escola com base na Portaria nº 754/77; participação máxima de todos na gestão da Escola; responsabilidade e seriedade dos estudos.

§ 8º – Explica nas suas linhas gerais os vários pontos de que fala o projeto. Distingue o quadro Administrativo da Direção da Escola. Aquele seria constituído pelos coordenadores, 1 secretário, 1 livreiro. Para estes dois últimos seria aberto um concurso entre os ex-alunos. Visa a execução material dos serviços.

A Direção da Escola; pelo contrário, seria composta pelos seguintes órgãos: Assembleia de Professores, Assembleia de Alunos e Conselho Diretivo, de entre o qual um dos Professores licenciados é eleito Coordenador e outro Vice-coordenador por toda a Assembleia de Professores.

### Página 3:

§ 1º – A Assembleia de Alunos (...) dá parecer acerca do Orçamento anual da Escola bem como do Plano de Ensino; decide do plano de atividades circum-escolares o do seu financiamento; elege dentro de cada turma o seu chefe – os chefes de turma dos dois ciclos superiores são representantes de todos os Alunos no Conselho Diretivo.

Ao Conselho Diretivo cumpre (...) escolher os professores necessários para completar o Quadro de Professores; resolver os problemas decorrentes da relação com as Autoridades governativas.

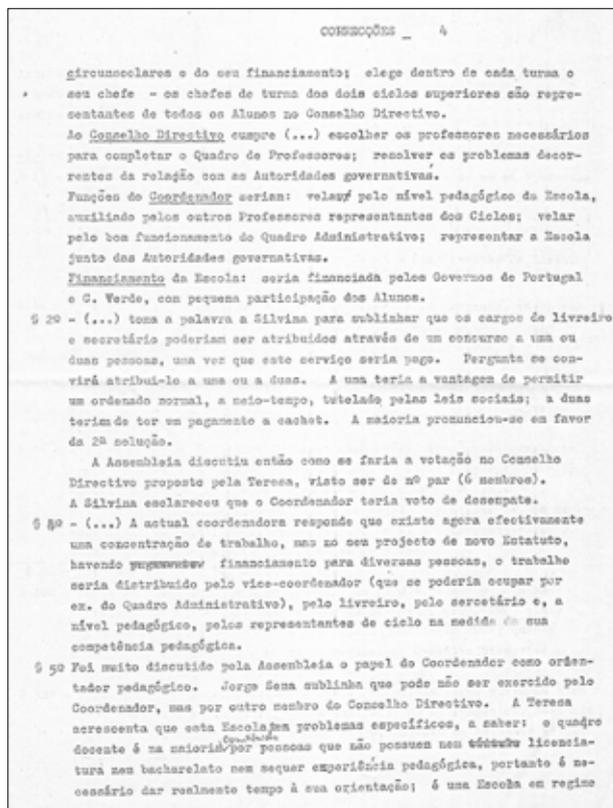
Funções do Coordenador seriam: velar pelo nível pedagógico da Escola, auxiliado pelos outros Professores representantes dos Ciclos; velar pelo bom funcionamento do quadro Administrativo; representar a Escola junto das Autoridades governativas.

Financiamento da Escola: seria financiada pelos Governos de Portugal o C. Verde, com pequena participação dos Alunos.

§ 2º – (...) toma a palavra a Silvina para sublinhar que os cargos de livreiro e secretário poderiam ser atribuídos através de um concurso a uma ou duas pessoas, uma vez que este serviço será pago. Pergunta se convirá atribuí-lo a uma ou a duas. A uma teria a vantagem de permitir um ordenado normal, a meio-tempo, tutelado pelas leis sociais; a duas teriam de ter um pagamento a cachet. A maioria pronunciou-se em favor da 2ª solução.

A Assembleia discutiu então como se faria a votação no Conselho Diretivo proposto pela Escola Teresa, visto ser de nº par (6 membros). A Silvina esclareceu que o Coordenador teria voto de desempate.

§ 3º – (...) A atual coordenadora responde que existe agora efetivamente uma concentração de trabalho, mas no seu projeto de novo Estatuto, havendo financiamento para diversas pes-



soas, o trabalho seria distribuído pelo vice-coordenador (que se poderia ocupar, por ex., do quadro administrativo), pelo livreiro, pelo secretário e, a nível pedagógico, pelos representantes de Ciclo, na medida da sua competência pedagógica.

§ 5º – Foi muito discutido pela Assembleia o papel do Coordenador como orientador pedagógico. Jorge Sena sublinha que pode não ser exercido pelo Coordenador, mas por outro membro do Conselho Diretivo.

A Teresa acrescenta que esta Escola tem problemas específicos, a saber: o quadro docente é na maioria composto por pessoas que não possuem nem licenciatura nem bacharelato, nem sequer experiência pedagógica, portanto é necessário dar realmente tempo à sua orientação; é uma Escola em regime intensivo, do que também a maior parte dos professores não tem experiência; e numa situação interlinguística, que reclama uma particular exigência no ensino da Língua Portuguesa.

#### Página 4:

§ 1º – (...) Silvina aponta a escassa representatividade de um só Professor para todo o Ensino Básico, que inclui 5/6 do total de alunos da Escola. Jorge acena à eventualidade de aceitar dois representantes do Ensino Básico, um da Alfabetização e outro do Ciclo Preparatório, unindo num só representante os Cursos Geral e Complementar do Liceu. A Assembleia aceita unanimemente esta solução.

§ 4º – Glória explica a razão do seu voto em favor da 1ª proposta, visto que ela mesma tinha feito parte da equipe que elaborara a 2ª: tivera entretanto reuniões com outras equipes que a tinham levado a mudar de ideia. Pareceu a vários que a Silvina lhe ia dificultar o direito de se justificar, mas disse somente que era normal que entretanto tivesse encarado outro aspeto.

§ 6º – 1º: Um Conselho Diretivo de cinco elementos: três professores em representação da Escola de Alfabetização, do Ciclo Preparatório e do Liceu; 2 alunos dos Cursos Geral e Complementar do Liceu.

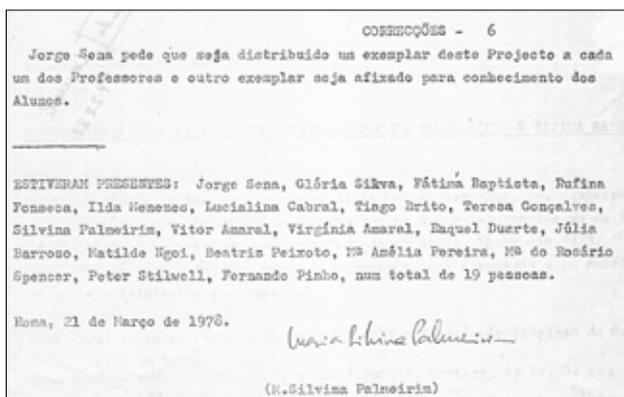
2º: Um Conselho Diretivo de seis elementos: 4 professores, um de cada ciclo (Alfabetização, Preparatório, Geral e Complementar); e 2 alunos dos Cursos Geral e Complementar do Liceu.

§ 9º – Não teve lugar. Ver adiante, § 11.

§ 10º – Passa-se à redação do novo Estatuto da Escola, tomando como base o Projeto da equipe Silvina-Teresa-Glória-Peter, completado com o Projeto da equipe Sena-Pinho-Feliciano-Mário-Andrade quanto a função do Coordenador e ao nº de membros do Conselho Diretivo, conforme os resultados das votações feitas.

§11º – Silvina diz que as conclusões desta Assembleia serão enviadas para o MEC incluídas no relatório das Atividades do 2º Trimestre, assinado pelo Conselho Diretivo, juntamente com o Projeto de Estatuto votado pela Assembleia.

Jorge Sena pede que seja distribuído um exemplar deste Projeto a cada um dos Professores e outro exemplar seja afixado para conhecimento dos Alunos.



ESTIVERAM PRESENTES: Jorge Sena, Glória Siva, Fátima Baptista, Rufina Fonseca, Ilda Meneses, Lucialina Cabral, Tiago Brito, Teresa Gonçalves, Silvina Palmeirim, Vítor Amaral, Virgínia Amaral, Raquel Duarte, Júlia Barroso, Matilde Ngoi, Beatriz Peixoto, M. Amélia Pereira, M. do Rosário Spencer, Peter Stilwell, Fernando Pinho, num total de 19 pessoas.

Roma, 21 de março de 1978.

## Como compreender as coisas

Fazem parte integrante do dossiê que conteve todos estes documentos até à sua fortuita "descoberta", em fevereiro de 2019, a versão do "Estatuto em vigor até 1/10/1978" que, apenas por razões de coerência, aparece antes desta correspondência, e uma espécie de *Manifesto*, elaborado no contexto do confronto dialético entre as diversas posições manifestadas acerca do modo de gerir a Escola. Tratou-se de um editorial, intitulado «*Quem tem medo de quê?*», apresentando uma reflexão destinada a ser partilhada com os professores, complementada por um "esclarecimento" acrescentado após a publicação, no placar da Escola, de um artigo de Teresa Gonçalves em defesa da Coordenadora [desse artigo, infelizmente, não guardei cópia].

### QUEM TEM MEDO DE QUÊ?

*Quem tem medo da verdade? Mas que significa esta palavra?. Costuma dizer-se que cada medalha tem o seu reverso e, se calhar, no caso da escola portuguesa, muitas "verdades" terão também duas faces. Verdade é tudo aquilo que é real? Mas o real é apenas o que acontece? Os resultados nem sempre correspondem às intenções: há que distinguir os factos que se verificam e que se tornam o único elemento concreto para avaliar uma situação (dado que não se podem conhecer as intenções nem acreditar cegamente nas palavras), dos propósitos que precedem a ação.*

*Relativamente à escola, tem havido talvez certas verdades, certos factos desagradáveis que se pretenderia encobrir: falta por vezes a capacidade, o sangue-frio de olhar sem preconceitos nem tabus ao redor de nós próprios, como diante dum espelho, que revela todas as facetas do nosso comportamento e da nossa personalidade. Certas atitudes que se descortinam por detrás de um fingimento artisticamente construído para fazer crer aos outros que nós somos diferentes, superiores, mais capazes, ou para esconder as verdadeiras finalidades de certas tomadas de posição: aquela força misteriosa que se esconde dentro de cada um debaixo da máscara que vestimos perante os outros pare que ninguém veja realmente como somos, o que pensamos, o que sentimos; os artifícios, os planos cuidadosamente preparados, ou improvisados, com maior ou menor mestria, para tornar em próprio proveito as decisões de órgãos superiores ou para condicionar o pensamento de outrem segundo visões pessoais tendentes a afirmarem privilégios ou interesses próprios que não se podem confessar abertamente.*

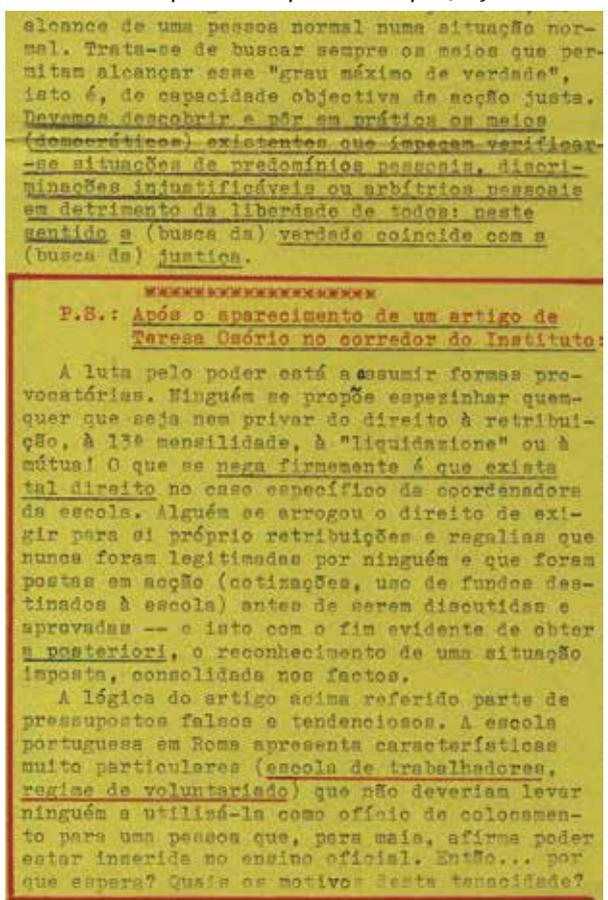
*Enfim, pretender pôr as pessoas perante factos consumados, imutáveis, estáveis, insere-se na tentativa de construir uma situação injusta, arbitrária, que manifesta hipocrisia, a qual acaba sempre por vir a ser desmascarada, descoberta, revelada pela verdade que foi violentamente ocultada por algum tempo. Mas a verdade, a força dos factos reais, acaba por se impor, ao fim.*

*Faz parte da verdade colocar-se perante o que somos e que fazemos como quem se coloca perante um espelho com os olhos bem abertos e prontos a reconhecer o que se observa, o que se fez, os sucessos, bem como os insucessos e as deficiências. Reco-*

*nhecer a verdade de se ter errado: como ninguém é perfeito, o erro está ao alcance de todos... Neste sentido, o erro faz parte da verdade. Distingamos porém o erro da imperfeição. É humano errar mas é também próprio do homem dotado de inteligência procurar a verdade, reconhecendo as próprias imperfeições, para as eliminar. Nunca se deve tentar encobrir, justificar ou desculpar com meias verdades ou subterfúgios verbais, comportamentos e atitudes ofensivas da liberdade de outrem nem maneiras de agir que têm por resultado a discórdia, o rancor e o ódio: "Pelos frutos conhece-se a árvore".*

*Não ter medo da verdade significa poder olhar o próximo nos olhos, dizer abertamente o que se pensa e o que se faz, sem exercer sobre os outros qualquer forma de "violência" ou pressão aberta ou camuflada!*

*Onde está então a verdade? Quem se torna seu garante? Dado que não é possível a perfeição huma-*



na, não devemos por esse motivo aceitar compromissos, encargos, responsabilidades?

A resposta parece-me simples: não se pretende a perfeição, mas o mínimo de erro possível, quer dizer, o máximo grau de "verdade" que se pode exigir de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas normais, que está humanamente ao seu alcance, em situações normais. Trata-se de buscar sempre os meios que permitam este "grau máximo" de capacidade objetiva de ação. Devemos descobrir e pôr em prática os meios (democráticos) existentes que impeçam o verificar-se de situações de predomínio pessoais, discriminações injustificáveis ou arbítrios pessoais em detrimento da liberdade de todos: neste sentido a (busca da) verdade coincide com a (busca da) justiça.

\*\*\*\*\*

P.S. (Após o aparecimento de um artigo de Teresa Osório no corredor do Instituto).

\*\*\* \*\*

O último documento conservado no referido dossiê é uma carta pessoal do autor destas linhas, destinada "Ao Conselho Diretivo" e "A todos os Professores da ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA", que se junta às reflexões anteriores e, de certa forma, as interpreta coerentemente numa renúncia que se impunha.

Alguém dirá – ou pensará sem dizer – que me falta totalmente o sentido da realidade, do equilíbrio e que me interessa apenas alimentar uma polémica superada, mesquinha, inútil. Há quem pense que vivemos no melhor dos mundos possíveis. Mas não obstante essas possíveis afirmações, lamento não poder compreender muitas coisas e não gostar de certos compromissos que sabem demasiado, pelo menos na minha consciência, a cumplicidade.

Sinto-me no dever de chamar a atenção do atual conselho diretivo da Escola e dos professores para os seguintes pontos:

1. Partindo do pressuposto que o meu empenho em relação à escola assenta no pedido formulado oralmente para prestar gratuitamente um serviço à Escola Portuguesa ensinando Inglês, não posso coerentemente aceitar qualquer retribuição, ainda que simbólica, porque a considero injusta em si e lesiva dos interesses dos alunos trabalhadores da escola, pelos seguintes motivos:

As retribuições, diferenciadas segundo os graus de ensino ou as atribuições dos professores, contradizem o princípio do voluntariado sobre o qual se baseia ainda a escola;

Não considero acertado atribuir a si próprio ou a outrem verbas que ainda não eram garanti-

A luta pelo poder está a assumir formas provocatórias. Ninguém se propõe espezinhar quem quer que seja nem privar do direito à retribuição, à 13<sup>a</sup> mensalidade, à "liquidazione" ou à mútua! O que se nega firmemente é que exista tal direito no caso específico da coordenadora da escola! Alguém se arrogou o direito de exigir para si próprio retribuições e regalias que nunca foram legitimadas por ninguém e que foram postas em ação (cotizações, uso de fundos destinados à escola) antes de serem discutidas e aprovadas – e isto com o fim evidente de obter a posteriori, o reconhecimento de uma situação imposta, consolidada nos factos. A lógica do referido artigo parte de falsos pressupostos. A escola portuguesa em Roma apresenta características muito particulares (escola de trabalhadores, regime de voluntariado) que não deveriam levar ninguém a utilizá-la como ofício de colocamento para uma pessoa que, para mais, afirma poder estar inserida no ensino oficial. Então... por que espera? Quais as verdadeiras razões desta tenacidade?

das (não foram?) e que tiveram (terão?) de ser por isso recolhidas obrigatoriamente entre os alunos através de cotizações;

c) Tendo presente a situação social, cultural e económica dos alunos que frequentam a escola, trabalhadores no estrangeiro provenientes de famílias pobres, em parte analfabetos, parece-me fortemente injusto e em contradição com o dever da escola de formar uma consciência crítica e favorecer o sentido da justiça social e da moral, valer-se da disponibilidade e generosidade (mas também da falta de consciência do problema) por parte dos alunos para impor um orçamento elaborado sem outras garantias além da possibilidade de recorrer à bolsa dos alunos para garantir a sua execução: um semelhante comportamento é pelo menos arbitrário e não se justifica sequer pelo facto de ter sido apresentado aos professores antes do início do ano letivo.

Por estes motivos e pelos corolários que deles se podem facilmente deduzir, permito-me exigir a restituição àqueles que considero únicos legítimos proprietários da parte de dinheiro que por qualquer título tivesse sido a mim destinada.

2. Permito-me ainda chamar a atenção do conselho diretivo da Escola para outra questão que considero infinitamente mais importante do que as questiúnculas ligadas ao problema

*económico-financeiro desta escola e que indevidamente monopolizaram durante este ano a atenção do corpo docente, repercutindo-se mesmo sobre uma parte da escola. A questão diz respeito ao aspeto pedagógico da escola.*

*Observando os resultados finais dos cursos, este ano como nos outros, não se pode deixar de pôr seriamente o problema das causas dos magros resultados obtidos (limito-me ao curso geral). Este ponto parece-me de importância fundamental e considero irresponsável programar as atividades para o próximo ano sem um sério debate em que participem responsabilmente todos aqueles – professores e alunos – que sintam os problemas e possam ajudar a resolvê-los. Não ignoro que a resolução dos problemas relacionados com o estatuto da escola e a definição de um quadro organizativo competente e mais estável pode concorrer para um mais eficaz desenvolvimento das atividades escolares. Isso não sucede porém sem uma distribuição mais lógica das matérias dos cursos através do tempo que permita a todos acompanhar o ritmo de ensino e passar de um curso para o outro com suficiente preparação: caso contrário, o resultado é uma situação crónica de bases deficientes nos cursos seguintes.*

*Não haverá novos critérios a adotar, métodos*

*de ensino diferentes, pessoal mais preparado, horários mais longos (aos Domingos, por exemplo, sem que se impeçam momentos de encontro coletivos, também de carácter religioso), que possam tornar esta escola verdadeiramente uma instituição ao serviço da promoção cultural e formativa integral de quantos a frequentam?*

*Também destas premissas se pode tirar muitas conclusões. Não julgo uma atitude responsável aquela que rejeita a priori as opiniões alheias com base em critérios de avaliação pessoais, ainda que fruto de uma longa experiência passada: pode ser hora de melhorar métodos e atitudes passadas.*

*Quanto fica referido é dito simplesmente pelo sentido de revolta que as situações de opressão, exploração ou injustiça sobre o homem provocam (ponto nº 1) e pela vontade de evitar no futuro a repetição de situações que criam nos professores insatisfação ou pesar por não se ter realizado quanto se poderia e nos alunos resultados que determinam posições desfavoráveis de inferioridade competitiva, desigualdade de oportunidades na vida e, em última análise, perpetuam em vez de eliminar a maior das opressões, que é a ignorância (ponto 2).*

**Até aqui, os documentos tardiamente encontrados em pasta própria, apropriadamente isolada de outras devido à importância do seu conteúdo. São peças fundamentais para evocar e reviver a forma e o conteúdo dessa primeira grande crise, desencadeada não por questões de lã caprina, mas por motivos muito mais substanciais da sempre amada e odiada vil moeda - a maldita mas necessária pecúnia. Passemos, pois, a outras facetas da vida da EPER naquele tempo...**

## Passeio anual EPER 1978

Não se conserva documentação sobre passeios anuais nos primeiros dez anos de vida da Escola, exceto em 1978. Nesse ano, o *escrivão* destas *impuridades* foi o *organizador* daquele que viria a ser sempre um momento forte de cada ano letivo e uma tradição «irrenunciável» – com significado *cultural, recreativo e social*, que passaria a realizar-se no dia 25 de abril. A meta escolhida em 1978 foram duas cidades medievais do Alto Lácio: Tarquínia, com os seus túmulos etruscos que se estendem por uma imensa área, e Viterbo, particularmente interessante por, entre outras *maravilhas*, estar diretamente relacionada com a história de Portugal, conservando-se na sua catedral o túmulo do único Papa português, Pedro Hispano, ou seja, João XXI. Entre as duas visitas, devido a circunstâncias imprevistas, a comitiva *subiria* até Vulci, mais a norte (lugar ideal para um piquenique).

L	6 13 20 27	<b>28</b>	<b>Martedì</b> s. Castore martire
M	7 14 21 28		
M	1 8 15 22 29		
G	2 9 16 23 30		
V	3 10 17 24 31		
S	4 11 18 25		
D	5 12 19 26		

ANNIVERSARIO di Claudia (1954)

DEFICIÊNCIAS DO PASSEIO HOJDIERNO – E suas características positivas:

- 1) Aceitar-se que os monumentos existem e estão abertos
- 2) Preparar material variado para "entretêr e animar":  
= aneddotos escolhidos; histórias; trechos literários breves;  
= Cassettes of música apropriada; poesias .... músicas!
- 3) Não esquecer nada em casa: material de propaganda, bandeiras, etc.
- 4) Pensar concretamente nos particulares do picnic: água, talheres, prato, sabão, toalhas, etc.
- 5) Não devem faltar cartas, guitarra, mandolim...
- 6) Durante a viagem proporcionar um clima de interesse geral e de participação de todos na "animação" do grupo: canções...
- 7) Não permitir que se caia no "seuile" bocacciano ou bocacciano, nem subir ao nível do Rosário.
- 8) Na medida do possível deixar livres os monumentos de cada um, compreender particulares exigências nos grupos em dificuldades (de pagamentos e de programa).

**ORE 7:** criar uma atmosfera radia de liberdade e convivência!

GITA DELLA SCUOLA: TARQUINIA/VITERBO

9	Tarquinia era chiusa
10	Partenza alle 7 <sup>h</sup> (52 pessoas)
11	10: TUSCANIA: San Pietro + s.ta M <sup>a</sup> Magg.
12	12-14 <sup>30</sup> → PICNIC 18      15-18: VITERBO
13	19

ORE 20<sup>30</sup> ← RITORNO

O evento foi preparado com esmero, tendo-se realizado, 15 dias antes, no Colégio das Ursulinas, uma reunião preparatória. A data escolhida para essa *passeggiata*, em que participaram 52 pessoas, foi o dia 28 de março, uma terça-feira. Mas os deuses etruscos não queriam nesse dia ser incomodados nos seus túmulos, 25 mil, alguns dos quais verdadeiras casas subterrâneas, conservando pinturas a fresco de cenas da vida quotidiana, único testemunho (quase) que permite reconstruir a civilização onde os romanos hauriram cultura para o seu domínio futuro sobre o mundo de então: estavam fechados! Naqueles anos, era possível visitar uma meia dúzia em cada visita, com ou sem guia a abrir e fechar as portas que davam acesso às câmaras pintadas e preparadas para receberem os sarcófagos: estes, porém, podiam ser visita-

dos então mais facilmente do que hoje, assim como os objetos dessa civilização conservados no Museu da cidade. Por alguma razão que não ficou registada, «Tarquínia estava fechada»!

Como resultado da preparação, foi elaborado um «guia» para acompanhar e ajudar os visitantes a descobrir e a melhor compreender o que iriam vivenciar, observar, ver. Em duas densas

páginas, sintetizava-se a história e a importância de Tarquínia e Viterbo, e convidavam-se os excursionistas a lerem as páginas de Ferreira de Castro, na sua obra *As Maravilhas Artísticas do Mundo*, dedicadas a Tarquínia, *quando a Toscana se chamava Etrúria* – reproduzidas parcialmente na página 2 do folheto, do qual se conserva o original, e que podem ser lidas integralmente em anexo «[Tarquinia-FerreiraCastro-MAM-II, p311-321.pdf](#)». Esta, a primeira página:

PASSEIO ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA (28 Março 1978)  
TARQUINIA - VULCI (Ponte dell'Abadia) - VITERBO  
 =====

**TARQUINIA** - Na prov. de Viterbo, situada no Lácio setentrional, é rica de monumentos medievais, e sobretudo famosa pela necrópole (nekros=morte, + polis=cidade), que testemunha o grande florescimento verificado desde o 8º ao 4º séc. A.C.

O maravilhoso edifício de arquitectura gótico-renascentista chamado "Palácio Vitelleschi", edificado entre 1436-39, é sede do Museu Nacional, uma das maiores colecções da Antiquidade etrusca.

A maior atracção etrusca é porém a grandiosa necrópole, constituída por sepulturas subterrâneas que se estendem no campo por mais de 4 km. Datadas desde o 6º sec. até ao 2º A.C. Geralmente decoradas com frescos representando cenas de vida e morte, imagens da vida ultraterrena, eloquente testemunho dos usos e costumes, das crenças, da índole e da civilização do antigo povo etrusco.

(Ler o texto de FERREIRA DE CASTRO, pág. seguinte)

\*\*\*\*\*

**VITERBO** - Característica pelo aspecto medieval (no Lácio é a cidade que melhor conserva a estrutura medieval), pelos monumentos e as lindas fontes que ornamentam as praças. Teve muita importância nos sécs. XI-XIII quando foi livre concelho e frequentemente escolhida como sede de residência de alguns papas. A parte mais característica da cidade é a meridional, que engloba o bairro de San Pellegrino: estradas estreitas, muitas igrejas e casas antigas com as singulares escadas externas (profferli), praças embelezadas com típicas fontes em forma de fuso, criando a atmosfera do passado.

✽Em Viterbo residiu o papa João XXI, o único papa português da história. Grande cientista, as suas obras sobre filosofia, psicologia, lógica, ciências naturais e medicina foram divulgadas em todo o mundo. Morreu a 20 de Maio de 1277, numa noite em que o pavimento do seu quarto cedeu!!!

✽Em Viterbo existe uma igreja dedicada a Santa Rosa, uma freira franciscana, que durante o assédio de 1243 incitou o povo a revoltar-se contra o imperador alemão Frederico II. No primeiro Domingo de Setembro celebra-se uma espectacular festa popular, levando em procissão a chamada "máquina de S. Rosa": uma torre de 18 metros de altura, 3 toneladas de peso. Teve origem em 1663.

**Cattedrale\*** (C1). - Fu creta nel sec. XII ed ebbe l'attuale facciata rinascimentale nel 1570; bello è il campanile\* trecentesco a fasce dicrome.

**L'INTERNO** (restaurato in forme romaniche) è a tre navate su serrate colonne dai bei capitelli e grande abside; nella navata centrale, resti del pavimento cosmatesco. Lungo le pareti, resti di affreschi del '200 e '300. Nella navata sin., alcuni dipinti: S. Lorenzo che guarisce gli ammalati, di M. Benefial; Redentore e Santi, tavola del 1472 attribuita da alcuni a Liberale da Verona, da altri a Gerolamo da Cremona; S. Lorenzo e i poveri, di C. Maratta; vasca battesimale quattrocentesca.

**Palazzo Papale\*\*** (C2). - Eretto nel 1255-67, fu residenza dei papi nelle loro frequenti dimore nella città, ed è il monumento più tipico dell'architettura gotica viterbese. È sostenuto a valle da archi rampanti, aperto da bifore, coronato di merli, munito di scala esterna; l'accompagna un'area loggia\*\*, poggiante sopra un voltone, dalle leggiadrissime arcate intrecciate a trafori su esili colonnine. Dalla scala si accede a un vasto salone, ove si tennero numerosi conclavi; il più famoso fu quello del 1271, dal quale uscì papa Gregorio X dopo molti indugi e contrasti che indussero i viterbesi a rinchiudere i cardinali, a scoperciare il tetto della sala e a ridurre loro i viveri. È previsto l'allestimento del *Museo Diocesano*.

**S. Maria Nuova** (C2). - Caratteristica chiesa romanica del XII-XIII sec. con un pulpito quattrocentesco all'angolo della semplice facciata, e affreschi del '300 e '500 nell'intero lunellone.

**Via S. Pellegrino\*** (C2). - È la via principale del quartiere Medioevale\*\*, il rione più pittoresco di Viterbo, perfetto esempio di contrada duecentesca, conservata quasi integra con le sue torri, le severe case, i cavalcavia, i profferli, le finestre a bifore. Il punto più suggestivo è la piazzetta S. Pellegrino\*, con la chiesa omonima e il palazzo degli Alessandrì, a portico e balcone del '200.

**Porta Romana** (C3). - Fu rinnovata in forme barocche nel 1663. Sulla sua d. si alza il massiccio campanile di S. Sisto, la cui abside sporge dalle mura medioevali. Adiacente alla porta è la chiesa romanica di S. Sisto, del sec. XI-XII (restaurata), con due campanili (notare il più antico); intorno a tre navate su colonne dai bei capitelli, alto presbiterio e tre absidi; altare maggiore coperto con frammenti del IV e V sec.; sulla d., Madonna col Bambino, Angeli e Santi, di Neri di Bice.

**Fontana Grande\*** (C2). - È la maggiore, la più bella e originale fra le tante fontane di Viterbo. Fu creta nel sec. XIII e ha forma di vasca a croce greca con uno stelo che porta due tazze sovrapposte.

**Casa Poncia** (C2). - Al N. 102 di via A. Saffi. Tipico esempio di casa medioevale viterbese, del principio del '300; è caratterizzata la scala esterna poggiante su arco penile.



Viterbo: quartiere Medioevale

A comitiva, de autocarro, sem o guia munido de chaves para fazer deslizar os ferrolhos das portas de entrada, percorreram os 4 quilómetros que rodeiam essa imensa necrópole invisível à superfície, ao contrário da de Cerveteri, a outra necrópole etrusca, o outro "museu" excepcional, a 30 km de Roma que, já à superfície, nos revela o nível civilizacional a que chegaram os antepassados (e mestres) dos romanos – e das outras populações da península Itálica, há 3.000 anos, desde *Paestum* até Génova ou Bolonha, passando obviamente por Roma. A desilusão foi grande, ainda por cima agravada pela primeira preocupação que houvera na preparação: *verificar que os monumentos estejam abertos*, lê-se no ponto um das anotações então escritas para garantir o sucesso da visita. Naqueles tempos, ia-se, não se telefonava antes – e, muito menos, se *googlava*.....A sorrir com a desilusão, dirigiram-se para Vulci, onde admiraram a sua ponte medieval... e seguiram para outra localidade etrusca, igualmente importante – Tuscânia.



Depois da visita à cidadezinha, optou-se por visitar as belas igrejas românicas de San Pietro e de Santa Maria Maggiore, procurando nas redondezas um campo adequado para «celebrar» um piquenique especial, que teve na ementa uma "iguaria" que só por inexperiência não esteve à altura das expectativas: *pasta asciutta* verdadeira, preparada no momento, em panela com capacidade para alguns quilos de massa, cozida em água que ferveu sobre fogão de campo, alimentado por botija de gás: esses apetrechos eram mesmo os que se veem nestas fotos (a panela tinha testo à medida – 40 cm), pois esse "complemento vitamínico" estava destinado a ser surpresa, até ao transporte destas "ferramentas" para o lugar do arraial, dando nas vistas. Pertenciam – pertencem – a quem se lembrara de preparar e oferecer a todos tão insólito pitéu. *Por inexperiência...* o resultado deixou a desejar: a massa cozeu até ao ponto certo, mais do que "al dente", mas, não tendo sido adequadamente mexida, amalgamou-se num pastel sólido que acabou por ser igualmente saboreado, mas mais semelhante a uma polenta sem molho do que à verdadeira pasta programada...



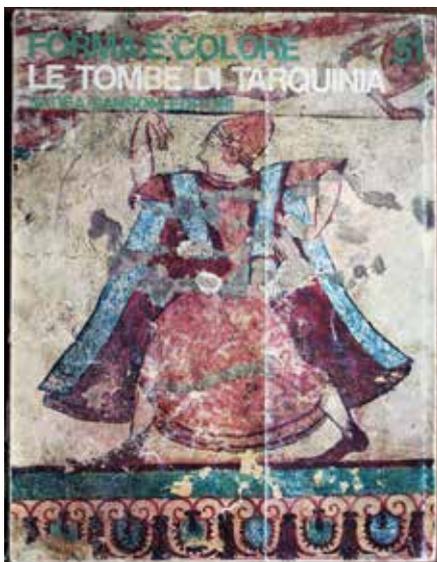
Voltando à parte que justificou a escolha da meta prevista e não cumprida do passeio, as magníficas pinturas das casas-sepulcro de Tarquinia, na presunção de que nem todos terão visitado por dentro e demoradamente, com ou sem guia, aqueles monumentos, dado que se conserva, com o mesmo cuidado

com que é guardada a restante documentação da época, a obra dedicada à *Forma e Cor dos Túmulos de Tarquinia*, inteiramente a cores e em tamanho "gigante" (27 x 35 cm, 32 páginas, 800 liras), publicada em 1965, que serviu de preparação para esse passeio e acompanhou a comitiva, servindo de alternativa à visita, propomos a seguir uma pequena galeria de imagens extraídas dessa publicação como convite a visitar, hoje de novo, esse património cultural!

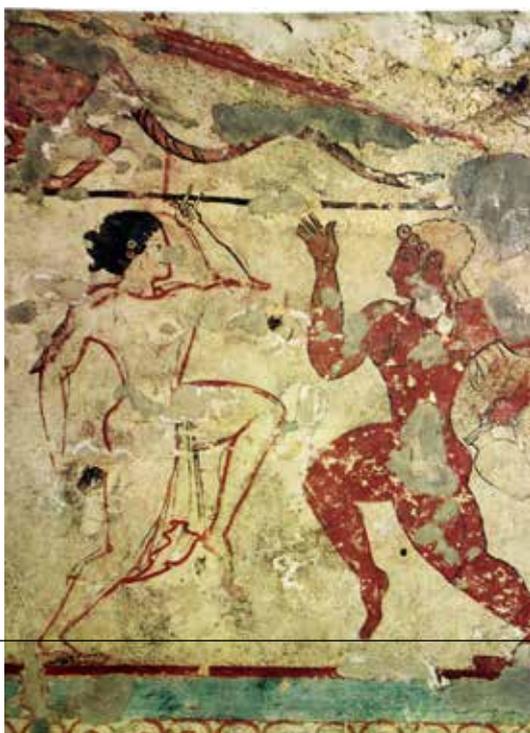


A igreja de San Pietro, perto da cidade de Tuscânia

As imagens seguintes, representando *testemunhos de vida* e da civilização etrusca, serão um *contributo* para mitigar o *desconsolo* que foi não poder entrar, nessa primeira ocasião, no parque da necrópole e suprirão também as inexistentes fotografias de uma segunda visita efetuada pela Escola, mais tarde, provavelmente em 1981, à mesma localidade, embora não se possa confirmar aqui documentalmente; acrescente-se que custa reproduzir aqui em tão minúsculo tamanho, tão grande beleza....



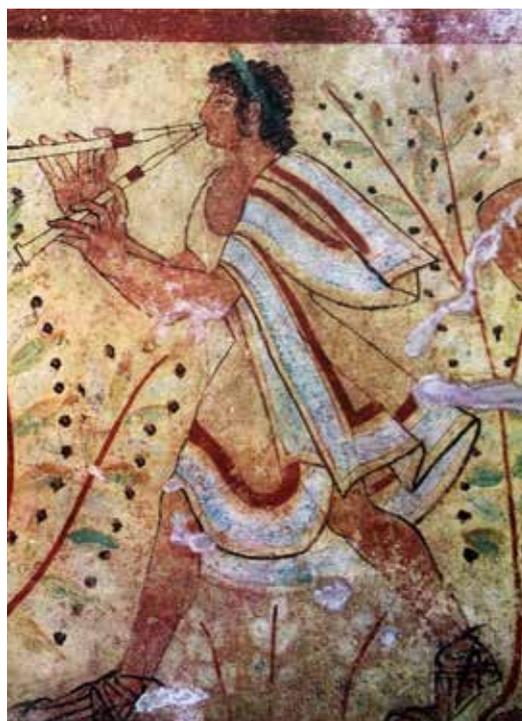
Capa da publicação e aspeto do interior de um dos túmulos («Tomba Giglioli»)



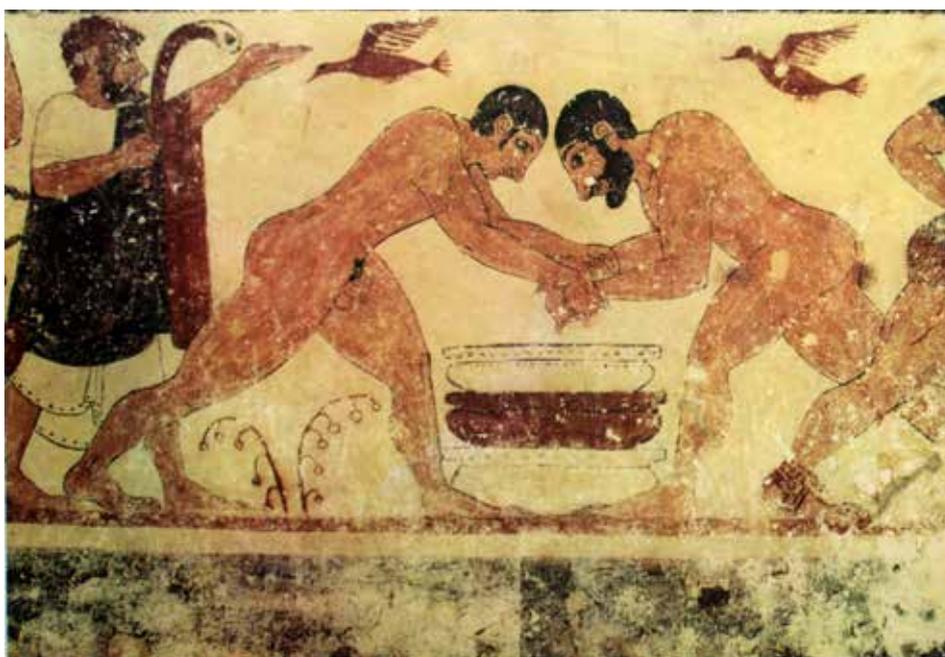
Túmulo da Leonessa (pormenor) e túmulo dos leopardos (convivas)

Depois da Grécia, a Arte havia de reflorescer exuberantemente em numerosas épocas, adquirindo, com frequência, novas expressões; as ideias iriam robustecer-se, ampliar-se, marchar mais além; as letras, esbeltas caravelas para incessantes pesquisas, com sondas para as maiores profundezas e faróis para todas as escuridões, romperiam, sem descanso, os mais distantes horizontes; mas tudo isso fora caldea-do nos crisóis gregos e a eles devia ficar vinculado, duma forma ou de outra, mesmo nas revoluções e metamorfoses futuras. Os caminhos mais árduos haviam quedado abertos, os mais longos, delineados, os mais sinuosos e subtis, não só pressentidos, mas, por vezes, também explorados. A influência da Grécia não incidiu apenas sobre os povos que imediatamente lhe sucederam no governo do Mediterrâneo; ela continua ainda hoje no mundo inteiro, onde não é difícil surpreender a sua presença, de tão vincadas linhas, a dominar, por detrás dos reposteiros que o tempo correu, grande parte das nossas atividades. Depois da Grécia, quase tudo foi consequência.

O homem romano, que recebeu tão luminosa herança, não pôde aumentar o seu imenso esplendor. Ele começara por viver do leite das vacas alheias e, salvo em raros períodos, mesmo quando não se nutria apenas do leite de outrem, misturava-o com



Túmulo do Triclínio (citaredo) e *Túmulo dos Leopardos* (flautista)



Pintura principal to *Túmulo dos Áugures* («Os lutadores»)

o seu. Era uma história já antiga. Durante o período da arte grega a Toscana chamava-se Etrúria. Lá vivia um povo ainda hoje misterioso em muitos dos seus aspectos, inclusive os do espírito, que para o conhecimento humano sempre foram, naturalmente, os principais; centenas de milhares de homens cuja língua se ignora e cuja origem continua a ser discutida, querendo uns, à sombra de Heródoto, que eles tenham vindo da Lídia, na Ásia Menor, outros que hajam descido, em penosa caminhada, dos países nórdicos, outros ainda tomando-os por autóctones. Eram os Etruscos. Os seus artistas laboravam o bronze, o alabastro e principalmente a terracota, que empregavam com a mesma persistência com que os Gregos se serviam do mármore. Com essas matérias realizaram vasos, estátuas, estatuetas, objetos de adorno, figuras de animais, algumas preciosas, como a «Quimera de Arécio», atualmente no Museu Arqueológico de Florença, bicho fantástico, com cabeça de leão, cauda de serpente e uma cabra brotando-lhe das costas; ou como a famosa loba do Museu do Capitólio, hoje um símbolo de Roma, pois durante a Renascença puseram-lhe sob a barriga a mamar nas suas venerandas tetas, pontiagudas que nem dardos, as figuras de Rómulo e de Remo, lendários fundadores da cidade. São obras de bronze, como várias outras que os Etruscos nos deixaram. Mas as mais vultosas realizações da sua arte ficariam, quase sempre, para a frágil terracota. Nesta se modelava, com supremo jeito, a maioria das estátuas, algumas ultrapassando a altura normal do homem, como esse admirável Apolo de Veios, que hoje expõe a sua esbelteza no Museu da Vila Júlia, em Roma.



*Túmulo dos Touros – O engano, a espera (agguato) de Aquiles e Troilo*  
 [Estas duas pinturas estão reproduzidas na publicação em dupla página - 50x35 cm]



*Túmulo dos Malabaristas, prestidigitadores (Giocolieri) – (parede do fundo)*



A organização deste evento contou com as imagens ainda frescas do itinerário e dos locais a visitar, percorridos pelo organizador em 27 de dezembro de 1977, acompanhando dois jornalistas em visita turística.



\*\*\* \*\*

Tarquínia era a capital deste povo de agricultores marinheiros, ao serviço duma aristocracia que se entregava sem descanso ao comércio marítimo com outros países, como o provam os achados arqueológicos, e depois, para repousar definitivamente das suas fadigas, das suas ambições e mesmo piratarias, mandava construir grandes e luxuosos túmulos.

Tito-Lívio afirma que «a potencialidade da Etrúria era tão grande que a glória do seu nome enchia não só a terra, mas também o mar, ao longo da Itália, desde os Alpes ao estreito de Messina». Nesse tempo, Roma, vizinha de Tarquínia, representava bem pouca coisa e, à medida que crescia, ia-se alimentando da civilização etrusca, mesmo do seu sangue real, que lhe forneceu toda uma dinastia. Um dia, já graúda e independente, já com o vício da conquista, que lhe havia de dar tanto domínio, foi à mestra, ali a dois passos, e cruelmente engoliu-a.

[Ferreira de Castro, *As Maravilhas Artísticas do Mundo*, Guimarães Editores, Lisboa (todos os exemplares com o ex-libris do autor) – Texto reproduzido apenas em parte na 2ª folha do prospecto]

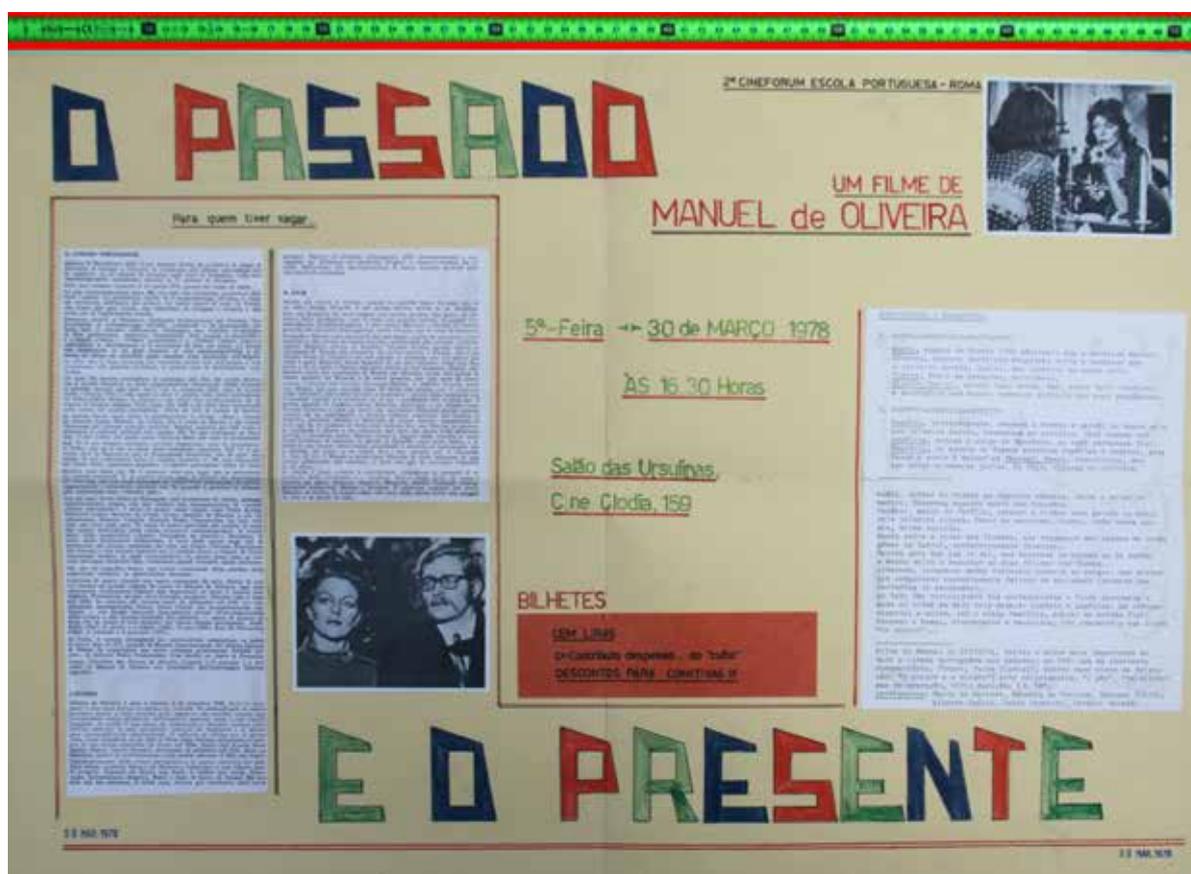
## Cinefórum – O Passado e o Presente

Dois outros momentos dignos de registo marcaram o ano de 1977-78, acompanhando o trabalho mais exigente de ensino-aprendizagem das diferentes disciplinas e integrando a formação escolar com temas e aspetos só parcialmente nelas incluídos. Trata-se de duas sessões de cinema, organizadas sob forma de Cinefórum, aos domingos, com apresentação de obras escolhidas e debate sobre o seu conteúdo.

A primeira teve lugar no dia 1 de janeiro: o filme *Ladri di Biciclette*, obra-prima de Vittorio de Sica, de 1948 sobre a situação da Itália após a II Guerra Mundial, foi levantado de uma agência de aluguer de tais obras, com a relativa documentação para animação do cinefórum. Utilizando os equipamentos técnicos de que o Colégio dispunha para projetar as «gigantescas» bobines das salas de cinema, esse primeiro dia do ano permitiu ao grupo que participou na sessão enriquecer-se não só culturalmente mas também no plano social e humano, pois as sessões incluíam o debate e permitiam o intercâmbio de ideias, o conhecimento recíproco e o aperfeiçoamento das capacidades comunicativas dos intervenientes.

A segunda sessão, realizada no dia 30 de março, foi preparada com a publicação – no placar iluminado destinado ao jornal de parede (Pórtico – ver imagem no Cap. 2) – de um cartaz que, descoberto exatamente 40 anos depois de ter sido criado (30/3/2018), conserva as cores ainda vivas das letras desenhadas ou impressas a escantilhão (normógrafo), contendo as informações pertinentes e então «possíveis» sobre o filme escolhido.

Hoje, a Internet permitiria obviamente documentar muito mais e melhor essa obra de 1971, premiada pela Casa da Imprensa com o prémio de Melhor Realização e Melhor Fotografia, mas este foi cartaz de apresentação, com o tamanho A1 [60×84 cm] foi o «trailer» do filme então possível, suficientemente atrativo).



As páginas dos dias 29 e 30 de março da agenda pessoal do organizador contêm alguns dados interessantes sobre a atividade cultural promovida então em Itália pela Embaixada – uma "Semana Portuguesa", em Viterbo, e não só, e apontamentos para introduzir o filme.

MARZO

Mercoledì

s. Secondo martire

2500  
250  
1000  
29  
1770

13. settimana

Cineforum: em 1º lugar convocamos q o Senhor Embaixador se encontra com os demais funcionários da Embaixada na inauguração - em vídeo - da Semana Portuguesa [consta de milhentes coisas: exposição de gravura portuguesa, sessões de cinema, apresentação de livros portugueses, conferências e debates sobre problemas e temas de cultura portuguesa, etc] que terminará no próximo dia 6 de Abril - e portanto pede desculpa por não poder estar presente. \* Além disso há hoje também uma exposição de gravura de uma artista portuguesa, Albertina, na via Milano 58, aberta até às 10 da noite!

Quanto ao filme:

Trata-se de uma obra de um dos maiores (se não do maior) cineastas portugueses, e como todas as grandes obras talvez não seja muito facilmente compreensível, devido tb às condições acústicas desta sala. Um filme-pastel, em que se descrevem várias histórias de vida matrimonial, contrapostas, com predomínio do aspecto psicológico, tensões, contrastes, e onde naturalmente se afirma tb alguma coisa: ao ver este filme, o esforço constante que

se poderia fazer, poderia ser precisamente este: procurar descobrir qual é a posição do autor do filme, Manuel de Oliveira, sobre o matrimónio (o matrimónio visto como relação-a-dois) ou eventualmente se ele não apresenta qualquer solução. Quer dizer, haverá neste filme uma solução (indicada pelos diferentes casos que são descritos) para o matrimónio ou não?

Em 2º lugar, alguém poderá preferir analisar este filme do ponto de vista artístico, e então poderá concentrar a própria atenção na maneira como M. de O. dirige a filmagem, os aspectos que lhe interessam, o movimento que confere às personagens, etc. Embora difícil, oratei possa ser interessante!

## 1978-1979

Nos anos em que a gestão da Escola se fazia no âmbito pessoal de quem a liderava, sem dispor de uma sede, uma secretaria, um arquivo, não foi possível produzir e conservar documentos que seriam muito importantes para um trabalho como este (dados organizativos, listas de alunos...). Talvez se conserve ainda alguma correspondência oficial, guardada pelos seus autores ou destinatários, mas obviamente desconhecida por quem elabora este trabalho, que dispõe apenas da que era publicada e distribuída na escola, como as listas dos professores, alguns programas, e pouco mais. Esta "pouquidão" sobressai no caso deste ano, contrastando com a do ano anterior e, sobretudo, a da década de oitenta.

É necessário sublinhar, mais uma vez, que a razão da presença em Roma dos jesuítas portugueses que, nos anos aqui analisados regiam a Escola a partir dos seus escritórios, nas casas onde residiam, eles como dos demais teólogos ou sacerdotes, diocesanos ou de ordens religiosas, que assumiram a causa da EPER, consistia em preparar-se eles próprios para as tarefas a que estavam destinados por indicação dos seus superiores, e que estes exigiam que não se dispersassem em tarefas e atividades, assumindo compromissos, mesmo *pastorais*, que pudessem comprometer essa finalidade *primária*, pois, na realidade, tratava-se de um *investimento* que era feito neles, por parte das dioceses ou congregações religiosas a que pertenciam.

Apesar disso, por vezes divididos perante o dilema de se concentrarem totalmente nos seus estudos ou de dedicarem uma parte do seu tempo também aos estudos *dos outros*, à Escola, eles nunca abandonaram, pelo contrário, mantiveram uma presença e uma colaboração constantes e determinantes, até ao reconhecimento formal da Escola, em 1992, com paralelismo pedagógico e mudança de estatuto e de direção. Vejamos a documentação deste ano.



Alguns "escantilhões" (normógrafos) utilizados na elaboração de cartazes de atividades e dos títulos para o jornal de parede da Escola e, a partir de 1984, do Boletim da Associação dos Amigos e Professores da Escola (AEPER)

## **Um corpo docente internacional**

No ano letivo de 1978-79, os professores eram 32 e o único dado que consta na folha conservada, além dos nomes (com apelidos incompletos), é o número de telefone, confirmando não apenas o *zelo* e a disponibilidade com que os professores prestavam o seu serviço de voluntariado na EPER, mas também o estilo simples e "desempoeirado" de atuar da Escola, conferindo-lhe um carácter familiar em que prevaleciam a qualidade das relações e a confiança recíproca, tendo em vista mais o conteúdo do que os aspetos formais de uma organização burocrática. Alguns números de telefone, assinalados com [?], parecem ter algarismos a menos. O corpo docente, neste como em todos os anos de vida da escola, caracterizava-se pela riqueza que lhe era conferido pela multiplicidade cultural e internacionalidade.

<b>1ª Classe A:</b>	Português	Lucialina Cabral	(294971)
	Matemática	Maria Isabel Silva	(6221542)
	Cultura:	João Araújo	(491511)
<b>1ª Classe B:</b>	Português	Carolina Pimentel	(6222646)
	Matemática	Rufina Fonseca	(88478) [?]
	Cultura	Júlia Gonçalves	(6221542)
<b>2ª Classe</b>	Português	Beatriz Peixoto	(835345)
		Virgínia Amaral	
	Matemática	Beatriz Peixoto	(35345) [?]
		Alice Couto	(6221542)
	Cultura	Faustino Ferreira	(73158471)
<b>3ª Classe</b>	Português	Emília Félix	(465783)
	Matemática	Ilda Meneses	(3564142)
	Cultura	Maria Silvina Palmeirim	(6547929)
<b>4ª Classe</b>	Português	Vitória Tjipuku (Angolana)	(6221542)
	Matemática	Marília Ferreira	(6221542)
	Cultura	Maria da Glória Silva	(294971)
<b>CICLO PREPARATÓRIO</b>	Português (A)	Teresa Gonçalves	(6547929)
	Português (B)	Eutrópio Lima da Cruz	(82228) [?]
	Inglês (A)	Douglas Hypolite	(6795131)
	Inglês (A)	Maria do Rosário Spencer	(730174)
	Matemática (A)	Víctor Amaral	
	Matemática (B)	Maria Silvina Palmeirim	(6547929)
	Francês	José Andrade	(6795131)
	Ciências	Maria Amélia Pereira	(3668887)
	História	Júlia Barroso	(6221542)
Desenho	Marko Rupnik *	(6795131)	
<b>CURSO GERAL</b>	Português (I-II)	Mário Garcia	(6795131)
	Matemática (-II)	Maria José Trigueiros	(3453627)
	Ciências do Ambiente e	Jorge Manuel Sena	(6795131)
	Introdução à Economia	Jorge Manuel Sena	(6795131)
	Desenho	Maria Filomena Trigueiros	(453627)
	Física e Química	José Lopes Nunes	(6795131)
<b>CURSO COMPLEMENTAR</b>	Italiano	Teresa Gonçalves	(647929)
	História	Fernando Pinho	(6963125)
	Introdução à Política	Jorge Manuel Sena	(6795131)

\* A EPER pode-se orgulhar de ter tido entre os seus professores, neste e no ano seguinte, o P. Marko Ivan Rupnik, esloveno, autor do painel do presbitério da Basílica da Santíssima Trindade, em Fátima, executado por um grupo de artistas especializados em Arte litúrgica, no Instituto Oriental de Roma, provenientes de oito nações e representando quatro Igrejas Cristãs.

As pautas finais de 1978/79, relativamente aos exames do Curso Geral Liceal Noturno, encerradas no dia 28 de junho de 1979 e assinadas pelo então diretor da Escola, Jorge Manuel de Sena, são um documento tão essencial como precioso para a história da EPER nos seus primeiros anos de vida. Conserva-se o rascunho original, elaborado em folhas de tamanho A3.

Ano Lectivo de 1978-1979

ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA  
EXAMES DO CURSO GERAL LICEAL NOTURNO

N O M E S (1ª parte)	PORTUGUÊS			FRANCÊS			C. SOCIAIS e HISTÓRIA			CIÊNCIAS do AMBIENTE			CIÊNCIAS FIS.-QUÍM.			MATEMÁTICA			INTRODUÇÃO à ECONOMIA			ED. VISUAL E ESTÉTICA		
	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	Prática	M	
1 Adelaide Maria Gosses			31							7,7	12	10				3,7	12	10				10,0	10	
2 Alina da Silva Martins			58							2,6	Rept.					2,6	Rept.					16,5	17	
3 Ana Francisca Andrade			28							9,8	11	10				9,8	11	10				10,0	10	
4 Ana Joaquina Fonseca Matias			6							11,6	Dup.	12				11,6	Dup.	12				16,5	17	
5 Ana Maria do Seneo			30							11,5	13	12				11,5	13	12				11,5	12	
6 Antónia Ana Lopes Maior			37							2,3	Rept.					2,3	Rept.					10,0	10	
7 Antónia Vitorina Gomes			21							10,0	13	12				10,0	13	12				14,0	14	
8 Aralinda Sousa Silva			31							10,0	Dup.	10				10,0	Dup.	10				10,0	10	
9 Carlos Alberto Pimentel			14							11,1	11	11				11,1	11	11				17,5	18	
10 Clara Maria Duarte			42							5,9	Rept.					5,9	Rept.					10,0	10	
11 Deolinda Duarte José			14																					
12 Deolinda Margarida Lima			36							5,5	Rept.					5,5	Rept.					10,0	10	
13 Edite da Glória Moreira de Carvalho			11							14,1	15	15				14,1	15	15				15,0	15	
14 Ermelinda de Jesus Santos			10							13,5	16	15				13,5	16	15				13,5	14	
15 Fátima Cavate			4							12,7	15	16				12,7	15	16				13,5	14	
16 Gertrudes Andrade Soares Lopes			12							14,5	Dup.	17				14,5	Dup.	17				12,5	13	
17 Hermâni Pina Cláudio Moreira			19							11,6	11	11				11,6	11	11				12,0	13	
18 Isabel Aroângela Andrade			25							8,0	11	10				8,0	11	10				13,0	13	
19 Jorge Pedro Soares Silva			16							10,5	14	12				10,5	14	12				13,5	14	
20 Inácia Gertrudes Andrade			24							10,0	12	11				10,0	12	11				14,0	14	
21 Maria Augusta Pereira Soares			23							11,0	10	11				11,0	10	11				10,0	10	
22 Maria Cândida Nunes da Silva			20							9,6	11	10				9,6	11	10				14,0	14	
23 Maria Crescência Mota			31							9,7	Dup.	10				9,7	Dup.	10						10

Reza, 18 de Junho de 1979

O Responsável pelo Serviço de Exames  
Jorge Manuel de Sena

ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA  
EXAMES DO CURSO GERAL LICENÇA NOCTURNO

Ano lectivo de 1978-1979

N O M E S (2ª parte)	PORTUGUÊS			FRANÇÊS			C. SOCIAIS E HISTÓRIA			CIÊNCIAS DO AMBIENTE			CIÊNCIAS FIS.-QUÍM.			MATEMÁTICA			INTRODUÇÃO A ECONOMIA			ED. VISUAL E ESTÉTICA			
	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	E	O	M	
24 Maria de Freitas Fernandes	17			11,8	12	12																			12
25 Maria de Lourdes Jesus	9	13,3	Disp. 14						13,5	14	14	15,7	Disp. 16	13,5	14	14	13,5	14	14	14	14	14	14	14	13,8
26 Maria de Lourdes Ramos Fortes	25								10,0	12	11	16,0	Disp. 16	10,0	12	11									11
27 Maria de Lourdes Ferreira Martins	1								3,0		Repa.	8,4	11	10	10		3,0	Repa.	10,0	10	10	10	10	10	6,5
28 Maria do Livramento, Andrede	44								13,1	14	14	12,1	Disp. 12	12	12	10	13,1	14	14	14	14	14	14	14	14,6
29 Maria Dulce Araújo, Evora	3	16,3	Disp. 16						6,0		Repa.	7,5	12	10	10		6,0	Repa.	14,0	14	14	14	14	14	9
30 Maria Filomena Brito Moraes	35								8,6	12	10	3,2		Repa.	8,6	12	10	8,6	12	10	10	10	10	10	7,2
31 Maria Filomena Lólis	40								13,1	14	14	5,9		Repa.	13,1	14	14	13,1	14	14	14	14	14	14	14
32 Maria Imelda Jacob Nunes	6	12,0	Disp. 12						4,9		Repa.	13,5		14	14	14	4,9								14
33 Maria José Andrade Martins	21	12,0	Disp. 12						10,1	12	11	10,1	12	11	11	11	10,1	12	11	11	11	11	11	11	11,6
34 Maria José Ornelas	6								3,7	12	10	10,8	Disp. 11	7,7	12	10	7,7	12	10	10	10	10	10	10	14
35 Maria Madalena Maia Sousa Festa	42								6,1		Repa.														6,6
36 Maria Olinda Bernardo de Pinho	17	13,0	Disp. 13						10,1	12	11	10,1	12	11	11	11	10,1	12	11	11	11	11	11	11	12
37 Maria Paula Lopes	28	10,0	11						3,7	12	10	3,7	12	10	10	10	3,7	12	10	10	10	10	10	10	10,5
38 Maria dos Santos Martins Lopes	41	7,9	8	Repa.																					7
39 Nair de Fátima Silva Vieira	45								4,5		Repa.	3,0		Repa.			4,5								5,7
40 Natália Maria Sousa	39								4,1		Repa.			Repa.			4,1								7,3
41 Noémia do Rosário Silva	31	9,2	12	11					3,6	12	10	3,6	12	10	10	10	3,6	12	10	10	10	10	10	10	10
42 Olívia de Freitas Candelária	25								8,8	11	10	8,8	11	10	10	10	8,8	11	10	10	10	10	10	10	11
43 Susana Francisco António Bartolomeu	5	13,8	Disp. 14	16,0	16	16			13,6	14	14	8,2	15	12	12	12	13,6	14	14	14	14	14	14	14	14,1
44 Teresa de Jesus da Costa Ferreira	13	10,7	14	12					13,5	13	13	12,3	Disp. 12	12	12	12	13,5	13	13	13	13	13	13	13	12,8
45 Teresa Maria Silva Costa	1								14,8	Disp. 15	15	14,8	Disp. 15	15	15	15	14,8	Disp. 15	15	15	15	15	15	15	15

Roma, de Junho de 1979

O Responsável pelo Serviço de Exames

*José Manuel Este*

## Curso Complementar 1978/79 — Exame de Italiano

Fez-se atrás referência à proposta de introduzir na EPER a língua Italiana como disciplina alternativa ao Francês ou ao Inglês. De facto, não neste ano mas em 1978-79, realizou-se pela primeira vez na EPER esse exame, para o qual fora apresentado ao Ministério da Educação uma proposta de programa, para dois anos: conserva-se cópia deste documento e também do enunciado do exame – com as cotações de classificação.

A proposta, preenchendo apenas duas páginas, começava por enunciar as seguintes finalidades gerais:

### 1º ano:

1. Aquisição duma pronúncia correta.
2. Compreensão da conversação corrente e expressão oral e escrita sobre a vida quotidiana.
3. Assimilação da gramática elementar.

### 2º ano

1. Expressão oral e escrita sobre alguns setores vocabulares específicos do Italiano contemporâneo.
2. Assimilação das estruturas gramaticais mais complexas.
3. Contacto com algumas obras representativas da Literatura Italiana do séc. XX.

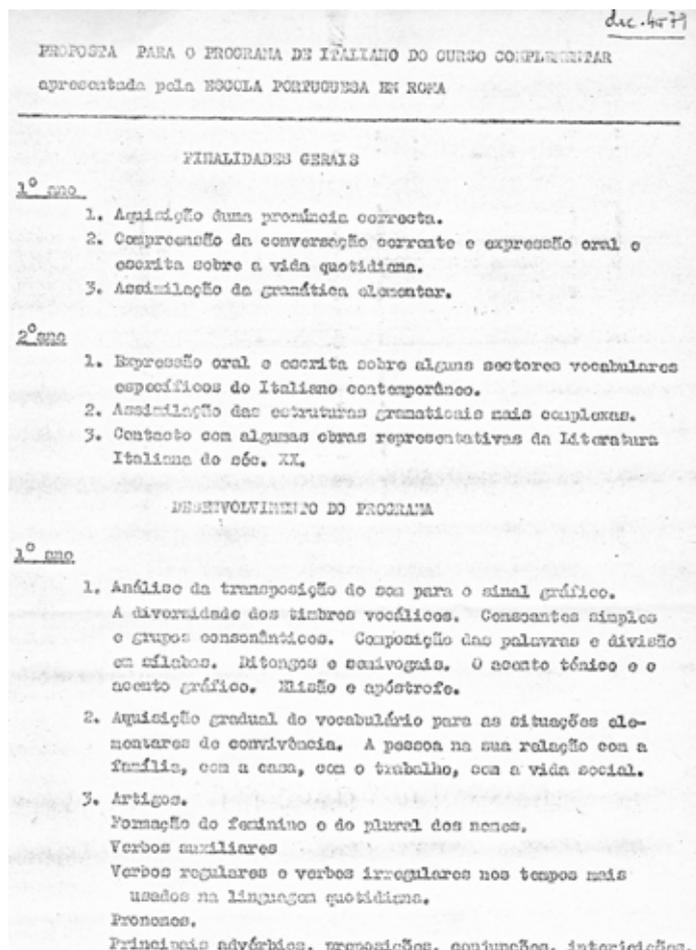
Quanto ao **desenvolvimento do programa**, a proposta indicava os seguinte três pontos, para cada um dos anos:

### 1º ano:

1. Análise da transposição do som para o sinal gráfico. A diversidade dos timbres vocálicos. Consoantes simples e grupos consonânticos. Composição das palavras e divisão das sílabas. Ditongos e semivogais. O acento tónico e o acento gráfico. Elisão e apóstrofe.
2. Aquisição gradual do vocabulário para as situações elementares de convivência. A pessoa na sua relação com a família, com a casa, com o trabalho, com a vida social.
3. Artigos, formação do feminino e do plural dos mesmos. Verbos auxiliares. Verbos regulares e verbos irregulares nos tempos mais usados na linguagem quotidiana. Pronomes. Principais advérbios, preposições, conjunções, interjeições.
- 4.

### 2º ano:

1. Estudo das áreas de vocabulário do património linguístico geral do italiano de cultura média: meios de comunicação social, política, economia e trabalho, assistência médico-sanitária, educação, desporto, viagens e transportes. Este estudo será feito essencialmente com base no trabalho pessoal dos alunos a partir da imprensa quotidiana italiana.
2. Verbos: assimilação do «passado remoto» e seu uso. Verbos reflexos; concordância do participio passado; tempos compostos; sintaxe do conjuntivo.
  - Pronomes: sintaxe dos pronomes demonstrativos «ne» e «ci»; sintaxe dos pronomes pessoais sujeito e complemento.
  - Sintaxe da preposição. Expressão dos vários complementos.



- A ordem das palavras na proposição.
  - Sintaxe do período. Expressão dos vários modos de coordenação e de subordinação.
3. Conhecimento de algumas obras de autores representativos do séx. XX no campo do teatro, da poesia e do romance.
- Teatro: Luigi Pirandello;
  - Poesia: Giuseppe Ungaretti; Eugenio Montale;
  - Romance: Alberto Moravia.

Eram apresentadas ou sugeridas as seguintes obras bibliográficas:

### 1º ano

- Gramática, de Armida Roncari, e Carlo Brighenti, «*La Lingua Italiana per gli Stranieri*», ed. Mondadori, 29ª edição (Verona 1978).
- Livro de texto: Piera Oppezzo, «*Minuto per Minuto*», ed. La Tartaruga (Milão, 1978).

### 2º ano

- Gramática: de Salvatore Battaglia e Vincenzo Pernicone, «*Grammatica Italiana*», Ed. Loescher, 9ª ed., Turim, 1978.
- Literatura: Ernesto Bignami, «*L'esame di Italiano – Parte III: l'ottocento e il novecento*», ed. Bignami, Milão 1978.

\*\*\* \*\*

O enunciado do exame de «Língua Italiana», com a duração de 90 minutos, destinado a ser realizado em «Itália», no «Curso Complementar do Ensino Lical», indicando apenas o ano de 1979 – tratando-se de caso único, seria realizado na data mais conveniente para a Escola – articulava-se nas seguintes 9 questões:

1. Mettere al plurale maschile e al femminile, plurale:

*Questo è un alunno intelligente e attento*

2. Mettere al plurale:

*a. In questo collegio c'è un direttore severo;*

*b. L'oratore ha trattato il suo tema interessante.*

3. Completare:

*a. Ho lasciato la bottiglia. Latte ... frigorifero;*

*b. Quando ritorni ... Italia, portami un paio ... scarpe;*

4. Completare con preposizioni e possessivi:

*a. Vado ... Italia: porterò ... doni ... sorelle e ... cognati;*

*b. Non sarà difficile scegliere, perché conosce ... gusti.*

5. Coniugare opportunamente i verbi all'infinito:

*a. Mi metterei un cappotto, se FARE freddo;*

*b. So che sua sorella VIVERE in Francia; non sono sicura che VIVERE a Parigi;*

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA SERVIÇOS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO	
Curso Complementar do Ensino Lical	
LINGUA ITALIANA	ITALIA
Duração 1 h 30 m	1979
1. Mettere al plurale maschile e al femminile, plurale: <i>Questo è un alunno intelligente e attento</i>	
2. Mettere al plurale: a)- <i>In questo collegio c'è un direttore severo;</i> b)- <i>L'oratore ha trattato il suo tema interessante;</i>	
3. Completare: a)- <i>Ho lasciato la bottiglia .... latte.... frigorifero;</i> b)- <i>Quando ritorni .... Italia, portami un paio .... scarpe;</i>	
4. Completare, con preposizioni e possessivi: <i>Vado....Italia:porterò....doni....sorelle e....cognati. ....</i> <i>Non sarà difficile scegliere, perché conosce....gusti.</i>	
5. Coniugare opportunamente i verbi all'infinito: a)- <i>Mi metterei un cappotto, se FARE freddo;</i> b)- <i>So che sua sorella VIVERE in Francia; non sono sicura che VIVERE a Parigi;</i> c)- <i>Se tu avessi scritto più chiaro, io CAPIRE più facilmente;</i>	
6. Completare con il passato prossimo del verbo indicato tra parentesi: <i>Quando la settimana scorsa Luigi (ARRIVARE) a Milano ed (SCENDEE) dal treno, (MERAVIGLIARSI) dell'intenso movimento.</i>	
7. Completare con le forme deboli dei pronomi complementi: <i>Luigi conosce il Signor Bianchi e.... chiede di accompagnar.... a visitare la città: --"..... sarei molto grato se.... accompagnasse" --"Volentieri!..... aspetterò alle cinque davanti il suo albergo e.... farò fare un giro;"</i>	

c. Se tu avessi scritto più chiaro io CAPIRE più facilmente;

6. Completare con il passato prossimo del verbo indicato tra parentesi:  
Quando la settimana scorsa Luigi (ARRIVARE) a Milano ed (SCENDERE) dal treno, (MERA-  
GLIARSI) dell'intenso movimento.

7. Completare con le forme deboli dei pronomi complementi:  
Luigi conosce il Signor Bianchi e ... chiede di accompagnar ... visitare la città:  
"... sarei molto grato se ... accompagnasse"  
Volentieri! ... aspetterò alle cinque davanti il suo albergo e farò fare un giro;"

8. Tradurre in italiano:  
As cidades são algo mais do que conjuntos de edifícios: são organismos vivos. Os edifícios, as ruas, as praças formam, com as pessoas que ali habitam, trabalham e passeiam, unidades. A relação entre as construções e quem nelas vive e viveu, é efetiva e constante. E a prova disso é que as cidades morrem, mesmo sem terem sido destruídas.

9. Leggere attentamente e poi rispondere alle domande formulate:

### Giovane conferenziere

Due o tre signore vennero a dirmi che mi avrebbero ascoltato con gioia. Sapevo che si sarebbero invece annoiate, ma mi parve di scorgere nella più anziana un'ansia quasi materna per me ché, così giovane ancora, affrontavo per la prima volta il pubblico. Avrei voluto fuggire, maledicevo il momento in cui avevo accettato di tenere quella conferenza, ma gli organizzatori mi sorvegliavano; specie una segretaria magrissima, che non cessava di fissarmi con gli occhi giallastri pieni di cattiveria. Dal mio contegno certo aveva già capito che non "avrei parlato bene", e temeva una pessima figura per la sua Società. Era infatti la sua Società abituata ad oratori molto decorosi, che parlando pareva cantassero come baritoni e tenori; e avevano occhi che incantavano l'uditorio, e labbra cariche di miele o di fiori. – Come mai; doveva pensare la ragazza, avevano invitato me, che solo a guardarmi davo così poco affidamento di riuscita brillante? – Era, del resto, quello che domandavo anch'io.

- Quale lo stato d'animo del conferenziere?
- Indicate qualche figura caratteristica di questa particolare situazione.
- Avete capito che in queste righe ci sono umorismo e sincerità. Quali i motivi che ci aiutano a scoprire l'uno e l'altra?

Questão	Pontos
1.	20 (10 x 2)
2. a)	5
b)	5
3. a)-(2)	5
b)-(2)	5
4.	25 (5 x 5)
5. a)	5
b)-(2)	10
c)	5
6.(3)	15
7.(4)	30
8.	35
9. a)	10
b)	10

### Cotação – Pontos

1. 20 — 2. a)5; b)5 — 3. a)5; b)5 — 4. 25 (5x5) — 5. a)5; b)10; c)5 — 6. 15 — 7. 30 | — 35 — 9. a)10; b)10; c)15 | Total: 200

Acerca da lecionação e dos exames de Italiano na EPER, do seu reconhecimento formal como disciplina do curriculum – apenas na EPER – e da forma como a Escola se organizou para oferecer esta matéria no plano de formação escolar foram produzidos outros documentos importantes, todos integralmente conservados, que serão apresentados nos próximos capítulos.

## Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa

Chegou por esta altura à EPER cópia do número 15 do Boletim Oficial [Diário] da República de Cabo Verde, saído em 14 de abril de 1979, no qual o Presidente Aristides Pereira *mandava publicar*, com a data de 27 de março, o **Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa**, que fora assinado em Lisboa, no início de 1977, por Carlos Reis e José Medeiros Ferreira.

Sábado, 14 de Abril de 1979 REPÚBLICA DE CABO VERDE Número 15

REPÚBLICA DE CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTES NÚMERO - 24\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas inseridas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS		Ano	Semestre
Para o País	...	500\$00	280\$00
Para o estrangeiro	...	900\$00	740\$00

AVULSO: por cada duas páginas 4\$00

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e anos semestrais. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 15 horas da Quarta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

### SUMÁRIO

**PRESIDENCIA DA REPUBLICA:**

Decisão com Força de Lei n.º 8/79:

Ratifica o Acordo Cultural celebrado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa.

**CONSELHO DE MINISTROS:**

Decreto-Lei n.º 28/79:

Introduz alterações no mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 125/77, de 31 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 29/79:

Aumenta de 50% as taxas do imposto de consumo, incidentes sobre bebidas e líquidos alcoólicos.

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:**

Portaria n.º 19/79:

Cria, com sede na Praia e jurisdição sobre todo o território nacional, a Comissão Nacional de Nutrição.

**Gabinete do Primeiro Ministro.**

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

Ministério da Educação e Cultura

Direcção de Educação Física e Desportos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

### PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Decisão com Força de Lei n.º 8/79 de 14 de Abril

Usando da faculdade concedida pelo artigo 9.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, decido para ter Força de Lei, o seguinte:

Artigo 1.º É ratificado, nos termos do artigo 8.º n.º 3 da citada Lei, o Acordo Cultural celebrado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, cujo texto faz parte integrante da presente Decisão com Força de Lei, a que vem anexo.

Art. 2.º A presente Decisão com Força de Lei entra imediatamente em vigor e o mencionado acordo produzirá efeitos de conformidade com o que nele se estipula.

Publique-se.

Presidência da República, 27 de Março de 1979.  
O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

### Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa

O Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa,

Atendendo aos laços especiais de amizade e solidariedade existentes entre os dois povos e interessados no prosseguimento de uma política comum com vista ao seu reforço e desenvolvimento;

Conscientes das vantagens que advirão, para o conhecimento e enriquecimento dos respectivos patrimónios culturais, do estreitamento das relações entre os dois países nos domínios da educação, da cultura, da ciência e do desporto;

De harmonia com os princípios constantes do Acordo Geral de Cooperação e Amizade, celebrado entre os dois Estados, e no intuito de incentivar, no respeito mútuo

Na cópia que o Consulado de Cabo Verde fez chegar à Escola, encontram-se sublinhados os artigos 5, 10.º-b, 12.º e 20. Vale a pena recordar esse documento fundamental nas relações culturais entre os dois países, também pelo seu impacto (apesar de secundário ou marginal) nas relações e na abordagem das questões relativas à equivalência de estudos. O documento

é igualmente interessante para conhecer as preocupações que as "Partes Contratantes" exprimiam no âmbito da língua e cultura portuguesa. Um exemplo? ... em relação aos neologismos que não correspondam a factos ou expressões culturais próprias de cada uma delas, e que serão, sobretudo, os de natureza técnica científica, proceder a estudo conjunto no sentido de sempre que possível, ser oficializado um vocábulo comum (Art.º 14). Transcreve-se aqui o documento inteiro, evidenciando algumas passagens.

## **Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa**

O Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa,

Atendendo aos laços especiais de amizade e solidariedade existentes entre os dois povos e interessados no prosseguimento de uma política comum com vista ao seu reforço e desenvolvimento;

Conscientes das vantagens que advirão, para o conhecimento e enriquecimento dos respetivos patrimónios culturais, do estreitamento das relações entre os dois países nos domínios da educação, da cultura, da ciência e do desporto;

De harmonia com os princípios constantes do acordo Geral de Cooperação e amizade, celebrado entre os dois Estados, e no intuito de incentivar, no respeito mútuo pelos valores culturais próprios, o intercâmbio cultural, artístico e científico entre ambos os povos, assim como a difusão da língua comum;

Decidiram concluir o seguinte Acordo Cultural:

### **ARTIGO 1.º**

1. Cada Parte Contratante, após consulta prévia, favorecerá a criação e manutenção no seu território, de **centros e institutos para o estudo e irradiação da cultura da outra Parte.**

2. Os centros e institutos culturais referidos poderão compreender bibliotecas, núcleos de bibliografia e documentação, discotecas, cinematecas e outros serviços destinados à divulgação da respetiva cultura, arte, ciência e técnica.

### **ARTIGO 2.º**

Cada uma das Partes Contratantes procurará **apoiar a instalação e funcionamento, no seu território, de estabelecimentos de ensino da outra Parte,** de harmonia com a respetiva legislação vigente.

### **ARTIGO 3.º**

Cada uma das Partes Contratantes permitirá o **livre acesso aos seus estabelecimentos públicos de ensino de estudantes da outra Parte,** em igualdade de condições com os seus nacionais.

### **ARTIGO 4.º**

Não havendo coincidência nas épocas escolares, os alunos que se desloquem de uma Parte Contratante para a outra para nela prosseguirem os estudos serão autorizados, a título excecional, a matricular-se fora do prazo.

### **ARTIGO 5.º**

Para efeitos de prossecução de estudos poderá, quando não houver coincidência de planos curriculares e conteúdos programáticos que permitam equivalência, ser facultada a realização de exames «ad hoc» aos nacionais de qualquer das Partes Contratantes que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimento da outra Parte.

### **ARTIGO 6.º**

As equivalências entre títulos, graus e diplomas académicos, bem como habilitações profissionais serão estabelecidas por meio de acordos complementares.

### **ARTIGO 7.º**

1. Cada uma das Partes Contratantes **concederá, aos nacionais da outra, em condições a fixar, bolsas de estudo para iniciarem ou prosseguirem estudos,** realizarem estágios ou frequentarem cursos de aperfeiçoamento no seu território.

2. Aos bolseiros de cada uma das Partes será dado, no território da outra, o tratamento mais favorecido, dentro do quadro da sua legislação interna e numa base de reciprocidade.

### **ARTIGO 8.º**

As Partes Contratantes procurarão promover e apoiar visitas de estudo e de informação, individuais ou em grupo, e a participação em congressos e outras reuniões, de escritores, historiadores, artistas, docentes, cientistas e outras figuras representativas de várias profissões e atividades.

### **ARTIGO 9.º**

1. As Partes Contratantes procurarão contribuir para um mais completo conhecimento dos valores culturais da outra especialmente por meio de:

- a) Edição e divulgação de livros, revistas, publicações, reproduções de obras de arte e outros documentos;
- b) Exposições artísticas e outras;
- c) Concertos e outras manifestações musicais;
- d) Conferências;
- e) Espetáculos de teatro, folclore e dança;
- f) Realização de ciclos e festivais de cinema;
- g) Divulgação de discos e gravações em fita magnética ou noutros meios técnicos apropriados.

### **ARTIGO 10.º**

1. As Partes Contratantes **incentivarão a cooperação entre os respetivos estabelecimentos de ensino**, museus, bibliotecas, instituições científicas, técnicas e outras, efetivada através do intercâmbio de pessoas, da **troca de informações e da permuta de material**.

2. As Partes Contratantes procurarão promover ou apoiar a participação conjunta em manifestações culturais a realizar em outros países.

#### ARTIGO 11.º

Cada Parte Contratante incentivará a criação nos seus estabelecimentos de ensino superior de disciplinas e cursos destinados ao estudo dos diversos domínios culturais da outra Parte.

#### ARTIGO 12.º

As Partes Contratantes esforçar-se-ão por transmitir nos seus Livros didáticos e outras publicações de divulgação o conhecimento exato da história, dos valores culturais e da vida da outra Parte.

#### ARTIGO 13.º

As Partes Contratantes diligenciarão criar condições favoráveis à produção, co-produção e importação de obras literárias, artísticas, científicas e técnicas de autores nacionais da outra Parte.

#### ARTIGO 14.º

A fim de defender o idioma português e de manter a unidade ortográfica, as Partes Contratantes procurarão, em relação aos neologismos que não correspondam a factos ou expressões culturais próprias de cada uma delas, e que serão, sobretudo, os de natureza técnica científica, proceder a estudo conjunto no sentido de sempre que possível, ser oficializado um vocábulo comum.

#### ARTIGO 15.º

1. As Partes Contratantes tornarão as medidas necessárias para assegurar a preservação dos monumentos e espécies históricos e artísticos, relativos existentes nos respetivos territórios.

2. As Partes Contratantes aceitam que peritos dos dois países examinem as questões relacionadas com a pesquisa, acesso e mútua comunicação de arquivos de interesse histórico comum.

#### ARTIGO 16.º

As Partes Contratantes procurarão desenvolver a cooperação nos domínios do jornalismo e da informação, radiodifusão e da televisão.

#### ARTIGO 17.º

As Partes Contratantes favorecerão o desenvolvimento do intercâmbio nos domínios dos desportos e da educação física.

#### ARTIGO 18.º

Cada uma das Partes Contratantes comprometer-se-á a conceder aos nacionais da outra Parte que exerçam atividades decorrentes de aplicação do presente Acordo todas as facilidades consentâneas com as suas leis e regulamentos, designadamente no que respeita à obtenção de residências e de carteira profissional, e à entrada e saída dos seus bens próprios.

#### ARTIGO 19.º

Ambas as Partes concederão as necessárias facilidades alfandegárias, isenção de direitos e demais taxas aduaneiras relativas à entrada no seu território de todo o material, não destinada a fins comerciais, que tenha por objetivo a efetivação das atividades decorrentes do presente Acordo.

#### ARTIGO 20.º

Este Acordo poderá vir a ser particularizado por posteriores acordos complementares.

#### ARTIGO 21.º

1. Para a execução do presente Acordo, será constituída uma Comissão Mista, de composição paritária, encarregada de apresentar sugestões, recomendações e pareceres às Partes Contratantes, tendo em vista a elaboração de programas de intercâmbio e cooperação.

2. A Comissão reunir-se-á, pelo menos de dois em dois anos, alternadamente em Cabo Verde e em Portugal, cabendo 'a presidência da reunião a um representante do país em que a mesma se realizar.

3. A Comissão poderá convocar peritos para as suas reuniões, na qualidade de conselheiros ou assessores (*accessores*, no original).

#### ARTIGO 22.º

O presente Acordo entrará provisoriamente em vigor na data da sua assinatura e definitivamente na data da troca dos instrumentos de ratificação, de acordo com os procedimentos constitucionais vigentes em cada um dos países.

#### ARTIGO 23.º

O Acordo será válido por um período de cinco anos, podendo ser renovado por iguais períodos e por recondução tácita salvo se uma das Partes o denunciar; por escrito, pelo menos seis meses antes da sua expiração.

Feito em Lisboa, aos 21 de janeiro de 1977, em dois exemplares originais, em língua portuguesa, fazendo ambos igualmente fé.

Pelo Governo da República de Cabo Verde — Rub., Carlos Reis.

Pelo Governo da República Portuguesa — Rub., José Medeiros Ferreira.

Em 1877, a EPER tinha já uma boa meia dúzia de anos de atividade. A sua existência e o seu trabalho, porém, embora constassem desde o início nos apropriados «dicastérios» ministeriais, de Lisboa e da Praia, não tiveram na elaboração deste texto qualquer influência – pelo menos que se note. Pena!

# 1979-80

Do ano letivo de 1979-80 conserva-se o elenco seguinte de «magníficos» semeadores de cultura (ainda com os apelidos incompletos):

<b><u>1ª Classe</u></b>	Português	Ana Fonseca Matias	(36590176)
	Matemática	Rufina Fonseca	(352677)
	Cultura	Vitória Tjipuku	(6221542)
<b><u>2ª Classe</u></b>	Português	Lucialina Cabral	(294971)
	Matemática	Antonita Firmino	(9009320)
	Cultura	Alice Couto	(6221542)
<b><u>3ª Classe</u></b>	Português	Maria Isabel Rocha	(6221542)
	Matemática	Lúcia Assunção Geraldo	(6221542),
	Cultura:	José do Adro	(347061)
<b><u>4ª Classe</u></b>	Português	Ilda Meneses	(3564142)
	Matemática	Carolina Pimentel	(5306228)
	Cultura	Ezequiel Gwembe	(6798041)
<b><u>Ciclo Preparatório</u></b>	Português A	Paulino de Andrade Pina	(429290)
	Português B	Henrique Luís Oliveira	(2753074)
	Francês	Maria Odete Martins	(3273078)
	Inglês A	Douglas Hypolite	(6795131)
	Inglês B	Maria do Rosário Spencer	(730174)
	História	Maria da Glória Silva	(854613)
	Ciências da Natureza	Brian Albino	(695131)
	Matemática	Maria Amélia Pereira	
	Desenho A	Mania Teresa Pestana	(27526332)
	Desenho B	Marco Rupnik	(6795131)
	<b><u>Curso Geral</u></b>	Português I	Manuel Clemente
Português II		Carlos Delgado	(6301257)
Francês		José Joaquim Andrade	(6795131)
Inglês:		Fernando Pinho	(6963125)
Ciências Sociais		Agostinho Pinto	(620564)
História		Carlos Azevedo	(5331257)
Matemática I		Rui Cabral	(353224)
Matemática II		José Lopes Nunes	(6795131)
<b><u>Curso Complementar</u></b>		Português	Ezequiel Gwembe
	Filosofia	Jorge Manuel Sena	(6795131)
	Inglês	Fernando Pinho	(69633125)
	Francês	José Joaquim Andrade	(6795131)



*Uma aluna angolana, religiosa teresiana, na Via dei Coronari, surpreendida numa tarde a caminho da EPER.*

*Uma aluna cabo-verdiana, depois de concluídos os TPC.*



Uma outra lista do mesmo ano, a seguir reproduzida, difere ligeiramente da anterior e, além disso, contém apontamentos que se referem, quase certamente, à eleição dos elementos do Conselho Diretivo desse ano, além de anotações obviamente interessantes para lançar um pouco de luz sobre o modo como se procedia a esse respeito, decorridos quase dez anos após a fundação. Terá sido a primeira versão (o esboço) da Lista de Professores desse ano.

Não é necessário recordar que, em todas as escolas, a composição do corpo docente está sujeita a «negociações» e substituições de última hora: o mesmo sucedia com os professores convidados a colaborar na EPER, os quais deviam compatibilizar a sua disponibilidade com outros compromissos e, sobretudo, com os horários dos cursos que frequentavam nas diferentes universidades romanas, os quais, obviamente, prevaleciam sobre o voluntariado exercido na Escola e nem sempre estavam definitivamente estabelecidos antes do início das aulas na EPER.

ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA  
00186 - VIA DEI PORTOGHESI, 2  
TELEFONO 6542496

C. { Ezequiel I  
Jorge Silva 11115678910 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21  
Jose Pires II  
Branco 3

TOTAL 25

Lalade IIIII6  
glória IIII45  
Lucialina I  
Paulina IIIIIII789  
Ezequiel I  
Wulos 4

PROFESSORES (1979-80)

1ª classe : Português: Ana Fonseca Matias (36590176) h  
Matemática: Rufina Fonseca (352677) h  
Cultura: Vitória Tjipuku (6221542) h

2ª classe : Português: Lucialina Cabral (294971)  
Matemática: Antonita Firmino (9009328) ?  
Cultura: Alice Couto (6221542) h

3ª classe : Português: Isabel Rocha (6221542) h  
Matemática: Fátima Cavate (6221542) h  
Cultura: José do Adro (650841) coroa

4ª classe : Português: Ilda Meneses (3564142)  
Matemática: Carolina Pimentel (5806228)  
Cultura: Ezequiel Gwembe (6798041) +

Ciclo Preparatório

Português: [A- Paulino de Andrade Pina (429294)  
B- Agostinho Pinto (620864)

← Francês: Maria Odete Martins (3273078)

Inglês: A- Douglas Hypolite (6795131) +  
B- Maria do Rosário Spencer (730174)

← História: Maria da Glória Silva (854613)  
Ciências: Maria Regina Cárcamo Lobo Ferreira (5127184)  
Matemática: A- Vítor Amaral  
B- Maria Amélia Pereira

Desenho: A- Maria Teresa Pestana (27526332)  
B- Marko Rupnik (6795131) +

PROFESSORES (1979-80)

Curso Geral

Lx

Português: I- Manuel Clemente (6381257) \_\_\_\_\_ +  
 II- Carlos Delgado (6381257) \_\_\_\_\_ +

Francês: Joaquín José Andrade (6795131) \_\_\_\_\_ +

Inglês: Fernando Pinho (6963125) \_\_\_\_\_ +

História: Carlos Azevedo (6381257) \_\_\_\_\_ -

Ciências Sociais: Jorge Manuel Sena (6795131) \_\_\_\_\_ +

Matemática: I- Rui Cabral (353224) \_\_\_\_\_ +  
 II- José Lopes Pires Nunes (6795131) \_\_\_\_\_ +

---

Curso Complementar

Português: Ezequiel Gwembe (6798041) \_\_\_\_\_ +

Filosofia: Jorge Manuel Sena (6795131) \_\_\_\_\_ +

Inglês: Fernando Pinho (6963125) \_\_\_\_\_ +

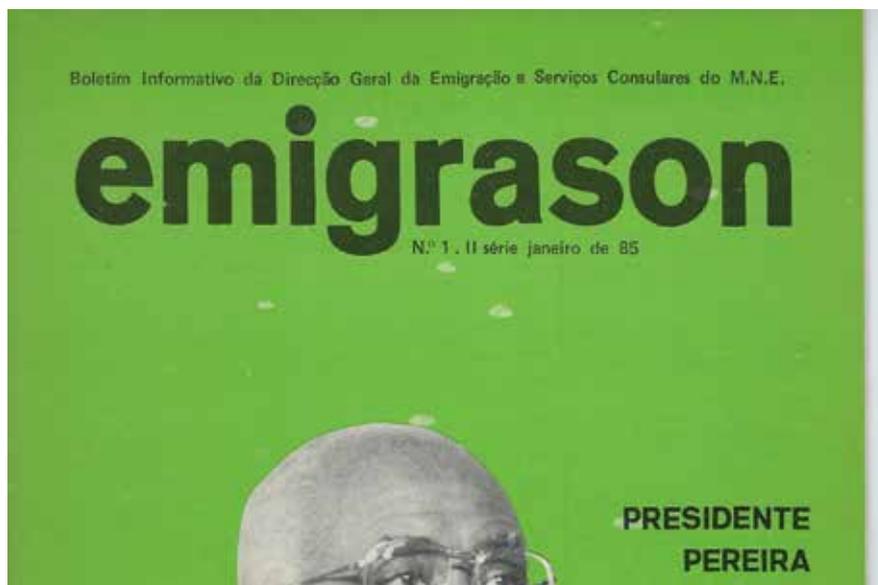
Francês: Joaquín José Andrade (6795131) \_\_\_\_\_ +

5 IRMÃS  
 Ruf. + Lucy + Adas + Carolina  
 . . . . .

F = 16 <sup>10</sup>/<sub>6</sub> <sup>Preparação</sup>  
<sub>Prepar</sub>

Este documento foi «descoberto» em agosto de 2018 entre outros, relativos ao registo do desempenho do professor de Inglês desse ano – o abaixo-assinado –, que conservou as folhas com os sumários das aulas dessa disciplina, as listas dos seus alunos e dados que documentam a matéria dada, bem como os momentos de avaliação. Aqui fica uma pequena amostra dessa documentação, remetendo o Leitor para as 41 páginas do anexo [«1979-80.InglesCG-CC-Sumarios»] em que se reproduzem em fotocópia todos esses documentos.

Não se pretende absolutamente estabelecer termo de comparação com outros métodos de «dar a matéria» e de documentar as aprendizagens/aproveitamento escolar dos alunos seguidos por outros professores que, nesse campo, terão sido certamente mais competentes e profissionais do que o autor deste trabalho. [O «Programa feito», que aparece na folha dos sumários, isto é, o programa efetivamente concretizado, realizado, denuncia um italianismo... para que se pede vênia e a compreensão do Leitor].



ENSINO PREPARATÓRIO - EXAMES DE CANDIDATOS AUTOPROPOSTOS

Disciplina: PORTUGUESA Ano lectivo de 1983-84

PAUTA

Números dos termos de exame	Nomes dos examinandos	Resultado do exame				A
		Prova (a)	Prova oral	Classificação final		
				A, B, C	N	
1	Antónia da Luz Monteiro	58	75	66,5	3	C
2	Elvira Maria Soares dos Santos	68	60	64	3	C
3	Eugénia Maria Ramos Soares	55	55	55	3	C
4	Filomena da Cruz Évora	30	25	27,5	4	C
5	Isabel Pontes Pinto	32	32	32	4	C
6	Maria da Piedade Almeida	31	45	38	4	C
7	Maria do Rosário Ramos	24	80	52	4	C
8	Maria Luísa Andrade Santos	45	60	52,5	3	C
9	Silvestra Maria Rodrigues	30	55	42,5	3	C

(a) Escrita ou prática.  
 A) Na escala de 0 a 100  
 B) Na escala de 0 a 5  
 C) Na escala de 1 a 5  
 Observações:  
 O Júri,  
 Data 17.6.1984.  
 Visto, O Presidente do Conselho Dire.  
 Fernando P. Pinho

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADES  
 PAIS: ITALIA ÁREA CONSULAR: ROMA  
 EXAMES DO CURRÍCULO COMPLETO DE POSTOS DE  
 ANO LECTIVO DE 1983/84  
 PROVAS ESCRITAS DO CURSO (A) GERAL LICEAL NOTURNO  
 DISCIPLINA: EDUCAÇÃO VISUAL

Nº	Nome dos candidatos	ESCRITA	ORAL	RESULTADO FINAL	OBSERVAÇÕES
1	Adelina de Jesus Leal Teixeira	9,6	--	10	Aprovada
2	Alcira Fernandes	0,0	--	0	Reprovada
3	Ana Maria Neves Spencer	15,2	--	15	Aprovada
4	Ana Rosa da Rocha Pinto	7,5	--	8	Aprovada
5	Armanda Antónia Vaza	9,7	--	10	Aprovada
6	Celina Maria Antunes Pereira	7,5	--	8	Aprovada
7	Constantina Ana Norais	14,0	--	15	Aprovada
8	Constantina Tomar	0,5	--	7	Reprovada
9	Esperança Manuel Rod. Conceição	1,0	--	2	Reprovada
10	Fátima Lima Maurício	2,3	--	2	Reprovada
11	Francisca Maria Chastre	15,5	--	14	Aprovada
12	Inaura Filomena Lopes	11,5	--	12	Aprovada
13	Mávia Miranda Gravina	--	--	--	--
14	Maria Alice de Jesus Ribeiro	16,4	--	17	Aprovada
15	Maria Clementina Azevedo Pereira	0,0	--	0	Reprovada
16	Maria de Lourdes Silas de Brito	12,7	--	13	Aprovada
17	Maria dos Anjos Barbosa Vieira	11,5	--	13	Aprovada
18	Maria Fernanda Santa Costa	15,0	--	15	Aprovada
19	Maria José de Jesus T. Pinto	14,3	--	15	Aprovada
20	Maria Madalena Mendes Lopes	0,0	--	--	Reprovada
21	Maria Margarida de Jesus Pinto	--	--	--	--
22	Rosa de Castro Mendes	11,0	--	11	Aprovada
23	Rosa Pimental Lopes	0,0	--	--	Reprovada
24	Severina Silvestra dos Reis	4,0	--	5	Reprovada
25	Vigília Teresa Martins	9,8	--	10	Aprovada

ROMA, 16 de JUNHO de 1984.  
 O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO: Fernando P. Pinho  
 O SECRETÁRIO: José Gonçalves

Os três alunos cujos nomes aparecem riscados abandonaram a disciplina, por diversas razões.

ENSINO PREPARATÓRIO - EXAMES DE CANDIDATOS AUTOPROPOSTOS

Disciplina: FRANCÊS Ano lectivo de 1983-84

PAUTA

Números dos termos de exame	Nomes dos examinandos	Resultado do exame				Aprovado ou reprovado
		Prova (a)	Prova oral	Classificação final		
				A, B, C	N	
1	Filomena da Cruz Évora	74	80	77	4	Aprovada
2	Helena do Céu Barbosa Vieira	21	20	20,5	2	Reprovada
3	Joaquina de Castro Fernandes	24	20	22	2	Reprovada
4	Maria Augusta Almeida Roque	15	15	15	2	Reprovada
5	Natália dos Anjos Pereira	62	70	66	3	Aprovada

(a) Escrita ou prática.  
 A) Na escala de 0 a 100  
 B) Na escala de 0 a 5  
 C) Na escala de 1 a 5  
 Observações:  
 O Júri,  
 Data 17.6.1984.  
 Visto, O Presidente do Conselho Directivo,  
 Fernando P. Pinho

ESCOLA PORTUGUESA EM ROMA

00167 Roma (Italia) - Via Innocenzo IV, 18 - Tel. 3070620

DADOS ESTATÍSTICOS

NÚMERO DE ALUNOS/NÍVEL DE ENSINO	NACIONALIDADES	
	Portuguesa	Outras
ENSINO DIURNO: 1ª-4ª anos:	-	-
5ª ano	-	-
ALFABETIZAÇÃO ADULTOS: 1ª ano	-	-
2ª ano	-	-
3ª ano	1	-
4ª ano	1	-
2º CICLO ENSINO BÁSICO	9	-
CURSO GERAL LICEAL	19	-
CURSO COMPLEMENTAR LICEAL	10	-

ENSINO PREPARATÓRIO – EXAMES DE CANDIDATOS AUTOPROPOSTOS

Disciplina INGLES

Ano lectivo de 1983 -1984

PAUTA

Números	Números dos termos de exame	Nomes dos examinandos	Resultado do exame				
			Prova (a) <u>B</u>	Prova oral <u>C</u>	Classificação final		Aprovado ou reprovado
					$A = \frac{B+C}{2}$	<u>N</u>	
	1	Antónia da Luz Monteiro	66	70	68	3	Aprovado
	2	Antónia Eugénia Soares	53	55	54	3	Aprovado
	3	Clara Maria Duarte	59	46	52,5	3	Aprovado
	4	Eugénia Maria Ramos Soares	53	65	59	3	Aprovado
	5	Libânia de Brito Monteiro	18	30	24	2	Reprovado
	6	Maria da Piedade Almeida	83	70	76,5	4	Aprovado
	7	Maria do Rosário Ramos	93	90	91,5	5	Aprovado
	8	Silvestra Maria Rodrigues	40	60	50	3	Aprovado

(a) Escrita ou prática.

A }  
B } Na escala de 0 a 100  
C }  
N—Na escala de 1 a 5

Data 17 / 6 / 19 84

Observações \_\_\_\_\_

O Júri,

*(Assinaturas)*  
Almeida  
Pinto

Visto. O Presidente do Conselho Directivo,

*(Assinatura)*

## **Manuela Eanes – Manuela Aguiar**

As fotos desta página documentam uma visita «oficial» à Escola: não a de Maria Manuela Aguiar<sup>17</sup>, no cargo de Secretário de Estado da Emigração, em 1979, mas de Manuela Eanes, que honrou a EPER com a sua presença por ocasião da visita oficial de António Ramalho Eanes ao Vaticano, em 16 de maio de 1980. Foi extraordinário o entusiasmo manifestado na receção à ilustre visitante. A sua simpatia e simplicidade impressionaram então quem agora aqui escreve. A honra de a receber, na qualidade de Diretor, coube a Jorge de Sena (embora em 1980 ele já não fosse formalmente o diretor da Escola). À Secretário de Estado Maria Manuela Aguiar, que também visitou a EPER, mas em 1983 (25 de outubro), como responsável pelos problemas dos emigrantes portugueses (desde o IV Governo Provisório, chefiado por Mota Pinto), a Escola viria a recorrer frequentes vezes, nos anos seguintes. Ambas merecem esta breve referência, como homenagem ao seu trabalho, e o sincero agradecimento da Escola!



17 – Como consta no envelope que contém os negativos destas imagens. Maria Manuela Aguiar, foi a única mulher secretária de Estado das Comunidades (entre 1980 e 1987) e deputada eleita pelo círculo da emigração. Segundo afirmou numa entrevista, conduzida por Maria Inês Costa Pedroso, "*Depois de uma vida dedicada à emigração... As diferenças entre o fenómeno atual e o de outrora*", 2012. [Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12856.pdf>, consultado em 26.03.2018], «O emigrante é alguém que está em contacto com vários mundos, no plural. Associa a emigração à imagem das duas margens de um rio. É a vida repartida pelas duas. E esta dupla ligação é muito importante para os próprios países, porque os aproxima. E para os cidadãos também, tendo em conta que eles se sentem, como disse, uma verdadeira ponte de ligação afetiva».

Não terá passado despercebido a ninguém que entre a data do evento documentado na página anterior e a que lhe «sucede» neste relato passaram exatamente 11 meses... Não dispõe o autor destas linhas de outros documentos ocorridos nesse longo lapso de tempo, nem sequer da «tradicional» Lista de Professores. Assim, com a exceção de 1977/78, graças às inesperadas «descobertas» de 2019, um longo período da vida da Escola (desde abril 80 até ao mesmo mês de 1981) permanece sem documentação: uma lacuna que se deve porventura a uma perda involuntária dos papéis desse período, ou que poderão ter ido acabar dentro de algum envelope ou dossiê onde dorme o sono dos justos outra documentação, a que se refere à intensa atividade desse período ao serviço da Rádio Vaticano, acompanhando João Paulo II nas suas numerosas viagens. Se vierem a ser descobertos, o hiato será colmatado. As anotações de agenda só confirmam o regular desempenho do trabalho de lecionação assumido na Escola.

Retomando, pois, a publicação dos documentos conservados em Fátima, em 10 de abril de 1981, o Ministério da Educação enviava ao Presidente do Conselho da EPER esclarecimentos sobre os *Exames de Línguas Estrangeiras do 12.º Ano*. Trata-se de uma Circular (ofício nº 46/81), assinada pelo subdiretor-geral, José Carneiro da Silva, e destinada a todas as escolas portuguesas. Recebido em Roma a 8 de maio, diz esse ofício, no essencial:

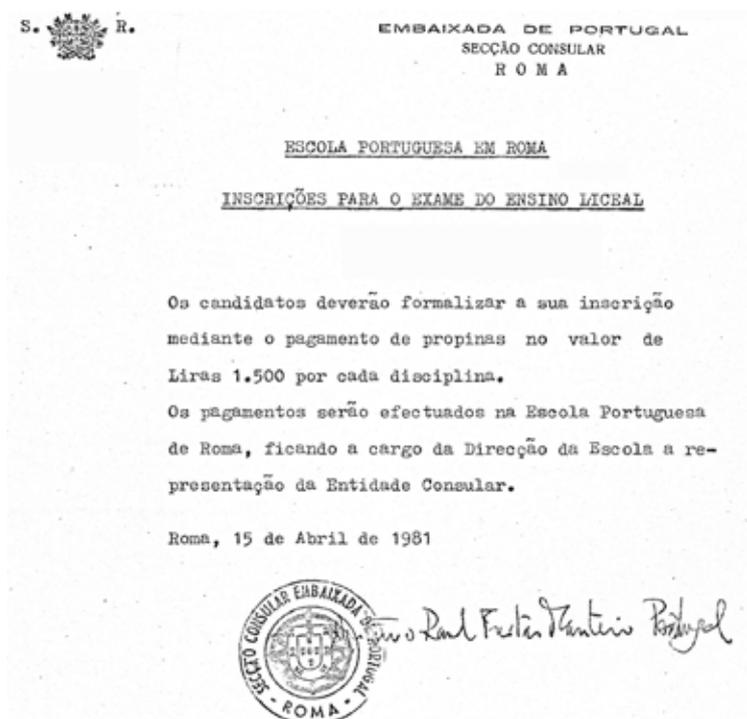
*Tendo sido dirigidas a esta Direcção-Geral várias solicitações no sentido de serem definidos os níveis dos exames de Línguas Estrangeiras para os alunos do 12º ano, esclarece-se:*

- 1. É condição de acesso aos Cursos Superiores que incluam Línguas Estrangeiras, a aprovação em exames dessas línguas no nível correspondente ao programa da Via de Ensino do 12º ano.*
- 2. Quando o objetivo a atingir não for o acesso a cursos superiores que incluam essas línguas, é permitido aos alunos requererem, independentemente do curso em que se tenham matriculado, exame a*

*nível inferior, ou seja:*

- 2.1. Inglês (Programa I) – nível 5/6, aprovado por despacho do Senhor Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, de 31/10/79.*
- 2.2. Francês – nível 5/6.*
- 3. No boletim de inscrição para exame, cada candidato deverá mencionar o nível do exame que deseja realizar.*
- 4. Nas certidões e cartas de curso do 12º ano constará obrigatoriamente o nível dos exames realizados em línguas estrangeiras.*

Pode-se ver no anexo em PDF os sublinhados e anotações acrescentados a este documento [[«eper-10abr1981-RispostaME Exames12ºano»](#)].



Com a assinatura do Cônsul ARFMP, e a data de 15 de abril de 1981, são autorizadas as *Inscrições para os exames do Ensino Liceal* em 1980-81, devendo os candidatos *formalizar a sua inscrição mediante o pagamento de propinas no valor de Liras 1.500 por cada disciplina*. Esse pagamento era efetuado na *Escola Portuguesa de Roma, ficando a cargo da Direcção da Escola a representação da Entidade Consular*.

## 500 + 150

Entretanto, apesar de não se abrirem exceções às normativas ministeriais, talvez para evitar o trabalho de instruir o processo burocrático que considerasse as razões e as circunstâncias dos pedidos, com a data de 11 de agosto de 1981 (PR/10.1.5, nº 004925), do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, o MEC comunicava ao Embaixador de Portugal a concessão da *verba de 650.000\$00 para apoio às atividades escolares desenvolvidas pela Escola*. Desse montante, porém, apenas 500 contos eram transferidos para Roma, ficando os restantes 150 retidos para *aquisição de material escolar* que venha a ser solicitado. É de salientar também que as relações se processavam oficialmente entre as entidades governamentais de Lisboa e a Embaixada, e não diretamente com a Escola, à qual, portanto, se reconhecia indiretamente o perfil (estatuto), de organismo (entidade) que exercia formalmente atividade "oficial", e não a título particular (privado), independente do Estado português.

CIÊNCIA <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b> <b>INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA</b> Serviços de Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro		
EMBaixADA DE PORTUGAL ENTRADA Proc. 8.2.5.3. - A - 4 Roma 11 de 8 19 81	Exmo. Senhor EMBaixADOR DE PORTUGAL EM ROMA Via Salária 298/A 00199 Roma <b>ITÁLIA</b>	
Sua referência	Nossa referência PR/10.1.5	Ofício/Data
Assunto:		11AGO.81-004925
<p>Por despacho Ministerial de 23.7.81, foi concedida a verba de 650 000\$00 para apoio às actividades escolares desenvolvidas na Escola Portuguesa de Roma.</p> <p>Dessa verba irá ser transferida a importância de 500 000\$00, ficando nestes Serviços à ordem de V. Exa., a importância de 150 000\$00 para aquisição de material escolar que venha a ser solicitado.</p> <p>O aumento significativo das verbas concedidas neste âmbito, significa a vontade de apoiar os cursos particulares por se saber o papel importantíssimo que têm a desempenhar no ensino da língua e da cultura portuguesa.</p> <p>Nesse sentido solicito a V. Exa. se digne remeter a estes Serviços com a máxima urgência, proposta detalhada para aplicação do referido subsídio.</p> <p>Penso que só através de uma acção conjunta poderemos incrementar o ensino particular no sentido de ajudar a cumprir a missão que pode ter no ensino da língua e da cultura portuguesa.</p> <p>O subsídio a atribuir aos cursos pode destinar-se:</p>		
<p style="text-align: right;">/.</p> <p><i>Dr. M. Antunes</i>  <i>Proctor Com processo</i>  <i>ao Senhor Embaixador</i>  <i>10.5.81</i></p> <p>Rua D. João V. 30-1200 Lisboa - Tel 657111/2</p>		

Não deixa de ser algo *desarmante*, para a EPER, a parte central do conteúdo do documento, pois parece que o esforço feito pela Escola para informar, regular e exaustivamente, os Serviços do Ministério sobre a atividade que desenvolvia – níveis de ensino, cursos, alunos, organi-

zação, etc. – tinha sido inútil, pelo menos para quem interpelava a Embaixada no sentido de ela justificar não só esse, mas outros subsídios [*«SugestoesEper-SEBSE utilizacaoSubsidios-14dez81»*], solicitando uma proposta detalhada, indicando 5 possíveis alíneas de aplicação:

*O aumento significativo das verbas concedidas neste âmbito significa a vontade de apoiar os cursos particulares por se saber o papel importantíssimo que têm a desempenhar no ensino da língua e da cultura portuguesa.* Nesse sentido solicito a V. Exa. se digne lembrar a estes Serviços com a máxima urgência, proposta detalhada para aplicação do referido subsídio.

O leque de possíveis "destinações" do subsídio era integralmente compatível com o perfil de ação da EPER. Textualmente:

- *Completamento de vencimentos de professores;* ["vencimentos" – leia-se: gratificações]
- *Equipamento de audiovisuais, incluindo cassetes e discos;*
- *Equipamento de maquinaria e material para duplicação;*
- *Material de papelaria, cartolinas, cadernos e outro material;*
- *Organização de testes ou atividades circum-escolares em que o objetivo principal seja a divulgação da cultura portuguesa.*

A condição de gastar em Portugal uma parte dos subsídios atribuídos, numa política de contenção da saída de divisas do país, foi comentada e acatada pela Escola, visto que as suas necessidades financeiras correspondiam quase inteiramente às gratificações atribuídas ao trabalho dos professores. A 14 de dezembro de 1981, no ofício acima referido, assinado pelo Coordenador desse ano, José Pires Lopes Nunes e dirigido à responsável pelos SEBSE, Maria Teresa Rio Carvalho, o Conselho Diretivo, compreendia e apoiava *as medidas de carácter económico do Governo Português tendentes a evitar, na medida do possível, a saída de divisas de Portugal*, mas argumentava que *lhe parecia muito difícil poder empregar de maneira verdadeiramente útil para a Escola a quantia que os SEBSE destinavam à aquisição, em Portugal, de "material escolar": o único material escolar que podemos – e devemos – comprar em Portugal são os livros de texto (sem que se menospreze, é obvio, o equipamento audiovisual, ou as atividades circum-escolares que, dadas as características da Escola Portuguesa de Roma, passam para segundo plano); as verbas concedidas à Escola destinam-se de facto, como se pode ver pelos orçamentos do ano em curso e dos anos passados, sobretudo a "recompensar" simbolicamente os professores e pessoas ou instituições que garantem, em regime de voluntariado, o funcionamento da Escola.*

Após esta premissa, o Conselho Diretivo propunha alternativas para aproveitar *a parte do subsídio mantido à ordem da Escola junto dos SEBSE*: destinando-se à aquisição de livros de texto (a serem depois pagos pelos Alunos em liras italianas), *seria necessário que a Escola tivesse em Portugal um próprio delegado, capaz de satisfazer prontamente os eventuais pedidos de material feitos pela Escola, dispondo dos fundos exclusivamente por ordem e sob o controlo da Escola de Roma, devendo responder regularmente junto da mesma Escola, e dos SEBSE, e sempre que solicitado a fazê-lo.* A EPER interrogava-se se, para esse efeito, não seria possível contactar o *ex-Coordenador da Escola, P. Manuel Jorge de Sena, jesuíta, que reside em Lisboa.*

Prosseguindo na sua argumentação – o ofício tem duas longas páginas –, argumentava-se que *a maneira talvez mais conveniente de aplicar em Portugal a parte do subsídio que não se destina a chegar a Roma, seria pagar diretamente em moeda portuguesa a quantia simbólica que a Escola destina aos professores portugueses que não se importassem do receber em escudos, e em Portugal, essa recompensa pelo trabalho que desempenham na Escola.* Se essa viesse a ser a opção preferida, também neste caso se propunha que a mesma pessoa "delegada" (representante) da Escola em Portugal atribuisse *as somas indicadas pela Escola, individualmente, aos seus destinatários (sem que eles se tenham de deslocar pessoalmente junto do M.E.C.).*<sup>18</sup>

18 – Não se considerou a hipótese de a «retenção» da verba em Portugal poder fazer parte de uma opção mais favorável à Escola: os Serviços do MEC adquiriam o material destinado à EPER (por exemplo, livros) com descontos especiais, que as casas editoras «seriam obrigadas» a praticar para esse cliente especial e, dessa forma, o subsídio atribuído seria objetivamente maior. Mas foi esta solução que, em anos sucessivos, passou a ser adotada e (au-

Depois de evidenciar a importância da atividade desenvolvida pela Escola para promover a língua e a cultura portuguesa sobretudo junto da comunidade de trabalhadoras domésticas de língua portuguesa em Roma (calculada em 5-6.000 unidades), o ofício manifestava a esperança de que se mantivesse e possivelmente acentuasse *a vontade de trabalhar conjuntamente para corresponder adequadamente às exigências dos alunos e aos objetivos da Escola*. Por fim, evidenciava aquele que era porventura o problema mais grave da Escola, embora naquele tempo ainda não se colocasse de modo dramático, como viria a acontecer meia dúzia de anos mais tarde: a Escola, de facto – sublinhava o ofício – *além das deficiências tradicionais que são conhecidas, não dispõe – é bom recordá-lo – de instalações definitivas [sic] para acolher os Alunos que pedem para se matricular*.



*Uma feliz tentativa de inaugurar, após uma dúzia de anos de vida da EPER, a tradição de tirar fotos de grupo (turmas, professores) que, infelizmente, não viria a ter continuidade. De qualquer forma, o pátio interno do IPSAR, pelas dimensões e falta de luz, não poderia servir de cenário/palco para esse momento de visibilidade coletiva da Escola, mas o Colégio das Ursulinas – ou mesmo a Praça Navona, bem pertinho da Escola – prestavam-se para registar, para a História, não tanto o momento de arranque das aulas (havia sempre «inscrições tardias», como se explica noutro capítulo), mas de qualquer outro, ao longo do ano. Restam as fotos de grupo de alguns passeios anuais, mas sempre com um número de "turistas" ávidos de cultura muito inferior ao da totalidade dos alunos. Aqui, à direita, o «rosto» do Prof. Nuno da Silva Gonçalves.*



Aulas nas salas da Biblioteca do IPSAR (em 1982-83)

tonomamente) assumida pelo Ministério, embora sem continuidade e sem uma definição clara do valor que essa forma «alternativa» de subsídio à EPER terá representado na contabilidade dos serviços do Ministério da Educação em Portugal.



Estas quatro fotos referem-se à visita de Manuela Eanes ao Instituto (16 de maio desse ano, como referido atrás). Depois do encontro com a Direção da Escola e alguns alunos, já atrás documentado, teve lugar a visita ao «Tesouro» que nele se conserva, guiada pelo Conselheiro Eclesiástico da Embaixada de Portugal junto do Vaticano, da qual estatutariamente depende o IPSAR.

À direita, o técnico e jornalista Alberto Goroni aguarda o momento para gravar uma entrevista a realizar pelo abaixo-assinado aos ilustres visitantes, para a Rádio Vaticano. As perguntas incidiram sobre a realidade da comunidade de expressão portuguesa em Roma e a EPER. O lugar da sua "penitência", aguardando que terminasse a visita ao "Tesouro", foi junto à mesa que, ao fundo do corredor de entrada, sempre em penumbra de catacumba, servia também de "recepção" – e de «sala di attesa» – para quem se dirigia à Instituto, vindo a ser atendido pelo porteiro do Instituto, que também ali, ou nas imediações, aguardava pelo fim das aulas da EPER, durante a semana.

